

*Cadernos do*  
**LEPAARQ**

VOL. I Nº. 1 2004 ISSN 1806-9118



**Textos de**  
**Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**

Instituto de Ciências Humanas  
Universidade Federal de Pelotas

Cadernos do  
*Lepaarq*

*Textos de*

*Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*

Vol. I | nº1 | 2004 | ISSN 1806 - 9118



# SUMÁRIO

## PÁGINA

### APRESENTAÇÃO

Liza Bilhalva e Marta Bonow Rodrigues

7

### EDITORIAL

Fábio Vergara Cerqueira

9

### CONTANDO ÀS CRIANÇAS SOBRE O PASSADO NO BRASIL

Ana Piñon, Pedro Funari

13

### ARQUEOLOGÍA Y GENERO: LA MUJER ARUACA EN EL CARIBE ANTIGUO

Lourdes Domínguez

31

### ETNOGRAFIA DOS TERRITÓRIOS JUVENIS NA CIDADE

Flávia Maria Silva Rieth

45

### PROJETO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DA ZONA URBANA DE PELOTAS/RS: CATÁLOGO DO MATERIAL ARQUEOFAUNÍSTICO DO SÍTIO CASA 8

Chimene Kuhn Nobre

59

### É POSSÍVEL FAZER UM MAPA DA CULTURA?

Edgar Neto, Flávia Rieth

80

### RELATÓRIO DO MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO DE PELOTAS E REGIÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ENTRE MARÇO DE 2002 E FEVEREIRO DE 2003)

Diana Rocío Carvajal Contreras

85

ARTIGOS

RELATÓRIOS E NOTÍCIAS  
INSTITUCIONAIS

## A P R E S E N T A Ç Ã O

Certamente a Universidade constitui-se no mais adequado e fértil ambiente para transformar conhecimento acumulado em propostas plenas em criatividade e, estas, em desafios. A energia latente contida em um desafio é capaz de, quando apresentado a pessoas e por pessoas inquietas, aquelas que não se deixam vencer pelas dificuldades e problemas presentes no dia a dia institucional, desencadear uma série de acontecimentos que se traduzem em inovações, novas oportunidades para os estudantes e interessantes projetos de interesse da sociedade.

Foi assim que nasceu o LEPAARQ – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, no ano de 2001. A inquietude, o conhecimento científico, a capacidade de agregar pessoas em torno de uma idéia e de uma vontade, características inerentes ao Professor Fábio Vergara Cerqueira, então Coordenador do Curso de História, fizeram nascer o LEPAARQ. No entanto, para muito além de sua criação, o LEPAARQ mudou o Curso de História da UFPel, municiando-o com uma vertente, no mais explícito sentido do termo, de projetos de pesquisa, de entusiasmo e envolvimento por parte de professores, estudantes e técnicos, de acordos de cooperação com instituições nacionais e internacionais, de sítios arqueológicos regionais sendo identificados.

Só em nossa cidade de Pelotas, os projetos do LEPAARQ permitiram recuperar elementos importantes de nossa história essenciais para preencher lacunas a respeito de hábitos, costumes, acontecimentos da vila de São Francisco de Paula e da Pelotas de antanho. Mas, também, sítios arqueológicos já identificados permitirão sabermos da história do período da pré-colonização européia na região. Ganha o laboratório que enriquece seu acervo, ganham os estudantes por este novo campo do conhecimento a eles disponibilizado, ganha a UFPel por se inserir no mundo da arqueologia, que hoje trata de recolher do passado importantes lições para o presente e para o futuro, ganha a comunidade regional não só pela já mencionada condição de melhor conhecer sua história, mas pelo atrativo cultural e científico agregado. Haja vista a realização do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos atraiu especialistas de todo mundo, reunindo 723 participantes.

Cumprir destacar, igualmente, a trajetória da área de Antropologia, coordenada com dedicação e entusiasmo pela Prof<sup>a</sup> Flavia Rieth, conduzindo inéditos e importantes temas como o Mapeamento Cultural de Pelotas, trazendo à

luz importantes formas da cultura popular antes não consideradas como tal, além de pesquisas antropológicas a respeito do carnaval de Pelotas, da sexualidade dos adolescentes, da música – chorinho – em nossa cidade, entre outros assuntos.

O LEPAARQ transforma-se, portanto, em ambiente caracterizado pela inter e transdisciplinaridade ao integrar a Arqueologia e a Antropologia, e não só estas, mas também a Biologia, o Turismo, a Arquitetura, as Artes, a Geografia, a Filosofia, as Ciências Sociais e o ensino médio profissionalizante, através da participação de estudantes e professores deste conjunto de campos do conhecimento. Entre os entusiastas de tais vínculos, é imprescindível referir a atuação do Prof. Edgar Barbosa Neto, que vem estabelecendo a interface entre o Turismo e a Antropologia.

E, através desta trajetória exígua em tempo, larga em conteúdo e avanços, executam o Prof. Fábio Vergara Cerqueira, a Profa. Flávia Rieth e toda a equipe, composta principalmente de estudantes, mais uma e importante proposta do LEPAARQ, qual seja, traduzir os achados arqueológicos, os resultados das pesquisas, a colaboração nacional e internacional em uma publicação semestral denominada Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, abrindo ainda mais as portas do laboratório e do Curso de História, para novas colaborações, e para garantir a divulgação do trabalho feito. E, aqui está o primeiro número, que muito me orgulha como Reitora da Universidade Federal de Pelotas poder fazer a apresentação.

Pelotas, 15 de Maio de 2004.

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ingelore Scheunemann de Souza  
Reitora da Universidade Federal de Pelotas / RS

## EDITORIAL

O periódico *Cadernos do LEPAARQ* é uma publicação do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/ICH/UFPEL).

Os *Cadernos* têm como objetivo a divulgação científica nas áreas de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, atendendo à necessidade de ampliar o debate conceitual e a reflexão sobre as práticas concernentes às intervenções no âmbito do patrimônio coletivo, em suas dimensões material e imaterial, considerando tanto ações científico-acadêmicas quanto aquelas resultantes de políticas públicas. Desse modo, preocupa-se tanto com a dimensão teórica do trabalho acadêmico, quanto com a prática das ações de gestão de memória e patrimônio, as quais envolvem complexas interações formais e informais entre a universidade, a comunidade, a iniciativa privada e os órgãos públicos. No âmbito da gestão de memória e de patrimônio material e imaterial, publica textos referentes à organização de acervos (arqueológicos, antropológicos, museológicos, etc.) e a projetos de potencialização do uso social e cultural dos mesmos (educação patrimonial, turismo cultural, etc.).

A política editorial pauta-se nos seguintes princípios: a liberdade de abordagens e a universalidade dos temas de pesquisa a que está aberta; o desenvolvimento da consciência patrimonial, referente ao patrimônio material e imaterial, os quais são objetos de estudo da Arqueologia e Antropologia; divulgação de estudos de autores nacionais e estrangeiros relativos a questões pungentes sobre as áreas atingidas, tais como debates teóricos e metodológicos, educação, legislação, gênero, entre outras; publicização dos resultados das pesquisas empreendidas pelo LEPAARQ; interesse particular por relatos ou estudos direcionados ao patrimônio material e imaterial da Zona Sul do Brasil, bem como dos países platinos; e o enfoque interdisciplinar.

O lançamento do primeiro número dos *Cadernos* significa, para nós, que foram coroados com êxito os primeiros passos da história do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ), que foi criado,

em Agosto de 2001, como um projeto de extensão permanente, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da UFPEL, com o fito de garantir a preservação do patrimônio material e imaterial, respectivamente objetos de estudo da Arqueologia e Antropologia, e promover ao mesmo tempo a conscientização sobre a importância deste patrimônio, por meio de projetos de educação patrimonial e de exposições.

Os projetos do LEPAARQ norteiam-se conforme os seguintes objetivos:

- 1) Estimular a pesquisa em Arqueologia e Antropologia, áreas até então pouco desenvolvidas em Pelotas. Essa ausência vinha trazendo sérias conseqüências, como a perda irreparável do patrimônio cultural material e imaterial, fato agora em processo de reversão.
- 2) Desenvolver um laboratório com área física e estrutura capaz de assumir a responsabilidade pela guarda e pesquisa científica referentes ao patrimônio arqueológico da região, bem como formar acervo, com vistas à constituição de um Museu Antropológico e Arqueológico.
- 3) Divulgar pesquisas arqueológicas e antropológicas por meio de artigos, catálogos, publicações, exposições, vídeos, visitas e divulgação na imprensa; do mesmo modo, disseminar conhecimentos por meio de cursos e outras atividades de extensão, com destaque ao treinamento de equipes envolvidas nas pesquisas arqueológica e antropológica, bem como em ações voltadas à gestão de memória, sobretudo no domínio museológico.
- 4) Produzir a Carta Arqueológica da região de Pelotas, prevendo-se o registro dos sítios junto ao IPHAN.
- 5) Realizar o Mapeamento Cultural do Patrimônio Imaterial da região de Pelotas (crenças religiosas, gastronomia, lendas, gostos, canções, etc.).
- 6) Articular as pesquisas com o desenvolvimento do turismo cultural, com ênfase à diversidade, bem como aos sítios arqueológicos e à preservação de peças e coleções com potencial museológico.

- 7) Desenvolver recursos humanos na área de Arqueologia.
- 8) Desenvolver projeto de educação patrimonial.

Buscamos alcançar esses objetivos por meio dos seguintes projetos e linhas de ação:

- Mapeamento cultural de Pelotas.
- Campanha de conscientização e doação de material arqueológico.
- Divulgação: exposições, imprensa, palestras.
- Mapeamento arqueológico da região de Pelotas.
- Salvamento arqueológico da área urbana de Pelotas/RS – Programa BID-Monumenta.
- Qualificação da equipe de estagiários: Grupos de Estudos em Arqueologia, Grupos de Estudo em Antropologia e intercâmbios nacionais e internacionais.

Se o LEPAARQ é hoje uma realidade, com sólida atuação em projetos de pesquisa nas áreas de Arqueologia e Antropologia, com forte impacto sobre a gestão de Patrimônio cultural em Pelotas, bem como na interface entre a gestão do patrimônio natural e patrimônio cultural, isto se deve à indispensável colaboração de vários colegas, em alguns ou vários dos passos que nos fizeram chegar onde estamos. Não poderemos citar aqui todos os nomes, mas, do mesmo modo, não poderemos deixar de citar o nome daqueles cuja colaboração foi imprescindível, os quais estão abaixo arrolados na lista de agradecimentos:

Inicialmente, externamos nossos profundos agradecimentos aos arqueólogos: Prof. Dra. Adriana Schmidt Dias (UFRGS), Prof. Me. Alberto Tavares (MARSUL), Prof. Me. André Jacobus (MARSUL), Prof. Me. Cláudio Carle (UERGS), Prof. Dr. Jose Lopez Maaz (UDELAR / Uruguai), Prof. Dr. Luis Oosterbeek (IPT / Portugal), Prof. Dr. Pedro Augusto Mentz Ribeiro (LEPAN/FURG), Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (NEE/UNICAMP) e Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder (LEPA / UFSM) e aos pesquisadores que participaram das Jornadas Antropológicas: Prof. Me. Rafael Devos (NAVISUAL/UFRGS), Prof. Dr. Francisco Pereira Neto (UNISC) e ao Prof. Dr. Airton Luis Jungblut (PUC/RS).

Do ponto de vista administrativo, agradecemos ao historiador Prof. Me. Mario Osório Magalhães, que se empenhou, com dedicação, em viabilizar a



criação do laboratório, quando era diretor do Instituto de Ciências Humanas da UFPEL.

Não poderia deixar de constar, neste rol de agradecimentos, a menção à Profa. Dra. Renata Requião (UFPEL), Secretária Municipal de Cultura, que sempre estimulou e apoiou importantes projetos nos âmbitos da cultura material e imaterial, por ter sempre compartilhado da lúcida compreensão do papel da Antropologia e da Arqueologia na aplicação de uma política cultural adequada.

Nosso especial agradecimento à Profa. Dra. Ingelore Scheunemann de Souza, que, na qualidade de Reitora da UFPEL, soube reconhecer o papel estratégico das áreas de Antropologia e Arqueologia no desenvolvimento das Ciências Humanas em nossa universidade e no desenvolvimento da cultura na cidade de Pelotas, não tendo poupado esforços, em vários momentos, em contribuir para a implementação e consolidação da área.

# CONTANDO ÀS CRIANÇAS SOBRE O PASSADO NO BRASIL

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Piñon<sup>1</sup>

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O artigo apresenta, numa perspectiva histórica, o tratamento do patrimônio brasileiro, utilizando-se, em sua análise, de um estudo de caso relacionado a patrimônio e estudantes no Brasil contemporâneo.

**PALAVRAS-CHAVE:** arqueologia, patrimônio, estudantes

---

**ABSTRACT:** The paper starts by putting Brazilian heritage management in historical context, followed by a case study relating to heritage and pupils in contemporary Brazil.

**KEY-WORDS:** archaeology, heritage, pupils.

---

## INTRODUÇÃO: ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E CRIANÇAS NO BRASIL

A história, principais questões e a administração dos recursos arqueológicos no Brasil devem ser entendidas dentro do contexto de sua complexa geografia e desenvolvimento histórico. O Brasil é um país grande (8.511.965 quilômetros quadrados), sua costa Atlântica se estende por 7.408 Km. Quase todo o país tem clima tropical ou semitropical: no norte há a bacia Amazônica, densamente arborizada, que cobre metade do país; o nordeste é uma região de arbustos semi-áridos, uma grande savana, ou área de cerrado estende-se para o sul; e vegetação semitropical existe desde São Paulo até o Pampa no estado do Rio grande do Sul. Muitos estudiosos têm estudado as características intrínsecas à sociedade brasileira, grandemente surpreendida pelas contradições aparentes desta estrutura social ímpar. O Brasil testemunhou mais de trezentos anos de domínio absolutista português, seus habitantes sendo mais vassalos do que cidadãos, vivendo em um rígido sistema hierárquico. A independência em 1822 perpetuou esse sistema com a continuação do

---

<sup>1</sup> Profesor Doutor da Universidad Complutense de Madrid, Espanha. Editora do periódico *Arqueoweb*.

<sup>2</sup> Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

governo dinástico até 1889 e o *aggiornamento* da república não mudou os *arcana* do poder social: as pessoas no poder governam, os outros obedecem, uma vez que o privilégio e o patronato estão amplamente difundidos. O desejo pessoal de famílias da elite é freqüentemente aceito como política pública e a subordinação pessoal é um traço distintivo do caráter nacional. As autoridades consideram a esfera do público, ou *Öffentlichkeit*, para usar a definição de interesse comum de Habermas, como *cosa nostra*, sendo a lealdade uma palavra-chave para definir uma sociedade baseada no privilégio.

Com respeito à legislação, ainda que desde o século XIX, a identidade brasileira tem estado ligada ao patrimônio arqueológico, ela seria introduzida apenas mais tarde. Na Corte no Rio de Janeiro, o nacionalismo Romântico foi fundamentado na idealização dos nativos e a Arqueologia desempenhou um papel. Após um desprestígio no começo do século XX, a herança arqueológica pré-histórica e histórica contribuiu para forjar a identidade brasileira. Nesse contexto, é natural que o documento mais antigo relacionado à proteção oficial do patrimônio arqueológico, datado do século XVIII em Portugal, faz um esforço para proteger “qualquer edifício antigo, estátuas, inscrições em Fenício, Grego, Latim, Gótico ou Árabe, assim como moedas”, cuja aplicação na colônia portuguesa na América Latina é improvável. No século XIX, apesar da atenção dispensada pela corte ao conhecimento em geral e da fundação do Instituto Histórico e Geográfico, não houve nenhuma lei que desse atenção ao assunto.

Em 1936, um projeto de lei a respeito de pesquisas arqueológicas e etnológicas foi preparado pelo importante intelectual, Mário de Andrade, e foi dividido em quatro itens: artefatos, monumentos, paisagens e folclore. Mário de Andrade, um importante intelectual de São Paulo, preparou em 1936 um esboço de um projeto de lei, protegendo os recursos culturais, avaliados por representantes no Congresso e que foi quase aprovado como uma lei quando houve um golpe de Estado dado pelo próprio presidente, Getúlio Vargas. O Presidente Vargas, que tinha apoiado a lei através de seu Ministro da Educação, publicou poucos dias depois o projeto de lei como decreto (decreto número 25, datado de 30 de novembro de 1937) e a partir de 1940 o Serviço de Patrimônio Histórico e artístico Nacional começou a registrar e proteger sítios e coleções arqueológicas. Contudo, a maior parte dos bens culturais continuaram fora da proteção do decreto e uma outra liderança intelectual, Paulo Duarte, estava para se tornar o principal militante pela proteção do patrimônio no Brasil. Aí incluíam-se cerâmica, líticos, cemitérios, sambaquis, arte em rochas, cavernas, assim como uma variedade de recursos naturais, como rios, fauna, cavernas a até mesmo trilhas tradicionais. Em janeiro de 1937 foi estabelecido o

Patrimônio Brasileiro, “Serviço Histórico e Artístico Nacional”, que visava proteger, preservar e divulgar o patrimônio. O projeto de lei 511/36, originalmente proposto Mário de Andrade era discutido no Congresso em novembro de 1937 quando um golpe de Estado fechou o Parlamento. Logo após, ainda em novembro, o presidente Vargas, agora como um ditador, publicou o projeto de lei como um decreto, “decreto-lei n. 25/37”. Um novo Código Penal foi também instituído, em 1940, punindo, pela primeira vez, a destruição dos recursos culturais, incluindo os arqueológicos. A partir de 1840, o Patrimônio Brasileiro estabeleceu um registro de sítios protegidos e de coleções arqueológicas. O decreto 25/37 está ainda em vigor. Em 1948, no Estado do Paraná foi aprovada uma lei que protegia assentamentos espanhóis e jesuítas, com uma área vizinha de cem hectares, o que resultou no estabelecimento posterior dos Parques Estaduais de Vila Rica, Santo Inácio e Ciudad Real. Muitos juízes e outros oficiais tentavam proteger sambaquis em diferentes áreas do país.

A Comissão para pré-história, estabelecida em 1952 por Paulo Duarte, visava a proteção de sítios arqueológicos, sambaquis e outros. Duarte, um liberal que lutou pela criação da primeira Universidade no Brasil, a Universidade de São Paulo no começo da década de 30, viveu no exílio durante a ditadura de Vargas (1937-1945) e quando voltou ao país trouxe consigo a idéia de iniciar o estudo acadêmico da pré-história. Duarte havia sido influenciado pelo humanismo francês, e sua amizade com Paul Rivet e sua admiração pelo *Musée de l' Homme*, em Paris, levaram-no a propor a constituição da Comissão Pré-história, em São Paulo mais tarde renomeado “Instituto de Pré-história”.

Duarte foi muito ativo durante os anos de democracia no Brasil (1945-1964), organizando uma série de iniciativas para o desenvolvimento da Arqueologia e a proteção do patrimônio. O Congresso finalmente aprovou um projeto de lei que protegia sítios arqueológicos em 1961 (Lei número 3924), a primeira lei realmente abrangente que regulava a proteção dos restos arqueológicos. Enquanto o decreto de 1937 visava proteger “aqueles bens ligados aos fatos memoráveis da história brasileira e aqueles de valor excepcional” (primeiro artigo), a lei de 1961 era muito mais vasta em seu alcance, referindo-se a “qualquer momento arqueológico ou pré-histórico” (primeiro artigo). Sítios arqueológicos eram protegidos imediatamente *ex ui legis*. Duarte e também Helbert Baldus e Egon Schalden, importantes antropólogos, entre outros, encabeçaram a comissão. Duarte e a comissão prepararam um esboço de lei a respeito dos recursos arqueológicos. O Congresso a aprovou como Lei 392461 em 1961, e continua válida como a única lei federal explícita sobre patrimônio arqueológico. A Lei trata de “monumentos arqueológicos

e pré-históricos” e estabelece que eles são protegidos pela lei e devem ser preservados; eles devem ser controlados pelo Estado e não estão sujeitos às regras gerais da propriedade privada. Sítios arqueológicos em geral, como sambaquis, túmulos, qualquer ocupação humana antiga estabelecida por especialistas, são considerados monumentos. Desta forma, é proibido destruir os sítios; explicitamente não é permitido o uso econômico de restos antigos. Os sítios são considerados propriedades do Estado Federal. A Lei também menciona escavações arqueológicas e o necessário registro dos sítios, controlado pelo Patrimônio Brasileiro. Um relatório de arqueólogo e as providências necessárias para o alojamento do material arqueológico são também mencionados. O Patrimônio Brasileiro precisa autorizar a exportação dos recursos arqueológicos. Nos anos 1960 e 1970, muitos estudiosos, como Duarte em São Paulo e Padre Rohr em Santa Catarina tentaram usar a lei para proteger sambaquis, mas o Brasil estava sob o comando militar e não foi fácil fazer cumprir a lei.

Uma ditadura militar foi estabelecida em 1964 com um golpe de Estado e a aproximação humanista do passado, tão claramente expressa nos esforços para preservar modestos sambaquis dos especuladores mobiliários, estava primeiramente sendo posta de lado e mais tarde oposto pelas autoridades. A restauração do governo civil em 1985 levou a uma crescente atividade de assembleias estaduais e câmaras municipais, livres para legislar em uma grande variedade de assuntos, não somente gerenciamento de recursos. Vários estados introduziram legislação para proteger sítios arqueológicos e estabeleceram registros estaduais de monumentos e coleções arqueológicas. Este tem sido particularmente o caso de estados com forte atividade arqueológica como São Paulo e Rio grande do Sul. Câmaras municipais também introduziram legislação nesse sentido, e muitas administrações municipais introduziram departamentos municipais de Patrimônio. A Arqueologia urbana tem sido desta forma desenvolvida e tem havido um crescimento no interesse em recursos arqueológicos. Um novo programa de escola primária, introduzido na década de 1950, enfatizava a importância da aprendizagem a partir da realidade local, desta forma, a cidade se tornou o ponto de partida para a compreensão da vida social. Nesse contexto, a Arqueologia pode desempenhar um papel especial, possibilitando às crianças aprender que nativos habitaram suas cidades nos tempos pré-históricos. Além disso, a evidência material do período histórico também tem sido utilizada para demonstrar que o quadro apresentado pelos documentos é tendencioso e que negros, nativos, mestiços, imigrantes, migrantes e pessoas pobres em geral, geralmente sub-representados nos documentos oficiais, deixaram evidências materiais agora recuperadas pela arqueologia. Livros didáticos regionais

estão agora introduzindo evidências arqueológicas a fim de fornecer às crianças uma visão mais complexa do passado, permitindo-lhes compreender melhor as contradições da atual sociedade.

## 1. PRÁTICA:

Com o objetivo de diagnosticar a capacidade da educação pública brasileira de transmitir a idéia e o conceito de “patrimônio” aos estudantes. Um estudo detalhado foi conduzido entre 821 estudantes em diferentes cidades do país. Dentre esses diferentes estudantes, 459 estavam na quinta série – no começo do segundo ciclo da educação básica – enquanto 363 estavam na oitava série, ou seja, no último ano do mesmo ciclo. A margem de erro deste estudo é de 4,5% para os estudantes da quinta série e de 6% para os do oitavo ano; para ambos os casos, a margem de confiança é de 95%.

Antes de demonstrar os resultados do estudo, seria útil esclarecer os termos utilizados na formulação das questões. O uso da expressão “Patrimônio Histórico e Artístico” foi intencional, ainda que ela seja um tanto antiquada atualmente nas ciências sociais (Fernandes, 1993: 267). Isto porque o termo ainda é encontrado na atual legislação brasileira<sup>3</sup> (Dec-Lei n. 25-37) e alguns livros didáticos ainda o usam.

Além disso, deve ser lembrado que o termo já foi consagrado; “Patrimônio Cultural” é um conceito mais amplo do que aquele de patrimônio histórico e artístico, uma vez que abarca não somente produtos humanos (materiais e não-materiais) mas, também naturais (meio ambiente e habitat) (Fernandes, 1993: 268). Por outro lado, o patrimônio histórico e artístico é limitado à produção humana, incluindo não somente edifícios, mas também patrimônio não-edificado (documentativos, de arquivos, iconográfico, oral e de museus), o que é de grande interesse no contexto do questionário devido à sua conexão com a Arqueologia.

A primeira questão pergunta diretamente às crianças “A quem pertence o patrimônio histórico e artístico?”. A questão fechada, tipo teste, permitiu aos estudantes escolher entre cinco opções diferentes: a todos, a ninguém, às autoridades, aos cientistas ou aos artistas que produziram os trabalhos.

---

<sup>3</sup> Na legislação mais recente, assim como na atual Constituição Brasileira, artigo 216 seção II, o termo “patrimônio cultural” pode ser encontrado.

V. I, n° 1. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jun 2004.

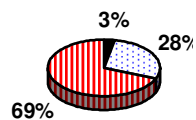
As respostas indicam que apenas 35% dos estudantes estão conscientes da natureza pública do patrimônio, i. e., que este pertence a todos. O resto, ou seja, 65% das crianças atribuíram a posse do patrimônio a setores específicos da sociedade. De acordo com o estudo, 22% acreditam que o patrimônio histórico e artístico pertence aos artistas responsáveis pela produção dos trabalhos, enquanto cientistas e autoridades receberam 18% das respostas cada.

A visão do patrimônio como propriedade de poucos e não de todos foi significativamente maior entre estudantes da quinta série do que entre os da oitava. Dos primeiros, apenas 28% estavam conscientes do caráter público do patrimônio, em contraste com 42% do segundo grupo. Esse aumento significativo no número de alunos indica que uma maturidade pessoal maior e o nível educacional levam a uma melhor compreensão da relação entre patrimônio e comunidade.

De qualquer forma, pode-se dizer que o número total de estudantes que responderam de maneira correta à questão é razoavelmente baixo: apenas um terço dos estudantes compreendem a relação entre patrimônio e a sociedade. Como veremos mais adiante, essa falha origina-se na ineficiência dos livros didáticos em ensinar a relação entre cidadania e patrimônio.

Gráficos 1 e 2: Porcentagem de estudantes que reconheceram o patrimônio como um bem público.

Alunos de quinta série



Alunos de oitava série

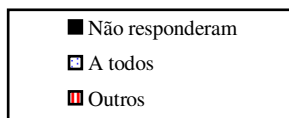
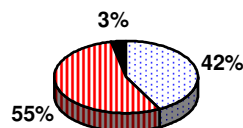
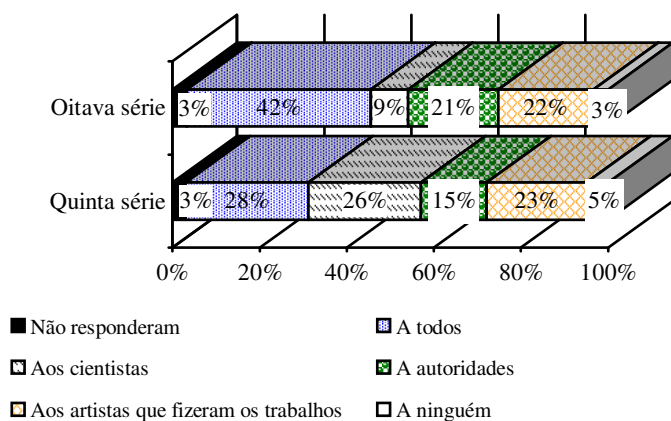


Gráfico 3: Grupos sociais a quem os estudantes atribuem a posse do patrimônio



Se os estudantes não compreendem essa relação, eles também não entenderão o patrimônio e a memória histórica como direitos de todos os cidadãos. Compreender a comunidade como proprietária do patrimônio significa entender que o sujeito da história é o cidadão e não indivíduos isolados ou instituições de poder.

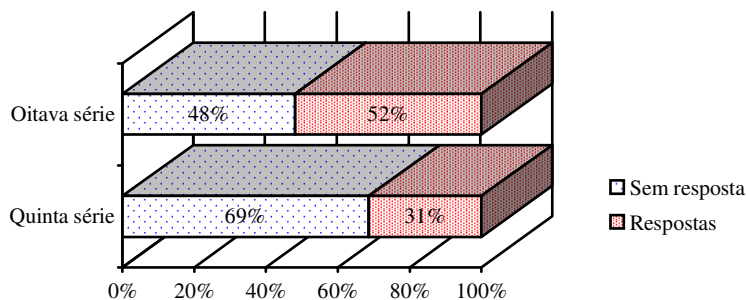
Além disso, essa falta de consciência por parte da maioria revela uma lacuna na política pública no que concerne ao patrimônio público, uma vez que a educação deveria abranger o patrimônio. Isso significa utilizar não apenas museus – e outros “lugares da memória” – no processo de aprendizagem, mas também incluir a teoria no currículo, isto é, o conhecimento e a preservação do patrimônio (Fernandes, 1993: 273).

Quando essa deficiência estiver superada, será possível reverter o quadro revelado pela seguinte questão aberta do estudo, na qual foi pedido aos estudantes que nomeassem exemplos de patrimônio histórico e artístico nacional e poucos foram capazes de fazê-lo (gráfico 4).

Na verdade, aproximadamente 60% dos estudantes não responderam à questão, ao passo que entre os 40% que responderam, uma porcentagem bastante alta o fez de forma incorreta.



Gráfico 4: Porcentagem de estudantes de indicaram um exemplo de patrimônio histórico ou artístico.



Mais uma vez, houve uma diferença significativa entre a porcentagem dos estudantes da quinta e os da oitava séries que falharam ao responder a questão. No primeiro grupo, foram 69%, enquanto que no segundo o quadro cai para 48%. Em ambos os casos, a porcentagem é alta, considerando o fato de que dentre as respostas efetivamente dadas, nem todas estavam corretas.

Além disso, exemplos específicos de patrimônio histórico e artístico traduzem-se quase invariavelmente em uma memória histórica influenciada pelas classes dominantes e regiões geográficas na forma de patrimônio edificado, geralmente símbolos do país ou simplesmente atrações turísticas. Esse fato reflete uma identidade nacional que está ligada a apenas parte da sociedade e não a todo o grupo de cidadãos.

Por conseguinte, obter o apoio dos cidadãos torna-se uma árdua tarefa para qualquer um engajado na preservação do patrimônio se desde cedo em sua educação eles são incapazes mesmo de reconhecer o patrimônio ao seu redor ou obter a consciência de que o patrimônio pertence a eles. Em outras palavras, a teoria e a prática da preservação podem fazer progresso na sociedade somente se esta sociedade está consciente do que é ser preservado.

O exemplo mais extremo desta falta de consciência pode ser encontrado nos resultados dos testes conduzidos em duas escolas do Rio de Janeiro cujos edifícios históricos são marcos que foram catalogados e protegidos pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Quando foi pedido aos estudantes que mencionassem um exemplo de patrimônio, a maioria não foi apenas

*Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*

incapaz de dar um exemplo concreto, como entre aqueles que o fizeram, nenhum mencionou a escola em que estudavam.

Foto 1: Fotografia de uma das escolas em que o estudo foi realizado; o edifício é parte do patrimônio Histórico Brasileiro.



Uma análise geral da pesquisa revela que aproximadamente 60% dos estudantes são incapazes de identificar o patrimônio histórico. Doze por cento o fazem em um caminho completamente equivocado: em especial, o erro mais comum foi mencionar monumentos de outros países, principalmente a Estátua da Liberdade em Nova Iorque e os trabalhos de Da Vinci.

Vinte e oito por cento daqueles que responderam à questão corretamente, e aproximadamente um terço desses, i. e., 13% dos estudantes, fizeram repetidas referências a museu. Isso poderia sugerir que os estudantes aceitaram um “lugar da memória” como um patrimônio da comunidade. Contudo, a natureza espetacular do recipiente parece obscurecer a importância dos conteúdos. Essa é a explicação mais razoável para compreender por que alguns estudantes que citaram museus em suas respostas, mesmo museus arqueológicos, não sabem que seu conteúdo, que os objetos nesses museus, também constituem patrimônio (gráfico 6).

Nesse sentido, a observação de Monteiro (1992: 77) a respeito dos séculos passados é ainda pertinente: “há um mecanismo de redução (...) de miniaturização de culturas e pessoas, o qual é exposto em construções suntuosas como um meio de enfatizar o poder da cultura que os suporta”. Esse é o motivo pelo qual o recipiente, mais do que os conteúdos são retidos na memória desses futuros membros da sociedade.

V. I, n° 1. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jun 2004.

De fato, apenas 3% dos alunos da pesquisa citaram bens não-edificados como um exemplo de patrimônio artístico, sendo as coroas reais da era imperial as referências mais comuns. Outros 12% mencionaram marcos, o que significa que, adicionados aos 13% que citaram especificamente museus, 25% dos estudantes que responderam às questões identificaram o patrimônio com construções quando solicitados a citar um exemplo. Além disso, a falta de variedade no patrimônio mencionado indica que, quantitativamente, após os museus, atrações turísticas obtiveram um lugar proeminente nas respostas.

Entre essas, o mais emblemático é o Cristo Redentor, o cartão-postal mais popular do turismo brasileiro. O resultado é interessante porque a resposta é encontrada não apenas em questionários do Rio de Janeiro, o que poderia ser esperado, mas também em muitos questionários de outras cidades, especialmente no caso da cidade de Natal. Isso tenderia a confirmar a desconexão que a educação estabelece com o cotidiano dos estudantes.

Além do Cristo Redentor, muitas respostas mencionaram a cidade de Ouro Preto, onde a pesquisa não foi realizada. Declarada área de patrimônio em 1980, ela é uma cidade barroca situada entre as montanhas próximas a Minas de Ouro que foram o principal centro da mineração brasileira no século XVIII.

Deve-se ter em mente que as duas construções são elementos culturais específicos do grupo étnico branco: o primeiro é um símbolo de sua religião, e o segundo, da cultura européia e das suas aspirações econômicas.

Por essa razão, é particularmente impressionante a ausência de referências a outros grupos étnicos; talvez com a única exceção de 4 questionários – que representam somente 0,5% do grupo estudado – que mencionaram o Pelourinho. Originalmente, o termo “Pelourinho” fazia referência a um lugar onde os escravos eram amarrados e punidos por seus senhores; normalmente localizado nas terras dos senhores, longe das cidades, mas com o propósito de realizar uma exposição pública de seu poder e autoridade, os colonizadores construíram um “Pelourinho” no centro da cidade de Salvador, na Bahia. Mais tarde, o termo “Pelourinho” veio a ser uma forma comum de se referir à cidade, tornando-se o nome de toda uma área de arquitetura barroca portuguesa no centro histórico de Salvador.

Esta área foi declarada local de patrimônio Histórico da humanidade pela UNESCO em 1985. Uma vez que se tornou o principal atrativo turístico da cidade, é difícil afirmar com certeza se os estudantes se referiram ao Pelourinho como um lugar de punição ou como arquitetura. A diferença é significativa, já que o

último iria envolver novamente a identificação entre o patrimônio e a etnicidade branca.

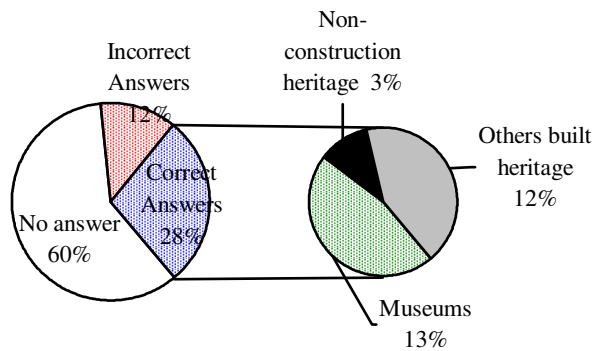
Este fato é da maior importância já que nos permite afirmar que esses poucos casos em que os estudantes são exemplos de identificar exemplos do patrimônio nacional são exclusivos de um setor social; desta forma, o patrimônio, como uma lembrança dos valores históricos e estéticos da comunidade, representa o que é particular como geral, ou nacional. A idéia de herança ensinada é um claro exemplo desse discurso e representação do “branco” como um elemento neutro (Torres, 2001: 198), servindo ao propósito de representar um determinado grupo social como expressão da humanidade comum, escondendo as relações de poder e privilégio que existiram e que continuam a existir na história do Brasil.

Precisamente porque o patrimônio ensinado está ligado à etnicidade branca, é conceitual que estudantes do sistema público, a maioria dos quais são de origem de negra (imagem 2), não estejam particularmente interessados em conservar na memória os exemplos dados pelos livros didáticos.

Foto 2: Foto de um grupo de estudantes pesquisados na cidade de Niterói / RJ.



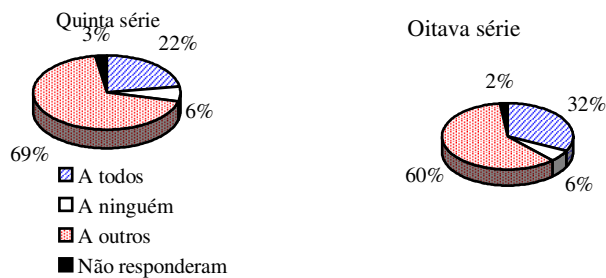
**Gráfico 5:** Resultado das amostras globais de exemplos do patrimônio histórico e artístico nacional citados pelos alunos.

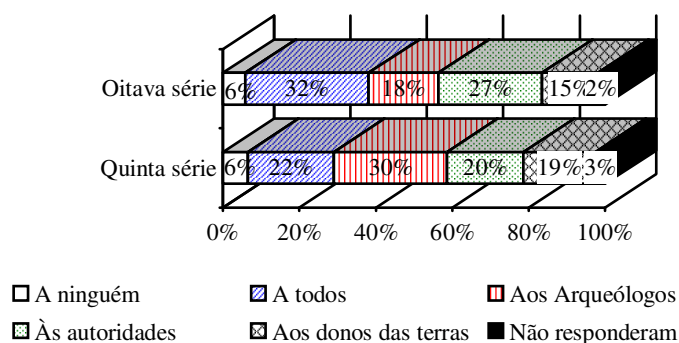


Com o objetivo de confirmar a hipótese de que estudantes reconhecem o recipiente e não os conteúdos como um patrimônio público, foi feita a eles a seguinte questão: “A quem pertence os objetos nos museus de Arqueologia?”

O resultado revela que a posse desses objetos é atribuída principalmente a setores específicos da sociedade (65%) assim como às autoridades (23%), profissionais de arqueologia (25%), ou até mesmo os donos das terras onde os itens foram encontrados (17%), mais do que à comunidade (27%).

**Gráfico 6:** A quem pertencem os objetos em museus de Arqueologia?



**Gráfico 7:** A quem pertencem os objetos nos museus de Arqueologia?

Em outras palavras, em todo o estudo, apenas 27% dos estudantes foram capazes de associar o patrimônio dos museus à sociedade e escolheram a opção: “pertence a todos”.

Como nas outras questões, a porcentagem de respostas corretas foi maior na oitava série (32%) do que na quinta (22%). Contudo, em ambos os casos a porcentagem foi bem abaixo de 50% do corpo dos estudantes e bem longe da porcentagem desejada em termos do ensino de patrimônio.

## 2. TEORIA:

O estudo revelou, com sucesso, falhas na educação do conceito de patrimônio. Essa deficiência é principalmente atribuída à ineficiência dos livros didáticos em ensinar a relação entre cidadania e patrimônio.

Essa responsabilidade pode ser atribuída aos livros didáticos porque foi encontrado um baixo grau de interação entre a aprendizagem formal e a informal no sistema educacional brasileiro. Em primeiro lugar, isso ocorre porque muito poucos estudantes visitam museus – neste caso, de Arqueologia, o que provavelmente indica que essas visitas não são atividades escolares; e, em segundo, porque não foi verificado nenhum aumento ao longo do tempo no número de estudantes que fazem essas visitas, o que indica que esta falta de interação é um traço característico

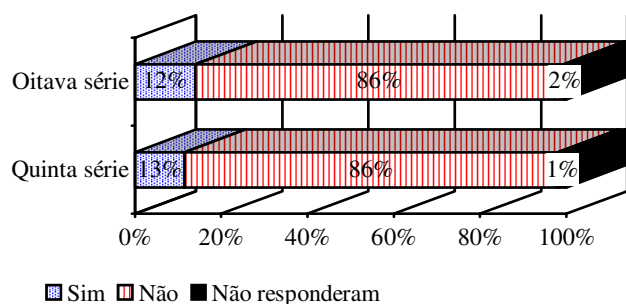
durante toda a educação elementar (da quinta à oitava séries): ou seja, está excluída das atividades propostas pelas instituições.

O estudo mostrou que tanto na quinta como na oitava séries, 86% dos alunos dizem que nunca visitaram um museu arqueológico. A constância desse quadro confirma as observações feitas acima.

Tendo excluído o potencial educacional dos próprios museus, dado que eles têm pouco ou nenhum impacto na educação pública, a principal fonte de informações acaba sendo os livros didáticos.

Estes revelam alguns dos pontos marcantes que explicariam as lacunas no conhecimento dos estudantes.

**Gráfico 8:** Porcentagem de estudantes de disseram ter visitado um museu arqueológico.



A primeira destas falhas é a representação desigual dos resquícios materiais dos diferentes grupos étnicos que compõem a realidade histórica brasileira. Essa desigualdade é claramente desfavorável para grupos que têm sido tradicionalmente excluídos do poder político e econômico. Em outras palavras, as ilustrações dos livros didáticos mostram um pequeno número de imagens relacionadas aos elementos da cultura material de grupos étnicos indígenas e negros, ao passo que há uma supervalorização da cultura branca.

A cultura material de grupos étnicos brancos é retratada acima de tudo através da arquitetura da era colonial, seja religiosa, militar ou administrativa. Monumentos como estátuas equestres ou fontes também são mostradas. Assim, o processo de colonização seria visto mais como

conseqüência dos esforços de um grupo específico do que como da interação de vários grupos.

Precisamente porque a produção material da cultura branca predomina, a cronologia recente também prevalece: ou seja, o passado histórico tem prioridade sobre o passado arqueológico. Portanto, a partir de uma perspectiva quantitativa, os livros didáticos registram em grande número os materiais deixados pelos colonizadores dos séculos XVII e XVIII, mais do que de qualquer outra era.

A segunda característica que explica a exclusão de um passado multi-étnico nas ilustrações de livros didáticos diz respeito à distribuição espacial da origem dos dados.

Em termos tanto do patrimônio edificado como não edificado, as imagens são principalmente exemplos encontrados no sudeste do país. Conseqüentemente, isso significa que, se um livro didático mostra um forte militar português, uma igreja ou mesmo uma cidade inteira, esses exemplos serão sempre construções localizadas no Sudeste.

O caso de Ouro preto é paradigmático, uma vez que uma foto desta cidade ilustra o período colonial em todos os livros didáticos oficiais<sup>4</sup>, sem nenhuma exceção. Os prédios administrativos, o atual Museu Tiradentes e as igrejas adornadas pelo escultor Aleijadinho representam a colonização do Brasil nos livros escolares. O resultado mais aparente desse quadro é a descrição homogeneizada do processo de colonização e uma falta de diversidade regional.

Realidades locais são disseminadas, substituindo, dessa forma, as gerais, primeiramente porque os próprios livros didáticos constituem um produto regional. Isso não se deve, tão somente, ao fato de eles serem publicados principalmente no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, mas também é um resultado das instituições nas quais os autores foram educados (gráfico 9). Dos 29 livros oficiais, mais da metade dos autores (16) foram educados na região Sudeste do Brasil, especialmente em São Paulo, sejam graduandos ou pós-graduados (em particular em duas instituições: USP e

---

<sup>4</sup> Livros aprovados pelo Ministério da Educação e do Desporto para serem usados no Programa Nacional do Livro Didático e adotados nas escolas públicas.

V. I, n° 1. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jun 2004.



PUC). Contudo, o que esses trabalhos revelam é uma seleção feita pelos autores da informação de sua própria área geográfica.

Gráfico 9: Distribuição dos autores de acordo com a região educacional de origem

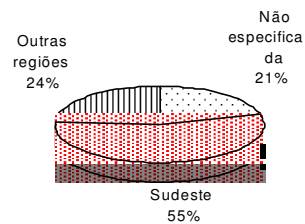
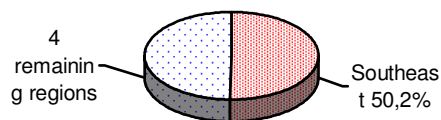


Gráfico 10: Distribuição regional dos edifícios tombados no Brasil de acordo com os dados de Silvana Rubino (1996: 99).



A segunda razão para o domínio do regionalismo dos livros usados nacionalmente é a história do próprio patrimônio no Brasil. Em outras palavras, de acordo com Silvana Rubino (1996:99), o patrimônio nacional não é distribuído de forma equitativa, em termos quantitativos, por todo o país. Pelo contrário, a região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) conta com 50,2% dos tombamentos do país (patrimônio edificado).

Essa concentração regional do patrimônio histórico e artístico no Brasil é natural se tivermos em mente que o patrimônio é não somente um retrato do passado do país, mas também de seu presente. Isso reflete a capacidade de alguns grupos de documentar, preservar e disseminar seu próprio papel na história da sociedade (Rodrigues: 1996: 195).

**CONCLUSÃO:**

Pode-se afirmar que há, no Brasil, uma série de características na educação do patrimônio que podem ser explicadas pelas operações e organizações da própria sociedade brasileira, como vimos.

Entre essas características está a articulação mínima entre os futuros cidadãos e o patrimônio nacional. Como eles não estão identificados com essa herança, não se reconhecem como seus “herdeiros”, nem são capazes de identificar o patrimônio nos espaços mais próximos.

Isso pode ser explicado em parte pelo material de ensino fornecido aos estudantes. Esses materiais, basicamente livros didáticos, cobrem os monumentos e a cultura material de uma região específica do país, a saber, o Sudeste, que é um pólo de desenvolvimento e concentração de riquezas, bem como a área de origem dos autores e editores.

Desta forma, assim como a política governamental através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a memória dos futuros cidadãos absorve a cultura material comumente produzida pelo grupo étnico branco, com especial atenção destinada às construções, particularmente aquelas que contêm outras culturas, i.e. museus, que se destacam mais do que as próprias coleções devido ao seu caráter monumental ou excepcional.

Como resultado, mesmo que a herança da etnia negra seja dominante na população, especialmente entre aqueles que, por razões históricas, freqüentam as escolas públicas, sua memória histórica é distorcida por uma educação que os leva a absorver os símbolos culturais do grupo social dominante como sua própria herança.

Portanto, a História, Arqueologia, e de forma mais geral, quase todos os testemunhos materiais do passado, transmitidos às gerações futuras, são reduzidos à história de um único setor social, lançando assim ao esquecimento as referências culturais multi-étnicas dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira.

O resultado final é a anulação prática do potencial informativo da herança de modos de vida passados, e seu uso superficial como um símbolo nacional no presente.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a Fernanda Regis Brunieri, da Universidade Estadual de Campinas, a tradução do nosso artigo da língua inglesa para o português. Este *paper* foi originalmente escrito para o livro *Telling the Children about the Past*, organizado por Nena Galanidou, a quem somos gratos pelo convite de participar do volume.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- CLAIRIN, R.; BRION, Ph. *Manual de muestreo*, Madrid: Editorial La Muralla – Editorial Hespérides, 2001.
- FERNANDES, J.R.O. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. Memória, história, historiografia. Dossiê ensino da história. *Revista Brasileira de História*, 25/26, Marco Zero, ANPUN, Vol. 13. 92/ ago. 93: 273. 1992/1993.
- MONTEIRO, E.M. Antropologia e colonialismo. Os casos inglês, francês e português. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 32, vol III: 71-85, 1992.
- RODRIGUES, M. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24: 195-203, 1996.
- RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 24: 97-105, 1996.
- TORRES, C.A. *Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Recebido em: 13/09/2003  
Aprovado em: 04/01/2004  
Publicado em: 06/02/2004

## **ARQUEOLOGÍA Y GENERO: LA MUJER ARUACA EN EL CARIBE ANTIGUO**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lourdes S. Domínguez<sup>5</sup>

---

**RESUMEN:** El género ha sido y es un tema poco abordado en la historia más antigua del Caribe, el papel jugado por la mujer aborigen en su medio cultural antes de la llegada del europeo conquistador es pocas veces reconocido y mucho menos el rol desarrollado por ella durante el proceso de la conquista y la colonización, en la que sin lugar a dudas fue parte integral del mismo y sobre todo imprescindible en la transculturación inevitable ocurrida en nuestras tierras caribeñas, también la metodología arqueológica nos permite descifrar este discurso olvidado. Estos son los aspectos que trataremos de exponer, pretendiendo dar algo de luz a esta época prácticamente perdida en la literatura histórica actual.

**PALAVRAS-CHAVE:** estudos de gênero, mulheres em arqueologia, Caribe.

**ABSTRACT:** Gender is a most unusual subject in the ancient history of the Caribbean. The role of women before the European conquest is seldom acknowledged and even less so in the colonial period, when women were so important in the transculturation process in the Caribbean. Archaeology plays in this respect an important role. These are the subjects dealt with in this paper, unexplored in recent historical studies.

**KEY-WORKS:** gender studies, women in archaeology, Caribbean.

---

Que pueblo de América Latina o del resto del Mundo no reconoce como sus verdaderas raíces a los que habitaron sus territorios en los tiempos más antiguos; para las tierras caribeñas, los verdaderos descubridores (Ortiz, 1972), son los ancestros aruacos. Para una gran mayoría estos orígenes son mostrados con gloria y fervor, por esta razón no podríamos olvidar a nuestro apóstol José Martí, cuando dijo “Ud. ve como con el mismo golpe que se paralizó al indio, se paralizó a la América, y hasta que no se haga andar al indio, no comenzará a andar bien la América” (Martí, 2001). El simbolismo martiano es brillante, hay que conocer nuestra historia antes que la de Grecia o Roma, nuestros aborígenes antes que a los arcontes; es ilógico dar primacía a lo foráneo cuando no se conoce lo propio.

---

<sup>5</sup> Pesquisadora da Oficina del Historiador (La Habana) e integrante da Academia de Ciencias de Cuba.

El golpe que paralizó a esta civilización, no puede envarar nuestro pensamiento, ni nuestro desarrollo, no se pretende revitalizar e imponer una cultura que vivió hace quinientos años, como tampoco se trata de que godos y africanos vuelvan a sus tierras de procedencia, sino simplemente entender que lo nuestro es nuevo, y cuales son nuestras verdaderas raíces formadoras y aceptar tácitamente que nuestro origen es multicomponente, pero también estar claros en que no podemos darnos el lujo de obviar y olvidar al indio, por que ellos están ahí todavía.

La supuesta desaparición física de los pobladores de la etnia Aruaca, no determina la pérdida de la posibilidad de ser parte integrante de una nueva cultura, por que la cultura precolombina quedó subyacente, utilizada por el colonizador para sobrevivir, por el negro, por que era similar a la de él en África, por tener el mismo estadio socioeconómico y por el propio indio, para no perderla. (Guanche, 1996)

Son aceptables los procesos de asimilación indohispánica, aunque estemos seguros de que este proceso sociológico resultó por ambos lados, una especie de “toma y daca” como diría Fernando Ortiz, para centrar la transculturación (Ortiz, 1968) y que no es otra cosa que el surgimiento de algo nuevo, como una simbiosis que abarca lo existente y lo que llega.

De acuerdo al etnólogo ruso Y. Bromley, es la familia la reproductora del carácter étnico específico en la vida cotidiana y en donde se dan los cambios y el surgimiento de lo nuevo, eso nuevo ha dado en llamarse: criollo y podemos asegurar que lo criollo fue “un producto del proceso sociológico transcultural en toda América Latina”. (Bromley, 1986)

En esta primera etapa hay una clara idea de la autoconciencia étnica, lo que sucede es que los “vencidos” en el Caribe no dejaron nada escrito, las Crónicas las hicieron después, los vencedores, imbuidos de sus conceptos ya que nunca entendieron a la cultura Aruaca, ni les interesó entenderla, de aquí la poca información que se consignó en estos documentos. (Marrero, 1972)

No hay lugar a dudas que la madre de los primeros criollos fue la mujer indígena, la que tuvo a su cargo la crianza de esta nueva generación nacida en América y quedó bajo su abrigo y tutela, cuando el padre partió, a buscar nuevas tierras para conquistar y engrandecer la heredad. Bajo la mano firme de la mujer indígena se desarrolló la enseñanza de esos hijos “nacidos de sangre” en el Nuevo Mundo (Dávila, 1979) los cuales en su gran mayoría no pisaron jamás tierra europea. (Evans-Pritchard, 1975) Aparentemente se “españolizó” rápidamente, a la fuerza o a partir de la inteligencia, solo utilizó el ritual del bautismo cristiano para la adquisición de un nuevo nombre, pero jamás perdió su lengua, su religión, sus destrezas y sus costumbres, estas cosas no entraban en su juego.

El espacio Caribe, históricamente conformado y no geográficamente determinado, existe, es un concepto espacial sustentado desde los tiempos más antiguos, mucho antes de la llegada del europeo (Wood, 1989) que se presenta en una región con homogeneidad visible

Por ser el Caribe el primer territorio descubierto y colonizado, es donde se decide el destino de América, esta catástrofe lo llevó a uno de los procesos de colapso demográfico más injusto dentro del genocidio cultural y físico que se perpetró en los albores del siglo XVI, poco juzgado por la historia. (Bagú, 1987) La balcanización y atomización de esta región, que era considerada desde sus orígenes como una sola, un sin fin de Cronistas y Viajeros atestiguan su unidad originaria, (Du Puis, 1652, Pellepart, 1655, Rochefort, 1666, Du Tertre, 1667, De la Borde, 1674, Labat, 1693-1705 y Bretón, 1892) y, mantienen la idea a partir de los avatares del establecimiento de un orden diferente por parte de los conquistadores del espacio y un “dejar hacer” por parte de los conquistados. (Farr, 1999; Morales Padrón, 1996)

La idea de un desarrollo local lo prueba la arqueología, así como también las Crónicas iniciales o clásicas para el Caribe como son las de Bartolomé de Las Casas, Fernández de Oviedo y Mártir de Anglería, las cuales queriendo o no, atestiguan la existencia de un pueblo, étnicamente definido, con lengua, cultura y territorio homogéneo que nos hace inferir una sociedad unificada culturalmente. (Casas, 1965, Fernández de Oviedo 1959, Mártir de Anglería, 1944) El primero que acotó que la gente que moraba en este lugar era de “una misma calidad y costumbre” fue Cristóbal Colón en su primer viaje, diciendo además: “toda la lengua es también una y todos amigos” (Colón, 1961); era tan ostensible que desde el primer momento así lo anotó en su diario de viaje. (Trincado, 1997)

Hemos decidido demarcar cronológicamente una etapa bien polémica y de la cual se posee poca información escrita, los finales de la etapa precolombina y el inicio del siglo XVI ya que nuestros aborígenes no dejaron memoria escrita, por esto sustentamos su historia a partir de la arqueología en gran parte.

Es también real el hecho de la casi inexistencia de trabajos investigativos sobre la etapa, también lo es de la mujer en los tiempos prehispánicos y mucho menos en los primeros años de la conquista, se habla en realidad de las mujeres de rango pero nunca de las que conformaban el pueblo aborigen que vivía en estas islas, también fue así con las pocas europeas que vivieron en estos tiempos de la colonización y de estas solo se hace notificación escueta y de las que poseían alta alcurnia. (Rostowrski, 1987; Muriel, 1992)

Lo que pudo ocurrir entre 1492 y 1542 en que se promulgan las Leyes Nuevas (Morales Padrón, 1979) en nuestros territorios antillanos fue un verdadero

ensayo de la vida y para la vida que continuaría en lo sucesivo, ya que ni en América se vivió como en Europa, ni en Europa se quiso saber como se vivía en América. (Vincent, 1975) En los casi cincuenta años que median entre una fecha y otra, prácticamente una generación, se conformó un modo de vida nuevo, teniendo en cuenta sus lógicas variantes, fue el preámbulo de la gesta americana de la conquista. Esto le valió al Caribe ser el que recibiera el choque frontal del proceso que comenzó en los albores del siglo XVI. (Ladero, 1992)

Lo que se ha podido saber de la mujer india es a partir de la vida material que descubre y descifra la arqueología o que se infiere por de la etnología comparada, de igual modo por las notas crónicas, asimismo por los estudios sociológicos que explican algunos procesos de ese modo de vida antiguo; de lo que aconteció después de la llegada de los europeos da fe el hecho real del mestizaje inicial, un rasgo que caracterizó a la población oriunda de estos cincuenta años americanos, el mestizo, hijo de español e india, {el criollo}, indicaba la unión y por ende la valoración de la mujer aborigen como hembra reproductora a la falta de la goda por excelencia. A la vez y solo debido a las circunstancias se le permitió y se entendió que era madre, maestra y hasta conservadora del caudal adquirido, no había otra opción.

Este primer momento de beligerancia es el que no se recoge en los documentos, se soslaya, por que no era propio que se supiera en España, pero representó la única forma de adueñarse de lo poco que le quedaba a los indios, dueños aún de algunas tierras asimismo la única forma de sobrevivir en este medio. (Olachea, Labayen, 1992)

Para poder esclarecer el verdadero status femenino en este período, tanto la mujer india, como la poca europea que llegó, hay que hacer una verdadera proeza analítica e inferencial de las Crónicas, de la Legislación de la época y como es lógico limpiar en el buen sentido de la palabra el corpus escrito de tanto pensamiento discriminatorio, de tanta injuria al género y sobre todo de tanto silencio. (MacEwans, 1971)

La estructura familiar en las comunidades agroalfareras más evolucionadas en el Caribe en el momento de la conquista, reconocía la descendencia por línea hereditaria matrilineal, pero no se puede decir que se presentaba entre ellos la figura sociológica del matriarcado como tal. (Potrony, 1985), existían una serie de aspectos que se mantenían éticamente dentro del grupo como el hecho de no tomar a la hermana como esposa, la sucesión jerárquica de mando era por la vía materna, todo lo que nos lleva al producto de un posible matrimonio por grupo. (Guanche, 2001)

Los europeos implantaron e impusieron un tipo de familia que tenía en sus entrañas un sin fin de contradicciones que el indígena obviamente no entendía y no podía explicarse a partir de su propio pensamiento al respecto, para el español el matrimonio era una institución jurídico económica con una pantalla religiosa inmutable al servicio del status financiero familiar, para el indio era una manera de sobrevivencia natural.

El ideal femenino europeo era similar al implantado por la religión cristiana, en que la mujer virgen, capaz de ser madre de Dios, totalmente fuera de la idea de sexo – la mujer debía, para ser respetada, desconocer la expresión de la sexualidad – de esta forma lo que se encontró en la sociedad Aruaca era todo lo contrario, la mujer aborígen no era considerada objeto, sino parte de la comunidad en que vivía, cualquiera que fuere su posición o status (Herrem, 1991), y sus ideas sobre el manejo del sexo tan naturales como la vida misma.

Coincide con la representación gráfica de la mujer Arauca un poco más entrado el siglo XVII, que es bien esclarecedor, ya que la pintan a partir del ideal clásico, de la belleza helénica (Fig. 1 y 2) y la representación de la pareja monógama, como lo entendían en Europa, forzando una visión del indígena a su manera (fig. 3, 4 y 5) (Tomado de Alain Yacou, 1993)

Si exceptuamos la obra de Bartolomé de las Casas, en ninguna comunicación se habla de lo cotidiano, y mucho menos de su actuación como parte del grupo, ni de lo que verdaderamente representó la mujer india para aquel solitario hombre de guerra, venido a menos en su tierra y que llegó de un Mundo Viejo para quedarse. (Domínguez, 2001)

No hay lugar a dudas que el universo Arauco o Taíno, como en toda sociedad agrícola, la mujer por su capacidad reproductora ha estado asociada simbólicamente a la tierra y al proceso de producción, en especial a la producción humana, la más importante y la más necesaria en ese momento. Que rol le tocó jugar a esta mujer en ese momento tan crucial, es uno de los puntos menos tratados en la historiografía actual, en que solo predominan reseñas contemporáneas y estudios de género. (Haviser, 1992; Arroyo, 1988) Tuvo a su cargo tareas imprescindibles en la economía, sobre todo en las faenas agrícolas, tanto en la siembra como en la recogida de los frutos, en especial con el cultígeno de la Yuca ( *Manihoc Sculenta* Grantz) exigidos por sus creencias y no trasladables a nadie más del grupo. Igualmente en la preparación y en la preservación de los mismos y en la realización de artesanías y la producción alfarera, esto puede ser considerado como un segmento del poder tribal. (Sued Badillo, 1979; Cassá, 1992)



Podemos consignar al enfrentarnos a este tema, que la información que se recibe del corpus textual de la crónica se puede considerar casual en lo que corresponde a la actuación de la mujer aborígen, menospreciada su figura ya que de esa raza sometida “solo se quieren los brazos para el trabajo y a las mujeres para concubinas”. (Pichardo Viñals, 1966) La profunda desigualdad de sexos, la dependencia servil, la desproporción y el antagonismo que regía en las relaciones sociales medievales, tocante a este tema en el mundo, trajo por consecuencia este olvido voluntario de un ser tan importante como lo fue la mujer aborígen en la conquista y colonización del Caribe y del Nuevo Mundo en general. (Larguía y Doumoulin, 1983; DiZerega, 1995)

No adentrarse en la verdadera realidad de este momento histórico se debe a una razón muy clara y bien definida y que es el pobre concepto de género, tan limitado en esa época que solo es parte de una hechología casuística. Algunos Cronistas tuvieron críticas acérrimas a la mujer, como por ejemplo Fernández de Oviedo que decía de ellas “... son las mayores bellacas e más deshonestas y libidinosas” (Fernández de Oviedo, 1959) pero no creo que esto fuera real en verdad, parece solo un mal entendimiento de las costumbres aborígenes, en cuanto a forma de vida, y sobre todo en el comportamiento sexual o un problema personal del Cronista.

Los españoles en esta temprana época, pocas veces repudiaron la unión con las mujeres aborígenes y en más de una Real Cédula se autorizó y propició el matrimonio legal entre las dos partes (Pichardo Moya, 1945); en el Caribe el favorecimiento de estos enlaces estuvo relacionado con la imposición legal de la herencia a la forma de las Leyes Españolas, incluidas la supresión de las obligaciones de tipo avuncular (Potrony, 1985) resultando de esta forma muchas uniones entre conquistadores ya radicados como colonos y mujeres indias, que eran parte de los grupos de jeraquí que quedaron con sus tierras, como pudo ser el caso de Vasco Porcallo de Figueroa en Cuba, el cual fundó una extensa familia mestiza, con lo que adquirió al mismo tiempo y producto de esto, grandes riquezas y un extenso patrimonio en tierras, a por sus uniones matrimoniales, que favorecían el engrandecimiento de sus caudales, debido al entronque de linajes con la mal llamada “nobleza aborígen”. (Rojas, 1947)

La mujer europea en este momento se presenta en cantidad ínfima pero estaba expuesta también a una profunda desigualdad, creada por las condiciones sociales de dependencia y de antagonismo que regían en sus relaciones de clases y a la ineludible propiedad de los medios de producción, acrecentada además por la no-

adaptabilidad al medio, ya que se veía solo como un objeto, teniendo en cuenta algunas excepciones muy especiales. (Friede, 1966)

Entre 1497 y 1498 en los viajes de Cristóbal Colón, de acuerdo a los documentos, solo llegaron 30 mujeres españolas, posiblemente en el tercer viaje, lo que vinieron a hacer en tan temprano momento, la documentación no lo consigna, son prácticamente inexistentes, hay una idea de para que sirvieron muchas de ellas, pero como es lógico no es motivo para consignar en ningún documento oficial. (MacEwans 1991)

Vale plantear que en los inicios del XVI o tal vez un poco mas tardíamente, la herencia de bienes por vía materna, no solo se asociaba a las sociedades gentilicias sino que en muchos casos este tipo de sucesión era también la usada por el conquistador y colonizador y en algunos casos perduró estrechamente vinculada a la propiedad territorial, dados los índices de emigración masculina tan elevado con relación a las mujeres europeas. (Pérez de la Riva, 1946)

Hay una serie de ejemplos que ilustran este estudio realizado con los documentos del Archivo de Protocolos de la Habana, expuesto en el Archivo Nacional de Cuba donde se observa y se ve reflejada esta problemática numéricamente representada, en la transición de bienes y caudales por vía materna en casi todo el siglo XVI. (Domínguez Rives, 1993)

El reconocimiento del pasado más antiguo, donde la mujer aborigen se hizo valer a partir del papel fundamental que tuvo, permite llegar a la convicción de que se poseía una autoconciencia étnica (Guanche, 1996) por ende se dio paso al proceso de transculturación francamente en este momento inicial de nuestra historia, aunque se piense que fue fallido. (Domínguez, Rives, 1993)

Por lo menos en los centros poblacionales que generaron documentación protocolar los enlaces se hacían a la manera europea, es decir teniendo en cuenta la transmisión de apellidos y la herencia de bienes, generalmente por vía paterna, pero hay rasgos de supervivencia de sucesión matrilineal como lo expresa S. Culin en 1902 al estudiar los poblados de Yara, Yateras y Caridad de los Indios en Cuba, donde el mantenimiento de formas jurídicas matrilineales estaban vivas aún. (Rives, Domínguez, Perez, 1991)

La rápida desarticulación de las comunidades primitivas que existían en el Caribe al contacto entre aborígenes y europeos, según algunos estudiosos representó la posibilidad de una total extinción de los indoantillanos, otros investigadores plantean que no necesariamente en este proceso se perdieron tan drásticamente los elementos culturales de persistencia étnica, sino que los mismos se enmascararon, y que se puede hablar de procesos tempranos de transculturación

(Guanche, 1983) y se asegura que existen descendientes amerindios, o naturales de la tierra hasta muy entrado el siglo XIX. (Salas, 1960)

No ponemos en duda que la mayoría de la referencia histórica más antigua del Caribe se determina por la arqueología, el estudio de los elementos materiales exhumados dentro de las áreas de acción humana, son la expresión material de esos pueblos y de su quehacer cotidiano, a partir de los mismos se infiere y su modo de vida.

El mundo de sus creencias religiosas y su mitología ha sido bien reflejado en la obra del primer etnólogo de América, Fray Ramón Pané quien en 1493 por órdenes de Cristóbal Colón rescató el pensamiento cosmogónico de los aruacos, el cual con algunas adiciones fue también expresado en la obra de los Cronistas de Indias. En esta obra se dedica un espacio limitado a la mujer indígena, pero si se hace hincapié en la figura femenina en el discurso mítico religioso. (Arrom, 1989; Fariñas, 1995; Pané, 1990)

Igualmente la arqueología nos ha proporcionado testimonios seguros y expeditos en el estudio de la mujer aborigen, representado plásticamente en su ajuar a la figura femenina a partir de sus cánones de belleza y a sus estatutos plásticos a todo lo largo del territorio caribeño (Domínguez, 1986; Dacal, 1972; Dacal, Domínguez, 1988) indicando con esto la posición prominente de la mujer en el discurso mítico antillano (Pastor, 1983) y que no es otra cosa que el reflejo de su sociedad. (López Baralt, 1985)

Atendiendo a estos planteamientos podemos tomar como ejemplo la representación del cemi divino de Atabeira madre del Dios principal Yocahú, del cual Pané indica "... tiene madre, más no tiene principio y a este llaman Yucahu, Bagua, Maorocoti y a su madre llaman Atabey, Yermano, Guácar, Apito y Zuimaco, que son cinco nombres "(Pané, 1990); la cantidad de nombres responde a un mecanismo de diferenciación social, la madre tiene cinco nombres y el hijo, a pesar de ser tan principal, solo tiene tra. (Stevens-Arroyo, 1988)

También encontramos en el relato mítico la intervención de la mujer en la representación de Guabonito, la mujer que sale del mar, la que cura la sífilis o el "mal de bubas" y la de Itiba-Cahubaba, la madre del bien, la que murió de parto al traer a la vida a los gemelos violentadores de las nuevas pautas culturales en su mundo cosmogónico (Sued Badillo, 1986) y Gubancex la dueña de los vientos y las aguas violentas, que representa los males que podían traer consigo las catástrofes como por ejemplo los huracanes, muy bien utilizada por Fernando Ortiz en su obra Huracán así como también Caguana, la madre procreadora por excelencia. (Guarch, Querejeta, 1993; Arrom, 1989; Rodríguez.1982)

De todo este panteón Aruaco o Taíno encontramos, gracias a la investigación arqueológica, con una buena cantidad de manifestaciones plásticas, en diferentes géneros, que nos permiten valorar la tecnificación alcanzada por sus artífices para la exposición de sus ideas, infiriendo así el desarrollo de las fuerzas productivas y por ende sus relaciones de producción y dentro del cual el arte, como forma de la conciencia social refleja la base económica que permite esa producción artística acorde al discurso cosmogónico reflejado en la obra de Pané y de otros Cronistas. (García Arévalo, 1988)

Dentro del estudio de las manifestaciones del arte aborigen cubano y caribeño encontramos la representación de la figura femenina abundantemente con diferentes expresiones y variantes tanto en forma, diseño y material, así como en la utilización y en contenido, fenómeno poco estudiado en la plástica caribeña. (Pons, 1980; Dacal, 1972; Domínguez, 1986; Valcarcel, 2000)

La arqueología hace especial hincapié en el estudio de la producción cerámica Aruaca, tanto en la producida para la vida cotidiana como la de ejemplos de excepción dedicados al ritual religioso. El proceso tecnológico de la cerámica indica que hay excelencia en el mismo y esto a su vez manifiesta un mayor desarrollo social. (Sued Badillo, 1979; Domínguez, 1986) La productividad de los enseres cerámicos es uno de los quehaceres principales de la mujer y esto como es lógico la reafirma en su posición relevante en el grupo, además por que ella tendrá otras tareas asociadas de gran envergadura como son la siembra, la confección de alimentos, la preparación medicinal cotidiana con el conocimiento de la flora, el cuidado de la prole, su enseñanza del idioma y de los deberes comunales y la más importante la procreación misma, sin la mujer no hay grupo humano.

De cerámica son hechas en su gran mayoría las figurinas o estatuillas femeninas, moldeadas en barro y cocidas posteriormente, piezas exclusivas de los ritos agrarios (Dacal, 1972), también usadas para el proceso de gestación y sobre todo para el parto, ya que sus creencias planteaban que con ellas puestas en el vientre de la parturienta se desenvolvía bien la operación de traer un ser a la vida, aspecto de mucha importancia en estos grupos humanos. (Arrom, 1989; Petigean-Roget, 1988)

Cuando se efectúan excavaciones arqueológicas en lugares con características mortuorias de estos grupos aruacos, hemos podido constatar que hay un marcado uso de objetos suntuarios tanto en los entierros masculinos como en los femeninos, se entierra con los atributos que corresponden a su posición social y a sus costumbres, Ejemplo de esto lo podemos ver en los trabajos arqueológicos realizados en el sitio Chorro de Maita, cementerio Aruaco de grandes proporciones

en el oriente de Cuba en el cual se presentan entierros de mujeres con abalorios de especial elaboración como son cascabeles de oro, pequeñas placas de oro martillado, dijes del mismo material y la figura de un pájaro sofisticado hecho en láminas de oro martillado e hilos de oro como decoración. (Guarch, 1995)

De acuerdo a las circunstancias que dieron motivo a la ruptura de la continuidad étnica del aborigen en el Caribe, las relaciones de parentesco y familia permitieron que se mantuviera una toma de conciencia de la ascendencia india, la que claramente se ve aplicada en la documentación generada protocolarmente en el siglo XVI temprano y simultáneamente debió desarrollarse una tendencia resultante de la asimilación de técnicas y costumbres de una parte y de otra del binomio inicial de la conquista, en todas ellas la mujer indígena jugó su más grande e importante papel en esta historia en esto la evidencia arqueológica en los objetos materiales los cuales sensiblemente transformados llegan y se incorporan al proceso de transculturación, por ejemplo el buren, el consumo de alimentos netamente aborígenes como el casabe, el maíz, en otros aspectos como son la toponimia, que ha llegado hasta hoy por los mantenimientos de formas idiomáticas, las creencias que se entrelazan en la formación de religiones de origen africano y que viven en la actualidad como elemento netamente americanos, los lazos familiares y su necesaria persistencia para la heredad, lo que argumenta la persistencia de elementos de la organización gentilicia muy entrado el siglo XVI en el Caribe. (García, 1978)

La mujer aborigen no ha sido estudiada en su marco originario, dicen que es imposible hacerlo, esto que hemos expuesto es solo un preámbulo para lo que en verdad puede ser una verdadera investigación que ayudaría a los estudios de género en America Latina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROM, José Juan (1989) *Mitología y artes prehispánicas de las Antillas*. Siglo XXI Editores. México.
- ARROYO, Anita (1988) Anacaona. *La Revista del Centro de Estudios Avanzados de Puerto Rico y el caribe*. Enero-junio p. 63-66, Puerto Rico
- BAGU, Sergio (1987) La conquista de América un cataclismo social. In: *Casa de las Américas*. (165): 3-10, Año XXVIII, nov. dic. La Habana.
- BRETON, R. (1892) *Dictionaire Caraibe-Francais*. Edition Facsímile reimprime par Jules Plalmamm. BG Teubner. Leipsig.
- BROMLEY, Y. (1986) *Etnografía teórica*. Edit. Nauka. Moscu.

- CASAS, Bartolomé de las (1965) *Historia de las Indias*. Fondo Cultura Económica. México
- CASSA, Roberto (1992) *Los indios de las Antillas*. Edit. Mapfre. Madrid.
- COLON, C. (1961) *Diario de navegación*. CC UNESCO. La Habana
- DAVILA, Ovidio (1979) Los niños taínos. In: *Rev. de promoción Cultural*. Año II (7):3, jul-agt.sept. Puerto Rico.
- DE LA BORDE, SR. (1674) (1981) *Relation de l'origine moeurs, costumes, religion, guerres et voyages des caraibes sauvages des Isles Antilles de L'Amérique*. Paris. In *Crónicas Francesas de las isles Caraibes*. Univ. Puerto Rico y CEA, Puerto Rico
- DI ZEREGA WALL, Diana (1995) *The archaeology of gender*. Planiun Press. N. York
- DOMINGUEZ COMPAGNY, Francisco (1978) *La vida en las pequeñas ciudades Hispanoamericanas de la conquista*. Edic. Cultura Hispánica den Centro Iberoamericano de Cooperación. Madrid. Cap. IX Vida social y familia p. 101-163
- DOMÍNGUEZ. L. (1986) *Algunos aspectos del arte de los grupos aborígenes agricultores ceramistas de Cuba*. Edit. Nauka, Novosibirsk p. 134-136 Siberia
- \_\_\_\_\_. (2001) La mujer aborigen al inicio del siglo XVI en el caribe. In: *Gabinete de Arqueología*. Boletín (1):88-91, año 1, La Habana.
- \_\_\_\_\_. y A. Rives, (1993) *Arqueología, parentesco y transculturación en el aporte aborigen a la cultura cubana*. Centro de Antropología. La Habana,
- \_\_\_\_\_. et al(1994) *Las comunidades aborígenes de Cuba. Historia de Cuba. La Colonia*. Capt. 1 Editora Política. La Habana, p. 5-57
- DU PUIS, G. (1972) *Relation de l'establissemend de une colonie Francaise dans la Guadeloupe, isle de L'Amérique e des moeurs de sauvages*. Bibliotheqhue d'Histoire Antillaise. Societe d'Histoire de la Guadeloupe. Basse – Terre. Guadeloupe (1652)
- DU TERTRE, J. B. (1958) *Concernig the Natives of Antilles. Histoire Generale des isles de S. Christophe de la Guadeloupe, de la Martinique et autre dans L'Amérique* (1667) M. Mackusick and Piere Verin, edit. Paris.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. (1975) *La mujer en la sociedad primitiva*. Edic. Península # 84. Barcelona,
- FARINAS, D. (1995) *Religión en las Antillas*. Editorial Academia. La Habana.
- FARR, Starr (1999) Gender and Ethnogenesis in the Early Colonial Lesse Antilles. In: *Actas del XV Congreso Internacional de Arqueología del Caribe*. P. 367-375 Guadeloupe.
- FERNÁNDEZ DE OVIEDO, G. (1959) *Historia General, Natural de las Indias*. Autores Españoles Madrid. P. 118

- GUANCHE, J. (1983) *Procesos etnoculturales de Cuba*. Ediciones Letras Cubanas. La Habana.
- \_\_\_\_\_. (1996) *Componentes étnicos de la nación cubana*. Editorial Unión. La Habana
- \_\_\_\_\_. (2001) *Grupos étnicos y familia*. Apuntes iniciales. (Comunicación personal)
- GUARCH, J. M. y A. Querejeta. (1993) *Los cemés olvidados*. Publigráf. La Habana.
- HAVISER, Jay. B. (1992) *Amerindian Woman of the Caribbean*. Mundu Yama. Curazao. Fundantion Publicación. Curazao
- HERREM, Ricardo (1991) *La conquista erótica de las Indias*. Edit. Planeta. Barcelona.
- LABAT, R. P. (1931) *Voyages aux Isles de L'Amérique (Antilles) (1693-1705)* Edit. Ducharte Paris. Casa de las Américas/La Habana.
- LADERO, M. A. (1992) El horizonte histórico español de cara al Nuevo Mundo. In: *Bulletin D'Information* (15): 8-20, Martinique.
- LARGUIA, I. Y J. Doumoulin, ( 1983) La mujer en el desarrollo: estrategia y experiencias de la revolución Cubana. In: *Casa de Las Américas* (149): 37-52. La Habana.
- LOPEZ BARALT, Mercedes( 1985) *El mito taíno Levi-Straus en las Antillas*. Ediciones Huracán. Puerto Rico.
- MARRERO, Levi (1972) *Cuba: Economía y Sociedad*. TI Editorial San Juan. Puerto Rico
- MARTI, José (2001) *Obras Completas. Centro de Estudios Martianos*. Karisma Digital. La Habana. (Soporte Magnético)
- MÁRTIR DE ANGLERIA, Pedro (1944) *Décadas del Nuevo Mundo*. Buenos Aires.
- MCEWANS, Bonny (1991) The Archaeology of Women in the Spanish New World. In: *Historical Archaeology*. Vol. 25 (4): 33-41, Washington.
- MORALES PADRÓN, Francisco (1979) *Teoría y leyes de la Conquista*. Ediciones Cultura Hispánica. Madrid.
- \_\_\_\_\_. (1990) *Los conquistadores de América*. Espasa-Calpe. Madrid.
- MURIEL, Josefina (1992) *Las mujeres de Hispanoamérica. Epoca Colonial*. Edit. Mapfre. Madrid.
- OLACHEA LABAYEN, Juan B. (1992) *El mestizaje como gesta*. Edit. Mapfre. España.
- ORTIZ, Fernando (1968) *Contrapunteo cubano del Tabaco y el Azúcar*. Consejo Nacional de Cultura. La Habana.
- \_\_\_\_\_. (1972) Canoa. *Revista Universidad de la Habana*. (1960): 117-125. La Habana

- PANE, Ramón (1990) *Relación acerca de las antigüedades de los indios*. Edit. Ciencias Sociales. La Habana.
- PASTOR, Beatriz (1983) *Discurso narrativo de la conquista de América*. Edit. Casa. La Habana
- PELLEPRAT, P. (1981) Relation des missions des P. P. de la Compagnie de Jesús dans les isles et dans la terre ferme de L'Amérique Meridionale. In: *Crónicas Francesas de las Indias Caribes*. Universidad de P. Rico y CEA (1655). P. Rico.
- PEREZ DE LA RIVA, Francisco (1946) *Origen y régimen de la propiedad territorial en Cuba*. Academia de la Historia. Habana.
- PETIJEAN-ROGET, Henry et al (1988) *Femmes live d'or de la femme Creole*. Raphy Diffusions Pointe a Pitre. Guadalupe.
- PICHARDO MOYA, F. (1955) *Los indios de Cuba en sus tiempos históricos*. Academia de la Historia. La Habana.
- PICHARDO VINALS, Hortensia (1986) *La fundación de la primeras villas en la Isla de Cuba*. Edit. C. Sociales. La Habana.
- POTRONY, J. (1985) *La familia humana*. Ediciones Ciencias Sociales. La Habana.
- RIVES, A. y L. Domínguez (1991) *Los documentos históricos sobre las Encomiendas y las Experiencias Indias de Cuba y las evidencias arqueológicas del proceso indohípanicos*. *Estudios Arqueológicos* (1989). Edit. Academia. La Habana.
- ROCHEFORT, C. (1666) *The History of the Caribby Island Barbados, St. Christophen, St. Vincents, Martinique, Dominica, Barbouthus, Monserrat, Nevis, Antigua in all XXVIII*. Printed J. M. Thomas Dring. London.
- RODRIGUEZ, Marcos (1982) Atabaeira: diosa taína de las aguas y de las mujeres gestantes. In: *Periódico 5 de septiembre*. Cienfuegos. Oct.
- ROJAS, María Teresa (1947) *Índice y extractos del Archivo de Protocolos de la Habana*. Imprenta Ucar y García. La Habana.
- ROSTOWRWISKI, María (1987) La mujer en la época prehispánica. In: *Cuicuilco* (18): 80-85 jul- México.
- SALAS, A. M. (1960) *Crónica Florida del mestizaje de los indios*. Siglo XVI. Edit. Losada. Buenos Aires.
- STEVENS-ARROYO, Antonio (1988) *Cave of Jagua*. University of New México Press. Albuquerque.
- SUED-BADILLO, Jalil (1979) *La mujer indígena y su sociedad*. Edit. Antillana. Rio Piedras. P. Rico
- \_\_\_\_\_ (1986) El mito indoantillano de las mujeres sin hombres. In: *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*. (40): 15-22, junio. P. Rico.
- TRINCADO, María Nelsa (1997) El aborigen y La Caridad del Cobre. In: *El Caribe Arqueológico*. Santiago de Cuba. (2): 114-120



- VALCARCEL, R. (2000) Seres de Barro. Un espacio simbólico femenino. In: *El Caribe Arqueológico* (4): 20-34 Santiago de Cuba.
- VINCENT, Andre (1975) *Derecho de los Indios y desarrollo en Hispanoamérica*. Edic. Cultura Hispana. Madrid.
- WOOD, Yolanda (1989) Repensar el espacio Caribe. In: *Revista Universidad de la Habana* (236: 62-80) sept. Oct. La Habana.
- YACOU, Alain y J. Adelaide Merlande (1993) *La decouverte et la conquete de la Guadeloupe*. Edit. Kactchala et CERC. Guadeloupe.

Recebido em: 16/09/2003  
Aprovado em: 04/01/2004  
Publicado em: 06/02/2004

## ETNOGRAFIA DOS TERRITÓRIOS JUVENIS NA CIDADE <sup>6</sup>

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Rieth<sup>7</sup>

---

**RESUMO:** Apresenta-se a etnografia dos espaços de sociabilidade dos jovens na cidade, a qual figura como uma crônica de Pelotas: a Avenida, a Avenida da Praia do Laranjal e o Bar Farol foram os lugares indicados pelos informantes – jovens de 15 a 19 anos de camadas médias. Na Avenida, observa-se o encontro de uma multidão de conhecidos, onde misturam idades e classes sociais, evidenciando as “marcas de personalidade” no convite ao olhar o movimento. Distinguem-se os espaços tradicionais daqueles da moda, referências embora compartilhadas por todos, circunscrevem diferentemente indivíduos e redes sociais na cidade. Onde, ganham centralidade os aspectos de geração e gênero, observando-se o pronunciamento do controle sobre os jovens em um contexto de camadas médias do interior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade - Juventude - Sociabilidade

---

**ABSTRACT:** The ethnography presents the spaces of intense sociability of young people in the city, which figures as a chronic of Pelotas: the Avenue, Laranjal Beach Avenue and Farol Bar. These places were indicated by the informers - young people between 15 and 19 years old come from middle classes. In the Avenue, it notices the meeting with a crowd acquaintances where mix the ages and the social classes, demonstrating the "personal marks" in the invitation to take a look at the movement. Traditional spaces distinguish from fashion spaces. Although everyone shares these references, they constitute differently the people and the social network in the city. Therefore, the generation and gender aspects become important issues in order to observe the pronounced control of young people in a context of interior middle layers.

**KEY-WORDS:** City - Youth - Sociability.

---

Apresenta-se, neste artigo, a etnografia das formas de sociabilidade dos jovens na cidade com o objetivo de discutir as continuidades e rupturas presentes nas relações geracionais. A cidade é o lugar da investigação, ao invés de seu objeto

---

<sup>6</sup> Este artigo é uma síntese parcial do capítulo "*Etnografia dos territórios juvenis na cidade: sociabilidade, sexualidade e amor*", apresentado em minha tese de doutorado, Rieth (2000).

<sup>7</sup> Coordenadora do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – LEPAARQ/UFPEL. Professora Adjunta do Departamento de História e Antropologia – Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Pelotas / RS, Brasil.

(DURHAM, 1986). O lugar, conforme Augé (1994) é uma construção simbólica e concreta do espaço que se caracteriza por ser identitário, relacional e histórico. Contém os princípios de sentido de quem o habita, localizando indivíduo e redes sociais em trajetos e territórios. Seus marcos são históricos, evidenciando a dimensão vivencial. É no lugar antropológico que informante e pesquisador se encontram.

A sociabilidade, em sua acepção simmeliana, é conceituada como uma forma autônoma de associação que tem valor por si mesma, em função “do interesse e apreço pela proximidade com os outros e, também, por desfazer a solidão da distância” (VELHO citando SIMMEL, 1986: 13), o que recobre os riscos e as intenções das interações. A sociabilidade se encontra liberada de motivações e interesses específicos para além do fato social.

Recorre-se, novamente a esse autor, em função da correspondência indicada entre juventude e aventura (SIMMEL, 1934), objetivando descrever o “tom” desta sociabilidade entre jovens em Pelotas. A aventura, para Simmel, configura a subjetividade da juventude, caracterizada pelo excesso de vitalidade, pela importância que assume o tempo presente e a intensidade da experiência. A aventura rompe com o mundo ordinário – no caso, com o disciplinamento da escola – apresentando-se como imprevisível, embora guarde, segundo o autor, uma relação de necessidade com o sentido de existir. Com essa proposição, busca-se contemplar a particularidade destas relações sociais nessa idade da vida, em que a intensidade da experiência é compartilhada entre os pares.

Considera-se aqui a discussão da influência do grupo de pares sobre o jovem. Conforme observa Mead (1970), em sociedades modernas<sup>8</sup>, a referência passa a ser o grupo de pares, marcando-se um distanciamento das vivências geracionais. A experiência de vida dos filhos é tão diversa da dos pais que esses não tem condições de se colocar como modelos de ação para os jovens.

A sociedade moderna é caracterizada a partir do pressuposto da heterogeneidade cultural devido ao mundo estar “em contato”, bem como, a partir de uma “fé” na mudança. A experiência geracional, nesse contexto, é vivida como ruptura. Tais conflitos são endêmicos a esta configuração cultural na medida em que entende que o mundo dos adultos não é o mesmo dos filhos.

---

<sup>8</sup> A sociedade moderna corresponde ao tipo configurativo de cultura, opondo-se às sociedades pós-figurativas, onde se enquadram as culturas arcaicas, em que o comportamento dos jovens se referencia nas atitudes dos mais velhos, assumida a autoridade da tradição. A vida é percebida como uma continuidade não tendo sentido a idéia de conflito de geração. Opõe-se, da mesma forma, conforme Mead (1970) ao modelo pré-figurativo, ainda em formação, onde os jovens tornam-se referência para os mais velhos.

Tal esquema, conforme Salem (1980) questiona o determinismo da família como agente exclusivo na formação dos jovens. Todavia a influência do grupo de pares, substitui a família nas mesmas proporções. Equivocadamente, pensa-se em uma ruptura radical entre as gerações assentado no pressuposto de que a experiência de vida dos mais velhos não se modifica, sendo imutável frente à vida. Salem (1980) propõe investigar os conflitos geracionais no que eles evidenciam rupturas e continuidades com relação à pauta normativa da família ou das gerações precedentes. Relativiza-se os sucessivos confrontos entre o velho e o novo, reconhecendo as influências recíprocas entre as gerações que não apresentam fronteiras rigidamente traçadas.

Nesse sentido, argumenta-se a respeito da importância da discussão da etnografia dos espaços de sociabilidade dos jovens na cidade. No que permite não restringir a análise às relações entre o grupo de pares, mesmo que proeminentes nesta fase do ciclo de vida. Subverte-se a lógica da fragmentação, esboçada a partir de uma sociabilidade densa, em que as diferentes idades e classes sociais se encontram na “Avenida” para “olhar o movimento”.

A indicação dos lugares observados em Pelotas foi dada pelos jovens investigados, seus frequentadores. Essas referências, embora compartilhadas por todos, configuram formas diferenciadas de sociabilidade, circunscrevendo indivíduo e redes sociais na cidade. Assim, o passeio na Avenida Bento Gonçalves é o programa do final de semana: – *A Avenida é o local que as pessoas se encontram no início da noite, para decidir onde ir depois* (Felipe, 16 anos). Outros, porém, dizem não frequentá-la, por acharem *muita exposição; quando vão, é para dar uma volta de carro e olhar o movimento*. Ou ainda; Márcia, 17 anos, geralmente vai à Avenida de turma, – *Aí a gente vai, dá uma volta e vai em um barzinho. Encosta em um carro e fica conversando ali mesmo. Às vezes, a gente vai com o pai de uma amiga, aí eles ficam dentro do carro, o pai e a mãe dela, e a gente dá uma volta e fica no carro sentada, na frente do carro*.

No verão, o movimento se transfere para a praia do Laranjal, o *footing* é feito na Avenida Augusto de Assumpção, a Avenida da Praia. Na temporada passada (verão, 1998), os jovens se encontravam à noite no Bar Figueira, espaço já tradicional da praia, depois iam ao Pool Bar, uma danceteria. Para outros: – *A noite de Pelotas acabou, no verão a opção é o Cassino, lá a noite é agitada*. Neste ano de 1999, o encontro no Bar Figueira acontece principalmente aos domingos, à tarde, programação que permanece durante o ano todo. Os bares têm vida efêmera, o Satolep fechou, no mesmo local abriu o Refinaria e o Tulha não é mais o lugar de encontro dos jovens.

A Avenida é um lugar tradicionalmente freqüentado na cidade, localizada na área central de Pelotas é acessível aos passeadores que se encontram nos bares, trailers ou simplesmente circulam de carro, consagra a sociabilidade de uma multidão que se vê em movimento. Nela repercute o que acontece na cidade: o engarrafamento de carros e o pequeno número de passeadores no canteiro central em certa noite, é indicativo da realização do Sambão no Clube Brillante.

A vida da cidade se esboça através da dinâmica entre tradição e mudanças dos lugares e formas de sociabilidade. Conforme Park (1979), a cidade está enraizada no modo de vida de seus habitantes, a tradição estrutura regiões morais no interior dessa. Determina-se os espaços de sociabilidade pública, bem como o controle das interações. Considerando esta dinâmica: tem-se que o bar Patrimônio fecha na cidade e abre como Farol, no Laranjal. Onde era, no verão passado, o Canto da Lagoa, é hoje o Piratas, no Barro Duro. Os Bares Farol e Piratas concorrem pelo mesmo público de jovens de camadas médias, atualmente o Piratas só lota quando tem programado algum show ou festa, diferente do Farol. O Farol fecha no final da temporada de 99, seus donos abrem na cidade a casa noturna Lancelot, cavaleiro do rei Arthur. No verão seguinte, inaugura como lugar da moda o bar Mapa da Lagoa. Distingue-se os lugares tradicionais na cidade daqueles da moda, bem como, distingue-se cidade e praia, circuitos e ritmos que pautam a eleição da Avenida, da Avenida da Praia e dos Bares Figueira e Farol como os lugares de sociabilidade de jovens na cidade de Pelotas.

#### **A AVENIDA – OLHANDO O MOVIMENTO**

Um vaivém circular de automóveis, motos e passeadores congestionam as quatro quadras da Avenida Bento Gonçalves, entre as ruas Félix da Cunha e Osório, na área central de Pelotas. O trânsito é lento e intenso a partir das vinte e duas horas e trinta minutos, no percurso as sinaleiras dos cruzamentos organizam o fluxo dos carros, paradas que servem para olhar o movimento. Não raro, ocorrem pequenas colisões provocadas pelo descompasso entre o arranque do carro que está atrás com o da frente, que continua olhando o movimento. O fluxo de trânsito pela pista da esquerda, próxima ao canteiro, é mais lento. Ao contrário das convenções de trânsito, anda-se mais rápido pela direita. Em noites frias, o número de carros supera o número dos passeadores fazendo o footing, muitos conversam dentro do carro estacionado no canteiro.

Neste canteiro central, junto aos trailers de cachorro quente, os veículos estão estacionados em obliquo, formam duas filas de carros posicionados de frente para a pista. Os passeadores vão e vem por este passeio central, entre as duas filas de carros estacionados, não raro, desviam dos carros que estão manobrando e das motos aceleradas. Uma cena que se repete a cada final de semana. O tráfego acontece nos dois sentidos, embora o espaço seja estreito para o trânsito em mão dupla. Geralmente quem está no volante são homens, o espaço é congestionado para as manobras, os carros freiam muito próximo dos passeadores, o ruído da aceleração das motos é intenso sugerindo a oportunidade de afirmação da destreza masculina e o reconhecimento social através de um bem de consumo que confere distinção. Ainda, o carro possibilita a experiência do isolamento social em meio à visibilidade do espaço público. É, nesse sentido, "fator de retração da sociabilidade" (SENNET, 1988). Um paradoxo moderno que condiz com a afirmação de não freqüentar a Avenida, mas "só passar".

O movimento do canteiro é maior do que o da calçada, onde se localizam os bares e restaurantes da Avenida. Esses estabelecimentos geralmente têm grandes janelas proporcionando olhar o movimento; outros, como por exemplo a sorveteria Zum-Zum e a pizzaria Lob's dispõem de mesinhas na calçada.

Observa-se as figuras de excesso que compõem as relações de sociabilidade entre jovens. É o excesso de carros na Avenida, o barulho das motos acelerando e freando em cima dos passeadores, as caixas de som nos porta-malas dos carros que amplificam a concorrência entre os diferentes estilos de música, o número de garrafas de cerveja sobre o capô dos carros, a atenção no movimento e intensa troca de olhares, etc. elementos que fazem parte do convite a dar uma volta na Avenida.

A loja *drive-thru* MacDonald's é inaugurada em Pelotas em dezembro de 1998, localizando-se na Avenida, esquina Santa Cruz. Na medida em que é incorporada no passeio tradicional como um dos pontos a conferir, faz alterar o trajeto do trânsito dos carros, entre as ruas Félix da Cunha e Osório. Amplia-se o percurso em mais duas quadras, até a avenida Almirante Barroso. O trânsito dos passeadores também aumenta nestas quadras do canteiro. Em noites de maior movimento, os quatro bancos de cimento localizados no canteiro, em frente à loja, ficam ocupados, os passeadores estão à olhar o movimento do MacDonald's

Grupos de homens e mulheres, jovens, crianças, casais, famílias cruzam o mesmo ponto cinco, seis vezes, vão e vem. Dois rapazes que antes passeavam de carro, estão a andar no canteiro central; outras duas jovens que estavam encostadas em um carro vermelho estacionado no canteiro, passam caminhando acompanhadas

de outros dois jovens. O andar exige atenção para desviar dos carros e das motos, caminhar entre outras pessoas que passeiam em sentido contrário, cruzar pelas ruas perpendiculares ao canteiro central, onde o trânsito é intenso, e observar a agitação; caminham como se tivessem o compromisso de encontrar alguém mais a frente, o ritmo se alterna entre passos rápidos e o andar devagar. Geralmente não se caminha sozinho, é comum passear em turma; especialmente as jovens caminham conversando com as amigas. Os casais ganham visibilidade ao passearem de mãos dadas, cruzam por famílias que também passeiam na Avenida.

Na proposição de *olhar o movimento* os passeadores põem em prática as estratégias de serem vistos e ver os outros, de exibição e controle da vida dos outros. Percorrem um itinerário circular, que traz “o sentido do círculo, de espaço fechado voltado para si” (AUGÉ, 1994: 56). Onde se produzem familiaridades por frequentar o mesmo lugar ou por conhecer o amigo do amigo, “marca da pessoalidade”. Celebra-se o encontro da multidão em uma cidade do interior, em sintonia com a função do espaço público de “mesclar pessoas e diversificar atividades” (SENNET, 1988). Os termos cidade e civilidade têm, conforme o autor, significado comum: o de estabelecer relações entre estranhos.

Acompanha-se no jornal local, os ritmos da cidade. Nos meses de novembro e dezembro, tem-se o “prenúncio do verão” já estampado nas manchetes, aproxima-se o período em que “a cidade invade a praia”.

#### **A PRAIA DO LARANJAL – O FOOTING, O CALÇADÃO, A CONCENTRAÇÃO NO BAR FIGUEIRA**

O passeio à tarde, na Avenida da Praia, para olhar o movimento é motivo para espairecer, é época de férias. Passar a tarde no Laranjal para encontrar os amigos, conversar e caminhar no calçadão, anima para o convívio social. Possibilidade que concorre com a retração das relações à esfera privada que caracteriza a vida urbana moderna (SENNET, 1988; CARVALHO, 1995).

Em contrário, sugere-se a existência de uma interação densa, comunitária, entre uma coletividade numerosa que se encontra no espaço público, de uma multidão que não é aquela anônima, tão pouco indistinta das cidades superpovoadas, sugerindo a sociabilidade na cidade do século XIX, que caracteriza a civilização do café (ARIËS, 1981). Nos cafés as pessoas se encontravam para conversar, comer e beber, era o lugar do discurso, especialmente para os homens. Observa-se, conforme notação anterior, para além de uma sociabilidade masculina, a

*Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*

adesão das mulheres a esse estilo de vida urbano. Experiência comunicada também aos jovens que passam a partilhar dos ritos que mantém essa sociabilidade.

Nesse sentido, tem-se a Avenida Dr. Antônio Augusto Assumpção como um lugar de manifesta sociabilidade pública, onde os encontros se ritualizam nas constantes cenas de trocas recíprocas de cumprimentos, regra de civilidade posta em prática, entre os passeadores que caminham a pé, no calçadão, misturados em idade e condição social; “marcas de pessoalidade” local (PRADO, 1997). A cabeça se inclina em reverência, impõe-se o sorriso e o olhar para o rosto do outro, órgãos de apresentação de si que condensam a identidade social (BOURDIEU, 1995).

Abana-se com uma das mãos quando o conhecido está longe, e, ao conhecer o amigo de um amigo, os passeadores são apresentados uns para os outros: – *Fulano, esta é a ciclana, lembra? Tu já conheces ela.* Essa celebração faz parte do footing na Avenida, sem significar a interrupção da atividade, antes a pressupõe. O cumprimento é obrigatório, caso não observado serve ao jogo de constrangimento e vergonha entre homens e mulheres, a interação assume um “tom” jocoso quando, por exemplo, uma jovem passa por um grupo de rapazes, ela olha para o chão e não os cumprimenta, logo ouve-se o comentário em voz alta: – *Como é fulana, não cumprimenta mais os colegas.*

A constância da troca de saudação em que as pessoas se encontram e se reconhecem, contrasta com a *flânerie* (BENJAMIN, 1995) descrita pela errância de passeadores que se refugiam na multidão, abandonando-se no movimento, no burburinho da cidade para viver solitariamente. E propõe, ao contrário da idéia de anonimato, a de espetáculo coletivo produzido por estratégias de ser visto e ver, que tem como reverso o controle da vida do outro, matéria de fofoca. Observa-se o movimento: quem está na areia, quem também está caminhando, os carros que transitam na Avenida, bem como, avista-se a agitação dos bares do outro lado. Os olhares se cruzam sutilmente entre conhecidos de vista, de oi, de tantos encontros no Laranjal, redimensionando as redes sociais.

A Avenida da Praia se transforma então em uma passarela para os passeadores e seus carros, em número excessivo, que desfilam devagar, é um acontecimento da crônica da cidade, tal qual a descrição do jornal local:

*No Santo Antônio e no Valverde, a Avenida Antônio Augusto de Assumpção – a Avenida da Praia – serviu de passarela para aqueles motoristas que estavam em busca de uma paquera. Com certeza encontraram a namorada certa, tal o número de mulheres bonitas que desfilavam pelo calçadão.* (Diário da Manhã - Pelotas, 30.Dez.1998, Caderno Especial de Verão, p. 01).



Nessa convivência, as idades se misturam; adultos, jovens e crianças improvisam diferentes atividades. Aproveita-se para caminhar, as crianças brincam na areia e os jovens se concentram no bar Figueira.

O calçadão demarca o limite da praia, estendendo-se em praticamente toda a extensão dos balneários Valverde e Santo Antônio, do Trapiche ao Shopping Mar de Dentro, respectivamente. Figura como um espaço conjugado à Avenida e aos bares, é o lugar do footing, da “banda”, da caminhada a pé em devaneio. No calçadão não se caminha sozinho, anda-se devagar, conversando: – *Ele me perguntou se eu tenho namorado, mas eu só quero ficar com ele*, falam duas jovens. O percurso é circular, são várias as idas e vindas em que os passeadores se cruzam, trocam cumprimentos, param para falar com conhecidos, para comer crepe, espetinho, cachorro quente com “refri” nos bares, em meio aos vendedores. As trocas de olhares são rápidas e incessantes entre os jovens, aparenta-se uma atitude coquete que abriga certa cautela de não provocar uma recusa no outro.

A passagem da praia para o calçadão é ritualizada no ato de se vestir, principalmente as jovens vestem, por cima do biquíni, shorts, mini saia e camiseta, por vezes mantém a parte de cima, mas quem geralmente anda de roupa de banho são as crianças e os adultos. Já os rapazes caminham de calção ou bermuda larga, com ou sem camiseta, de chinelo ou pés descalços. Andam entre outros passeadores que freqüentam o Laranjal para fazer o *footing*. Nesse sentido, distingue-se um estilo jovem em que se sugere o quanto as vestimentas observam as regras de urbanidade, como se o calçadão fosse mais cidade do que praia.

A moda reúne tendências opostas: ao mesmo tempo em que iguala, pode individualizar, implicando-se nos processos de distinção ou imitação (SIMMEL, 1934). Enquanto imitação, coloca-se como fonte de segurança para o indivíduo, convertendo-se em produto de um grupo ao qual o indivíduo passa a pertencer. Assim, distinguem-se os jovens em meio a mistura das idades.

Atravessando o calçadão, os jovens se concentram na mureta do bar Figueira, de frente para a Avenida, que funciona em uma casa antiga, construída em 1950, e adaptada para restaurante: *Dá uma beira aí?*, o rapaz pede um lugar para sentar a uma jovem. Observam-se jovens, adultos e crianças no ambiente do bar, uma área aberta onde estão colocados mesas e bancos de pedra sob duas figueiras, enquanto que quem está sentado na mureta não tem a obrigação de consumir algo. Há muitas garrafas de cerveja sobre as mesas.

Mesmo durante o ano, o Bar Figueira é o programa dos domingos de tarde. Márcia, 17, também freqüenta o lugar:

– “Quando eu fui, eu fui na Figueira e no Farol. No verão assim em geral, agora no ano, no domingo”.

P: “Só no domingo...”

– “Tem mais movimento, eu acho. A gente encontra mais gente conhecida”.

P: “Tu dá volta no calçadão?”

– “Sempre, aí a gente fica na Figueira e dá outra voltinha...”.

Á tardinha, quando o sol baixa, é hora do cooper no calçadão, os corpos se retesam, não estão mais relaxados pela cadência do passeio. O ritmo se altera, a caminhada agora é rápida e constante, não se para ou se diminui a marcha para conversar com alguém. O tênis impera. Nesse momento, o número de pessoas no calçadão diminui, está escurecendo.

Neste ponto, distingue-se o trajeto dos passeadores entre as Avenidas da praia e da cidade. Na praia do Laranjal, o calçadão está localizado na lateral desse espaço, possibilitando ao olhar uma amplitude maior; ver a lagoa, quem está na praia, com quem se cruza no calçadão e para o vai-e-vem dos carros. Da mesma forma, diferem as temporalidades, o circuito do Laranjal se cumpre no dia, com uma caminhada de ritmo lento, em devaneio, em que dela fazem parte muitas paradas, pausas, para conversar com um conhecido. O movimento ao qual se convida a olhar é devagar, os corpos estão relaxados e as idades misturadas. Enquanto que, na Avenida da cidade, o passeio ocorre no canteiro central e o olhar está circunscrito pelo percurso dos carros. Configura-se como um espaço fechado que parece limitar o olhar. A noite se consagra como um regime de tempo demarcado pelas idéias de prazer (MAFESSOLI, 1984) e aventura. Nesse sentido, observa-se que o ritmo do passeio é mais intenso, os corpos dos passeadores parecem tensos como se estivessem atrasados para encontrar alguém logo mais à frente. Muitas são as figuras de excesso que povoam essa experiência. E, observa-se uma segmentação maior entre as idades, que se explicita através do mercado de bares da cidade. Vide os mapas:

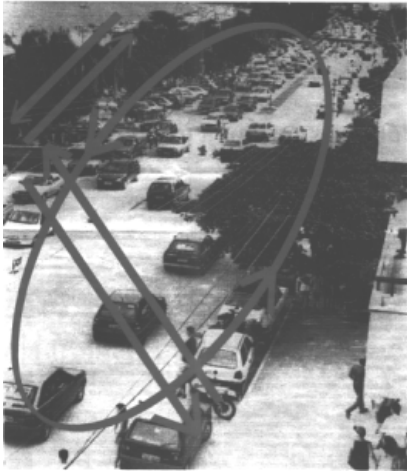


Foto: Vilmar Tavares  
(Diário da Manhã, Pelotas, 30.dez.1997)

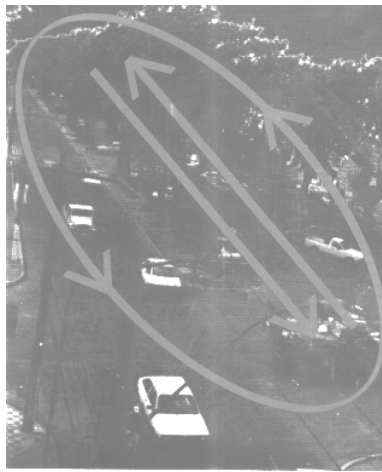


Foto: Dalnei Oliveira  
(Arquivo Diário Popular, 1996)

### O BAR FAROL – LUGAR DA MODA NO VERÃO DE 99

Na temporada de 1999, um novo bar assumiu o posto de ponto de encontro obrigatório dos jovens em Pelotas: o Farol é indicado como local de pesquisa necessário. Este bar pertence aos mesmos donos de um outro bar, o Patrimônio, que existia na cidade. Com isso, o bar se integra à estratégia de constante renovação de pontos, visando garantir a idéia de “bar da moda”.

Virgínia, 18, é freqüentadora do Farol:

– Agora, no verão, eu tenho ido no Farol, que abriu lá. Geralmente quando eu saio, eu saio lá. Sexta e sábado, eu vou prá lá e domingo de tarde eu vou prá Figueira. Até pelo fato, eu moro aqui, então eu não costumo sair lá na cidade. Fica difícil, o pai tem que buscar a gente e levar. Então, eu não costumo sair muito. No Patrimônio, eu fui umas duas vezes só.

Ou ainda,

– As minhas férias não começaram ainda, eu quero ver, não sei, se eu conseguir, no Farol. Porque umas quantas pessoas comentaram que é bom. Não sei, vamos ver dá... (Dulce, 17)

O bar Farol está localizado na continuidade da Avenida Augusto de Assumpção em um trecho sem pavimentação, à beira da Lagoa dos Patos, no

*Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*

balneário Costa Verde. Funciona em um chalé rústico. Na entrada, um pequeno pontilhão antes da porta, onde se encontram os seguranças e uma funcionária entregando os bilhetes de consumação. O interior do bar se divide em dois ambientes: o da casa, uma área fechada, e o do pátio, onde tem uma armação de madeira estilizando um farol que funciona como quiosque de venda de bebida. Na casa, o balcão do bar ocupa uma das paredes laterais, mesas e cadeiras estão dispostas por toda área fechada, salvo a pista de dança ao fundo e os largos corredores de circulação. Um dos corredores, dada a sua centralidade, serve como extensão da pista de dança entre as mesas, bem como, faz a ligação com a porta de entrada, localização estratégica para o controle de quem chega. O pátio é de areia de praia, o lugar é claro em relação a casa onde quanto mais próximo do balcão mais escuro; não existem cadeiras e mesas, a maioria das pessoas permanecem de pé, conversando em roda ou olhando o movimento. Invariavelmente o espaço se segmenta e o pátio é ocupado pelos freqüentadores mais jovens. No transcorrer da noite a casa se transforma em pista de dança, grupos conversam e dançam no corredor, entre as mesas, a música orienta o fluxo do movimento do pátio para a casa; além do trânsito para fazer o reconhecimento de quem está no Farol. Descrevem-se as situações que compõe a noite do Farol, eventos que acontecem no instante de um olhar, fragmentos de festa, em que se busca evidenciar aspectos da sociabilidade entre homens e mulheres.

Aos poucos o bar lota, na medida que a noite avança chegam mais jovens. Os homens aglomeram-se próximo ao balcão, no corredor central, perto da porta. Os freqüentadores chegam em grupos. Já o estar sozinho na noite denuncia a intenção de encontrar alguém, conforme conversa de dois jovens sobre “aquele cara”: – *É diferente quando a gente sai assim, na parceria. Quando eu namorava a Claudia, eu saía e via os caras assim chegando no bar e dizia: Olha o cara. Esse aí tá caçando! Hoje, agora, sou eu que estou nessa situação. Todo mundo deve dizer: Olha aí o palhaço caçando!* Risos. Apresentam-se os riscos da exibição no espaço público, o controle da vida por parte dos outros.

Mesmo assim, é comum a cena do rapaz sozinho com um copo de cerveja na mão, olhando o movimento; enquanto elas estão sempre em grupo. A mesma cena se repete: são cinco jovens, todas vestindo preto, que ocupam uma mesa. Elas falam alto, riem, gesticulam muito com as mãos, cantam e dançam sentadas. Levantam-se duas a duas para dar uma volta, trocam alguns olhares, e permanecem sentadas a noite toda. Outras jovens circulam pelo bar, estando sempre acompanhadas pelas amigas. Salienta-se a cumplicidade entre as jovens, exibem-se no público usando a parceria das amigas para chamar a atenção dos rapazes. Essa

mediação dissimula a intenção de "estar procurando alguém", afinal estão na companhia do grupo de amigas. Enquanto que as preocupações masculinas são de outra ordem: – *Vamos sair daqui, porque aqui não vai render!*

O som é alto e trepidante, a noite inicia com um show de música ao vivo de bandas locais, toca Jorge Ben, Oswaldo Montenegro, Djavan, Renato Russo, JQuest: "Encontrar alguém, encontrar alguém que me dê amor...", música oferecida pelo vocalista da banda *para aqueles que estão sozinhos, para aquele cara que disse que vinha ao Farol e veio, mas ainda não encontrou alguém*. A partir das duas e trinta da manhã, passa-se para o som mecânico, quando as luzes da pista de dança se acendem, por vezes, acontece um segundo show na noite, de pagode. Os freqüentadores têm que se aproximar para conversar, falam um no ouvido do outro, pois a música é alta e se mistura às vozes em um burburinho. As falas não cessam nos intervalos:

– *Eles ainda não entraram, devem estar lá fora. Quando o bonitinho chegar vamos disputar ele a tapa. – Quem é o bonitinho? – O Cláudio. Ele é bom para curar dor de cotovelo, tu estás como eu há quinze dias atrás. No teu caso acho bom dar uma voltinha para procurar o bonitinho*, conversam quatro jovens atrás de nós. A beleza é importante, porque "cura" ficar com um homem bonito.

Na passagem da casa para o pátio, as falas dos freqüentadores se misturam: – *Estou com sono, preciso calibrar. – O carro no final de semana é fundamental*; falam outros dois jovens; – *Fulana, e teu namorado? – Ele não veio – Não acredito, que bom*. Comentários que indicam alguns dos componentes da festa: bebida, carro, parceria. Um rapaz se aproxima para cumprimentar uma jovem, prontamente é apresentado para a amiga dela: – *Marcos, essa é a Taís*. Conversam sobre férias, a jovem vai para Garopaba, pois acampando é mais fácil de conhecer pessoas, além do que diz não precisar ter qualquer preocupação com roupa: – *É só usar calça pescador e uma blusa, esqueço até do batom*; em contraponto comenta que prestou vestibular também na FURG<sup>9</sup>, a última prova foi na sexta feira. Outras amigas se agregam, a conversa é interrompida para a troca de cumprimentos, e continuam falando sobre férias e vestibular; uma delas pergunta a um rapaz sobre as suas namoradas, onde elas estão? Em um outro grupo, de quatro jovens, uma delas comenta que o seu coração disparou ao ver o fulano ali no bar.

Muitos casais circulam pelo bar, transitam de mãos dadas com certa discrição. Observa-se dois jovens conversando, as trocas de carinho são rápidas. O abraço dura o tempo em que a mão dele desliza até o quadril dela, rapidamente se

---

<sup>9</sup> Fundação Universitária de Rio Grande.

afastam e voltam a olhar o movimento do bar. As cenas de beijo duram pequenos instantes até que um conhecido se aproxime. Conversam em grupos, cumprimentam quem chega, os conhecidos que estão nos outros grupos: – *E aí, beleza?* Uma jovem abana para um amigo que vem em sua direção, dão-se três beijos e ele apresenta a namorada.

Da mesma forma, a moda é indicadora dos novos padrões de beleza, desqualificando conceitos passados, traz a satisfação de marcar um consenso de grupo em que figuram distinções sociais (RIVIÈRE, 1997). As mulheres se produzem para sair à noite, quase todas vestem preto ou marrom; sandálias de salto, ou modernas plataformas; os cabelos são escovados quando não lisos, usam batom e mochila; vestem calça de cintura baixa, calça corsário, blusa de alças ou de um ombro só. A roupa masculina é a calça de brim, camisa xadrez ou camiseta pólo e sapato. Através das roupas, insinua-se o jogo coquete, distingue-se a sensualidade e produção da indumentária feminina com a sobriedade e despojamento das roupas masculinas.

O final das férias é noticiado pelo jornal local, como a época em que os “veranistas retornam para a cidade. O movimento no Laranjal volta a ser de fim-de-semana, mantendo-se assim pelo menos até o mês de abril, quando ainda é quente. E, antecipa-se o projeto dos donos do Farol, de um novo empreendimento que certamente dará o que falar na movimentação noturna da cidade” (Sociedade. *Diário Popular*; 07.março.99). O tempo da moda é breve, efêmero, por valorizar o presente. A moda acompanha a lógica da sedução ressaltando a dimensão da estética (LIPOVETSKY, 1989). Na celebração do novo e da individualidade, o gosto aparece como flutuante, ilusoriamente essa situação propõe a autonomia do indivíduo face ao objeto, embora seja essa uma forma de distinção social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. A Família e a Cidade. In: *Família, Psicologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1981.
- AUGÉ, M. O Lugar Antropológico. In: *Não-Lugares: Introdução à uma Antropologia da Supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- BENJAMIN, W. O Flâneur. In: *Charles Boudelaire um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BOURDIEU, P. Condição de Classe e Posição de Classe. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

- \_\_\_\_\_. A Dominação Masculina. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, vol. 20, n. 2, Jul./Dez, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CARVALHO, S. I. de. *Lonely, Sweet Home: Solidão e Modernidade*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: USP, 1995.
- DURHAM, E. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: *A Aventura Antropológica - Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LIPOVETSKY, G. *O Império do Efêmero: a moda e seu Destino nas Sociedades Modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MEAD, M. *Cultura y Compromiso: Estudio sobre la Ruptura Generacional*. Barcelona, Espanha: Gedisa, 1970.
- PARK, R.E. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: *O Fenômeno Urbano*. Rio: Zahar Editores, 1979.
- PRADO, R. M. Cidade Pequena: Paraíso e Inferno da Pessoalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem: Cidade em Imagens*. Rio de Janeiro: UERJ / NAI, n. 4. 1997.
- SALEM, T. *O Velho e o Novo: um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SENNETT, R. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SIMMEL, G. Concepto y Tragedia de la Cultura. In: *Cultura Femenina y otros ensayos*. Madrid: Revista de Occidente, 1934.
- SIMMEL, G. *Filosofia do Amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- VELHO, G. *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

Recebido em: 14/09/2003  
Aprovado em: 06/01/2004  
Publicado em: 06/02/2004

**PROJETO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DA ZONA  
URBANA DE PELOTAS/ RS:  
CATÁLOGO DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO  
CASA 8 <sup>10</sup>**

Prof.<sup>a</sup> Lic.<sup>a</sup> Chimene Kuhn Nobre<sup>11</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa teve como objetivo estudar os vestígios arqueofaunísticos revelados pelas escavações realizadas em uma residência pelotense do séc. XIX. A pesquisa insere-se em um projeto mais amplo, desenvolvido sob responsabilidade do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/ICH/UFPEL), em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas (SECULT), no âmbito do Programa BID/Monumenta.<sup>12</sup> Trata-se de um projeto de salvamento arqueológico das *Casas 2, 6 e 8, Casa da Banha e Praça Coronel Pedro Osório*, autorizado pela portaria IPHAN Nº 165, de 2 de Agosto de 2002. Conta com o apoio do CNPQ e FAPERGS.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> Este artigo é uma síntese da Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História, Nobre (2003). Orientador: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira.

<sup>11</sup> Pesquisadora Associada do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

<sup>12</sup> O Programa Monumenta é um programa nacional coordenado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN / Ministério da Cultura) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo como objetivo a revitalização e restauração de centros históricos. Na cidade de Pelotas, é coordenado por um gabinete vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. A cidade de Pelotas integra um restrito número de cidades brasileiras que passaram por uma rigorosa triagem para serem merecedoras desses investimentos. No Rio Grande do Sul, apenas 2 cidades estão recebendo estes recursos, Porto Alegre e Pelotas.

<sup>13</sup> IPHAN, Portaria nº. 165, de 02 de Agosto de 2002. FAPERGS, Auxílio Recém Doutor (ARD) 2004-2006, Proc. nº 02/1347.6. FAPERGS, Bolsa de Iniciação Científica (BIC) 2003-2004 e 2004-2005 (bolsista Rafael Guedes Milheira), Proc. nº 02512701. CNPQ, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) 2003-2004 (Bolsista Aluísio Gomes Alves), Proc. nº 1269/3. Apoio: Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, por meio do Termo



O projeto começou com as escavações na Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel (*Casa 8*), iniciadas em março de 2002, em paralelo aos trabalhos de restauro realizados nos telhados e fundações (sistema de drenagem), sob responsabilidade de empresa XP Arquitetura e Restauro, numa ação financiada pelo IPHAN.

O nosso presente objeto de pesquisa constitui-se dos materiais zooarqueológicos resultantes das coletas realizadas nessa casa, construída em 1878, para um destacado membro da elite econômica e política local, integrante da família Antunes Maciel. O material osteológico foi estudado em conjunto pelo LEPAARQ e pelo Laboratório de Zoologia e Paleontologia (IB/UFPEL), orientada pelo biólogo Prof. Dr. José Eduardo Figueiredo Dornelles.

A metodologia de trabalho inclui a coleta, preparação, catalogação e identificação do material zooarqueológico encontrado na *Casa 8*. Por meio deste levantamento, elaborou-se uma coleção de materiais ósseos representativos da fauna silvestre e doméstica, cujos vestígios foram revelados pelas escavações nas áreas de pátio, porão e calçadas.

O desenvolvimento da intervenção arqueológica na *Casa 8*, como um procedimento emergencial de acompanhamento dos trabalhos de drenagem desenvolvidos pela empresa responsável pelo restauro, implicaram sérias adaptações da metodologia de campo, uma vez que o ritmo de trabalho da equipe de operários era bastante acelerado, dificultando a preservação do registro arqueológico em questão. Deste modo, na maioria dos porões, pudemos somente acompanhar a retirada de sedimento, verificando a existência de material arqueológico (vidro, louça, metais, ossos, cerâmica, etc). O ritmo de trabalho impediu a utilização de peneiras, impossibilitando a identificação de microvestígios orgânicos. O trabalho de acompanhamento, que iniciou anteriormente à liberação oficial do projeto, foi solicitado pelo IPHAN<sup>14</sup>. O procedimento de acompanhamento arqueológico, realizado com a utilização de colher de pedreiro para localização de materiais, foi realizado nas seguintes situações: diretamente nos porões em processo de acelerada escavação por parte dos pedreiros; nos carrinhos de mão onde a terra era depositada; no coletor de entulhos; e no depósito final de entulhos em que era deixada a terra extraída dos porões.

---

Aditivo visando ao desenvolvimento do projeto de salvamento arqueológico, assinado em 12 de Setembro de 2001. A pesquisa foi desenvolvida, em suas várias fases, com a colaboração de vários estagiários provenientes dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPEL, das áreas de história, biologia, geografia, filosofia e arquitetura, bem como do colégio agrícola Visconde da Graça (CAVG/UFPEL).

<sup>14</sup> Conforme correspondência do IPHAN datada de 09 de abril de 2002.

A análise arqueológica dos vestígios arqueofaunísticos permite colocar importantes questões históricas referentes a hábitos alimentares, bem como divisões sociais. As observações macroscópicas dos padrões de artefatos (sinais de fraturas, cortes, descarnamento) nas superfícies ósseas, ajudam na identificação das partes/cortes do animal utilizadas na alimentação.

Como vestígios de alimentação, além do material ósseo predominante, pertencente a mamíferos, foram coletados também exemplares de moluscos (conchas), ossos de aves, plastrão de tartaruga, peixes marinhos e de água doce. Além dos restos alimentares depositados na lixeira do pátio da *Casa 8*, a presença de materiais possivelmente anteriores à edificação dessa casa (abundantemente encontrados nos porões), sugerem que o atual terreno foi, anteriormente à construção da mesma e desde as primeiras décadas do século XIX, utilizado como depósito de lixo doméstico das habitações adjacentes, cuja existência está testemunhada em um mapa da zona urbana de Pelotas datado de 1835 (Ver: GUTIERREZ, 2001:169, fig. 38).

Os restos faunísticos nos proporcionam diversos tipos de abordagens. Na arqueologia urbana, dá-se ênfase a dois tipos de abordagens: identificação dos espécimes consumidos ou domesticados e identificação das marcas de artefato ou de quebra.

#### **IDENTIFICAÇÃO DOS ESPÉCIMES CONSUMIDOS OU DOMESTICADOS:**

Para a identificação dos ossos, foi necessário o recurso a uma coleção de referência, composta por material osteológico atual. Com base na comparação entre a morfologia osteológica dos exemplares da coleção de referência e dos achados arqueológicos, podemos identificar as espécies animais presentes na lixeira.

Na presente pesquisa, foram utilizados os cálculos de MNE (Minimum Number of Elements) e MNI (Minimum Number of Individuals), por se entender que são mais adequados à Arqueologia urbana, por que o MNE, ao quantificar os elementos<sup>15</sup> ósseos, permite reconhecer quais partes/cortes<sup>16</sup> dos animais eram

---

<sup>15</sup> Elemento é uma categoria que sugere integridade anatômica, podendo tratar-se de uma unidade anatômica completa (por exemplo “escápula” ou “tíbia”) ou um segmento de osso (por exemplo “fêmur distal”). Estas definições resultam operativas já que coincidem com o conceito de espécime e elemento incluídos nas definições de NISP e MNE (MENGONI, 1988: 82).

<sup>16</sup> Após o abate, o boi, a ovelha e o porco são cortados em pedaços e/ou descarnados. Estes pedaços são chamados de cortes, onde cada parte do corpo receberá um nome de corte específico, e terá um destino para consumo próprio, o qual, dependendo do corte, será destinado ao patrão ou ao trabalhador doméstico. Geralmente o abate ocorre na propriedade rural, somente indo para a residência urbana os cortes para consumo.

preferidos para consumo alimentar, enquanto o MNI, ao quantificar o número de indivíduos de uma mesma espécie, permite comparar qual espécie é mais consumida.

#### **IDENTIFICAÇÃO DAS MARCAS DE ARTEFATO OU DE QUEBRA:**

Marcas de objeto cortante, ocorridas na hora do descarte do animal abatido, ou, até mesmo, marcas de talheres, evidenciam a parte/corte destinada ao consumo. Como, por exemplo, no sínclino encontrado nas escavações, o qual possui marcas de desnucamento provocadas por objeto cortante na hora do abate. Também é possível observar marcas de dentes de predadores (gatos, cachorros), deixadas após o descarte do osso. As marcas de quebra em ossos longos, como fêmur e tíbia, sugerem a retirada de tutano, utilizado em sopas e feijão.

Com esse estudo de vestígios arqueofaunísticos, pretende-se reconstituir padrões sociais e culturais da alimentação do núcleo urbano pelotense que abandonou os restos de sua alimentação na lixeira situada no terreno utilizado para construção da *Casa 8* no final da década de 1870.

#### **METODOLOGIA DE PESQUISA**

##### **2.1 METODOLOGIA DE CAMPO – PROCEDIMENTOS DE ESCAVAÇÃO E COLETA:**

Os trabalhos arqueológicos não puderam ser iniciados seguindo a metodologia de quadriculagem e demais procedimentos mais acurados de controle e registro do material arqueológico, uma vez que não foi possível articular previamente um cronograma comum aos trabalhos de restauração: os procedimentos de restauro antecederam o início da intervenção arqueológica, e seguiram seu ritmo e planejamento pré-definidos.

As condições de conservação e preservação do material arqueofaunístico eram impróprias para garantir a sua integridade durante a retirada do solo. O material ósseo da *Casa 8* encontrava-se num solo extremamente úmido, escuro e compacto; semelhante a uma argila, misturado a louças, vidros, grés e metais. Devido à umidade, o metal oxidou, ocasionando a formação de um aglomerado de ferrugem, fragmentos de louça e terra, que se fixaram a alguns ossos, o que acabou danificando alguns fragmentos. Ao chegar na profundidade aproximada de 20 cm, a água começava a verter, o que agravava as dificuldades da escavação.

Em vista das dificuldades encontradas durante a escavação, num primeiro momento, adotamos como procedimento metodológico o acompanhamento arqueológico da remoção de terra feita pelos pedreiros. Com a conscientização dos operários sobre a natureza e importância da pesquisa arqueológica, conseguimos diminuir o ritmo de destruição do sítio e isolar um setor do pátio interno e alguns porões para realização de procedimento controlado de escavação por quadrículas e níveis. Num segundo momento, foi elaborado um sistema de prospecções e sondagens *in situ* (porões, jardins e pátio), para descobrir e avaliar as potencialidades por área e conjunto a ser pesquisado. Em um terceiro momento, foi efetivado o acompanhamento arqueológico das escavações realizadas, em todos os porões, pela equipe de operários envolvidos na restauração.

A Casa 8 possui um total de 25 porões; desses, foi possível acompanhar a retirada de terra em 22 e somente em 2 deles foi possível realizar escavação aplicando a quadriculagem. Além dos porões, foi feito o acompanhamento nas trincheiras<sup>17</sup> dos dois jardins laterais. Os porões foram escavados em até 50 cm de profundidade pelo trabalho de arqueologia e em algumas áreas em até 1m de profundidade pelo trabalho de restauro. Na maior parte dos porões, o método de escavação foi de acompanhamento da retirada de terras efetuada pelos pedreiros, sendo os sedimentos revisados sem a preocupação em peneirar a terra, o que impossibilitou a coleta de micro artefatos em abundância. No entanto, esse método permitiu uma maior agilidade e dinâmica em tempo, no que se refere à alocação de recursos materiais e estratégia de campo na divisão de pessoal no trabalho. Nas trincheiras das calçadas e dos jardins externos também foi realizado o acompanhamento da retirada de terra.

Através da escavação foram encontradas várias estruturas arquitetônicas, as quais foram desenhadas e fotografadas, o mesmo procedimento tendo sido aplicado às estratigrafias encontradas.

Nos pátios, interno e externos, além do acompanhamento, conseguimos isolar um setor para escavação com quadriculagem: os setores Sudoeste da antiga cavalaria e Norte da escada de acesso ao pátio. No que se refere ao porão 15 e ao pátio, foi viável o estabelecimento de uma malha, com utilização de quadrículas ou trincheiras, conforme a situação: as trincheiras, por exemplo, foram estabelecidas nas áreas em que os operários faziam as canaletas para o sistema de drenagem, junto às paredes do pátio. Do mesmo modo, o ritmo de trabalho imposto pela consolidação das estruturas arquitetônicas não permitiu a realização de plotagem por

---

<sup>17</sup> Canaletas construídas com a finalidade de drenar a água dos porões.

nível do material extraído das referidas quadrículas e trincheiras. No entanto, o caderno de campo registra o tipo de ocorrência de material por níveis de 20 cm.

Dentro destas condições, procedeu-se à escavação dos porões e pátios, até uma profundidade de 50 cm a 1 m a partir do solo atual. A grande concentração de materiais foi observada no pátio, no setor localizado a L da casa, a SO da Cavalaria e a N da escada de acesso à casa pelo pátio. Esse setor foi dividido em trincheiras Norte, Leste e Oeste, quadrículas A, B e C, e poço de drenagem.<sup>18</sup>

## **2.2 METODOLOGIA DE LABORATÓRIO – PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA, CLASSIFICAÇÃO, CATALOGAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E TABULAÇÃO DE DADOS:**

### *PROCEDIMENTOS DE PREPARAÇÃO E LIMPEZA DO MATERIAL ARQUEOFAUNÍSTICO*

O material coletado era transportado para o laboratório e acondicionado. Na seqüência, o material arqueofaunístico era colocado para secar, para logo após ser iniciado o trabalho de limpeza. A etapa da limpeza consistia na retirada da terra que secou ao redor do osso com o auxílio de uma espátula pequena, escova de dente e pincel. Posteriormente, durante a análise, o mesmo material foi separado, identificado e quantificado.

### *PROCEDIMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO*

Para a realização da identificação, registro e quantificação dos ossos, eles foram previamente divididos em três grupos: ossos inventariados; ossos catalogados e ossos pesados.

O primeiro grupo, com ossos inventariados, compõe-se de material arqueofaunístico identificável<sup>19</sup>: conchas, dentes, chifre e ossos que continham marcas de corte, descarnes e ou fraturas. Cada item de material identificado foi analisado em uma tabela com 18 campos a serem considerados.

No segundo grupo de material arqueofaunístico, composto pelo material catalogado e não inventariado, ficou o material osteológico que, embora permita a identificação do elemento ósseo, representava pequenas porções de elemento, podendo ocasionar contagem em duplicidade, e fragmentos pequenos de dentes,

---

<sup>18</sup> Poço cavado, no pátio, pela empresa responsável pelo restauro, com a finalidade de drenar a água proveniente dos porões.

<sup>19</sup> Segundo Mengoni (1988) fragmentos identificáveis são aqueles que se pode definir a que elemento pertencem e por onde se pode chegar a uma identificação taxonômica (espécie, gênero ou família).

ossos de peixes e ossos de aves. Estes foram separados, agrupados e quantificados por elemento e espécie, gênero e família, recebendo somente o número de catálogo.

Num terceiro e último grupo, estão os ossos maiores, compostos por fragmentos, cujo elemento ósseo não pôde ser identificado. Todos os ossos grandes são de Mammalia; as demais classes foram quantificadas e registradas em tabelas.

### **2.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO**

Os setores selecionados para análise ficam na área do pátio interno – na lixeira – onde havia uma maior concentração de material arqueofaunístico. Assim temos para análise os seguintes setores: 14.12 – Poço de drenagem (51 peças); 14.15 – Trincheira Sul (70 peças); 14.18 – Trincheira Norte (377 peças); e 14.31 – Quadrícula B2 (84 peças). Totalizando assim 582 peças nestes 4 setores.

Para a análise do material arqueofaunístico de mamíferos foi utilizado somente os ossos inventariados. Para determinar o MNE e o MNI foram selecionados para cada classe os seguintes elementos: Mammalia → escápula; úmero; rádio; fêmur; tibia – Aves → pré-maxila (bico); úmero; fêmur; tibiotarso; tarsometatarso – Osteichthyes → crânio; basipetrígio – Bivalvia → valva – Reptilia → plastrão.

Para uma melhor compreensão dos dados arqueológicos coletados em nossa pesquisa, buscaram-se referências históricas nos relatos de viajantes que passaram por Pelotas em meados do século XIX. Estes viajantes descrevem a paisagem, modos de vida e alimentação, do que se depreendem significativas informações arqueofaunísticas.

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FONTES ZOOARQUEOLÓGICAS**

A zooarqueologia tem como objeto fundamental de estudo o resgate dos padrões de comportamento e adaptação cultural, através das análises em restos de vertebrados e invertebrados provenientes de contextos arqueológicos. Na Arqueologia Histórica os restos faunísticos irão fornecer dados importantes sobre o modo de vida naquela sociedade. Somados aos outros materiais arqueológicos encontrados (como por exemplo louça, vidro, metais, cerâmica, etc.), podemos traçar um padrão de vida dos ocupantes de uma residência ou deposição de material anterior a ela. As concentrações de material arqueológico histórico se dão nas lixeiras de fundo de pátio, hábito normal até final do século XIX, quando começam a vigorar leis sanitárias e de higiene que proibem lixeiras dentro da zona urbana. O

*V. I, n° 1. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jun 2004.*

contexto alimentício de uma residência reflete um status sócio-econômico e/ou etnicidade; desse modo, deduzimos que os *ossos* encontrados foram o que restou das atividades de preparação e consumo da alimentação diária.

Um diferencial importante entre uma residência urbana e uma propriedade rural se dá na disposição e concentração do material arqueológico. Na residência rural não temos uma lixeira localizada, os restos faunísticos estão espalhados pelo sítio (campo). Numa residência urbana, por sua vez, o material refugado fica concentrado em uma lixeira, individual ou coletiva. Ao encontrar um sínclino bovino ou um cálculo renal em uma lixeira urbana, passamos a nos perguntar se o referido animal teria sido abatido *in locu*. Por via de regra, o abate ocorreria na propriedade rural, somente indo para a residência urbana as partes carnosas, previamente destinadas ao consumo, descartando as vísceras e sínclino, que eram utilizados para fazer gordura.

Na Pelotas de meados do século XIX, não havia uma linha divisória clara entre a área rural e urbana. As residências urbanas se portavam como rurais, pois o número de habitantes era pequeno, em torno dos 7.000 em 1858 (AVÉ-LALLEMANT, 1980:413). A área periférica do primeiro e segundo loteamento era composta por chácaras, que mesclavam características de vida urbana e rural. (Ver planta em: GUTIERREZ, 2001:164, fig. 36)

No Brasil, aos poucos, a Zooarqueologia vem adquirindo espaço nas pesquisas arqueológicas. A grande maioria dos trabalhos são direcionados para a zooarqueologia pré-histórica, com destaque aos trabalhos dos zooarqueólogos Levy Figuti, André Jacobus, André Rosa, Alberico Nogueira de Queiroz, entre outros. O contexto zooarqueológico histórico urbano é fonte de pesquisa recente; há sítios identificados e dados coletados, mas devido a uma certa limitação de orientação técnica, pouco material foi analisado. O estudo do material arqueofaunístico urbano poderá fornecer dados sobre o aspecto social e cultural de uma sociedade e sua contextualização na época.

#### **INTERPRETAÇÃO DOS DADOS ARQUEOFAUNÍSTICOS: EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS E ARQUEOLÓGICAS DE USO E CONSUMO DE ANIMAIS NA PELOTAS DO SÉC. XIX**

##### *ANÁLISE HISTÓRICA – CONTEXTO ZOOARQUEOLÓGICO DE PELOTAS*

Para entendermos melhor o contexto histórico e zooarqueológico da Pelotas de meados do século XIX, é importante a citação de trechos de relatos de viajantes que por aqui passaram.

Carl Seidler, ex-oficial alemão a serviço de D. Pedro I, começou sua viagem militar pelo país em 1827. Em fevereiro do mesmo chegou na Freguesia de São Francisco de Paula. Em seu livro faz uma descrição da paisagem faunística da região:

*“Os principais artigos de exportação consistem em peles vacuns e chifres para o estrangeiro, sebo e carne seca ao sol para as outras províncias, sobretudo Rio de Janeiro. Também se exportam cavalos e mulas (...).*

*O viajante aqui encontra rebanhos de avestruzes, muitos veados e não raro o jaguar ou tigre brasileiro. Aves selvagens, como patos, gansos, galinhas, perdizes, em certos lugares existem em quantidade. As avestruzes estão longe de atingir o tamanho e beleza das africanas, raramente alcançam a altura de 5 a 6 pés e sua plumagem é cor de cinza pontilhada de escuro. Sua carne, que serve de alimento principal a certas tribos indígenas, tem sabor inteiramente igual ao da carne de rês, seca e magra, e é muito fiavel; só a gema dos ovos é tragável para o estômago europeu. Os veados destes campos têm um cheiro desagradável, semelhante ao dos bodes, razão por que não sevem de alimento, mas a carne dos veados mateiros é de gosto muitíssimo agradável.*

*É impressionante a facilidade com que aqui se cria e reproduz o gado. Entra ano, sai ano, cavalos e bois vagueam pelas enormes pastagens sem que ninguém pense em estabulá-los no inverno. Quando muito algum fazendeiro rico tem algum miserável abrigo de tábuas onde conserva no inverno os seus cavalos de estimação, fazendo então forrageá-los com milho (...) todos os demais cavalos e os bois têm que procurar alimento verão e inverno (...). Ao mesmo tempo os cavalos são horrivelmente judiados, eles têm que suportar as mais terríveis viagens. (...)*

*Encontram-se propriedades particulares de impressionante extensão. Algumas de 16 a 20 léguas quadradas, onde às vezes pastam 100.000 cabeças de gado e alguns milhares de cavalos. (...)*

*Nessas estâncias às vezes matam em um dia 400 a 500 bois, cujos couros e chifres vão para Rio Grande, de onde são vendidos para América do Norte, que em geral os recoloca no Brasil em artigos manufaturados. A carne é separada dos ossos em pedaços de 30 a 40 libras, é salgada e exposta ao sol para secar; o sebo e o tutano são amassados em tinas de madeira e expedidos em bexigas para o Rio de Janeiro. A carne, sobretudo de boi, é quase o alimento exclusivo desses homens, que com ela e com o seu modo de vida se dão muito bem e em média atingem avançada idade. Quase não conhecem legumes, salvo certamente o feijão preto, que aliás aqui é bem raro. Pão, só se encontra nas grandes cidades, como Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo; no campo só é conhecido, a bem dizer, de nome. Mesmo a farinha de mandioca, que costuma substituir o pão, já aqui é mais rara. O maior petisco é carne do feto vacum; muitas vezes abatem vacas só para tirarem o bezerro ainda imperfeitamente constituído e o preparam em fricassé, com muitos temperos; até o europeu pouco*



*a pouco toma gosto por este prato. Da própria vaca nada aproveitam: deixam a rês morta para os corvos, que aqui existem em extraordinária quantidade e que para o bem dos habitantes avidamente devoram toda a carniça como as entranhas, fígados, bofes e tripas, que amontoam perto das casas expostos ao calor solar, impedindo os corvos que ar pesteadado produza perigosa epidemia. (...)*

*Costumam também tirar da rês recém-abatida a carne mais espessa do traseiro, com o couro, para assá-la lentamente no próprio couro sobre braseiro, de vez em quando salpicando-a com salmoura. (...) Como entretanto nem sempre querem estragar o couro, que é a parte de mais valor do boi, contentando-se ordinariamente em cortar só a carne, espetá-la em varas pontegudas e assim expô-la ao calor do fogo, quanto baste para ficar quente por dentro. Nas famílias que não são abastadas vêem-se tanto os homens como as mulheres acorados junto a uma dessas varas de 5 a 6 pés, e comerem com visível apetite, operação que em geral tem lugar três vezes por dia, do mesmo modo, sem jamais enjoarem do constante uso da carne. Não havendo faca ao alcance, dentes e dedos a substituem com rara perícia.” (Seidler, 1976: 88-93)*

Em outras passagens, pela região de Pelotas, Seidler comenta também sobre a utilização de chifres para acondicionar cachaça (1976:205) e caveiras de cavalo e de boi como cadeira (1976:197).

Robert Ave-Lallemant, médico, exerceu atividade clínica durante 17 anos no Rio de Janeiro. Em 1855 deixou pela primeira esta cidade para realizar uma viagem pelo mundo e em 1858 começa sua viagem pelo Brasil.

Sua chegada a Pelotas foi em 18 de Maio de 1858, onde ficou hospedado 3 dias. Neste ano Pelotas contava com 7.000 habitantes. Em sua passagem ele comenta da ansiedade dos pelotenses em ver a cidade prosperar e que se desenvolvam colônias na margem do Rio São Gonçalo e suas vizinhanças. Antes de desembarcar do vapor ele começa a relatar o cotidiano em uma charqueada:

*“Simples e aprazível é a foz do São Gonçalo. Há à direita e à esquerda, campinas planas, quase pantanosas, onde vivem legiões de aves de todos os tamanhos.(...)”*

*(...) Um rebanho de gado devia ser passado de uma das margens para a outra ou antes ser conduzido para os matadouros, onde o aguardava a faca assassina. Os animais pareciam pressenti-lo; estavam inquietos e corriam de um lado para o outro. (...)*

*Cada vez mais se aproxima a margem do rio, apareciam bonitos grupos de casas e a embocadura de um pequeno rio vindo do norte, o Rio Pelotas, a cujas margens se estendem estabelecimentos, de caráter verdadeiramente romântico, a certos respeitos, mas, por outro lado, realmente repugnantes.*

*Em toda a região há um cheiro horrível de carniça! Couros, chifres, cascos, ossos, tendões, tripas e nauseantes massas de sangue em putrefação e, além disso, campos inteiros com carne dependurada, formam um verdadeiro monturo em grande estilo e assinalam o distrito onde encontra o seu centro o mais importante ofício da Província, que é abater bois e cavalos, principalmente éguas. Uma multidão de abutres sobrevoa a região ou ceva-se em sangue putrefacto!*

*Por mais aprazível que seja o porto de Pelotas; por mais largas, retas e em parte bonitas ruas que tenha a cidade que fica a um quarto de milha acima – neste matadouro extingue-se qualquer impressão de graça e de limpeza; em toda parte cheira mal!*

*Vêm-se couros secos em todas as lojas, em todos os cantos e recantos há couros secando: Couros e Companhia é a grande firma da cidade e quem neles não achar prazer ou vantagem pode, sem grande perda, deixar de ir a Pelotas.*

*São abatidas 400.000 reses anualmente em Pelotas, repugnante atascamento no sangue e nas imundícies dos animais, em que quase se animaliza a alma do magarefe dos homens. (...)* (Avé-Lallemant, 1980: 407-408)

Em um momento ele chama Pelotas de *a degoladora de bois*. Mais adiante em seu relato ele comenta das fábricas que utilizavam os restos animais, não aproveitados para charque ou couro, para fabricar outros produtos como cola e vela. Começa citando a fábrica do senhor Eggers, um alemão de Hamburgo, que aqui estava há 17 anos:

*“Aqui não posso descrever pormenorizadamente, velas e colas do senhor Eggers. Bem perto da margem do pequeno e navegável Pelotas, foi construído um espaçoso e apropriado edifício, de acordo com um plano inteligente, dotado com uma cuidadosa escolha de aparelhos a vapor, como caldeiras para fundir, máquinas de cortar e provido de trilhos à margem do rio, de modo que os produtos do hábil fabricante podem ser exportados diretamente em embarcações próprias. (...)*

*Ela produziu, no ano: 30.000 caixas de 48 libras de sabão, 12.000 caixas de 26 libras de velas, além de 2.500 arrobas de gordura líquida ou óleo animal de cascos e unhas e 2.000 arrobas de cola.”* (Avé-Lallemant, 1980: 410)

Conde D’Eu ficou hospedado 9 dias em Pelotas, de 24 de Outubro a 3 de Novembro de 1865. Neste ano, Pelotas contava com 10.000 habitantes, igualando-se a Porto Alegre e ultrapassando Rio Grande. Em sua passagem pela bela e *próspera cidade, de ruas largas e esplendorosas carruagens*, ele fala das charqueadas ao longo do São Gonçalo:

*“Andou também o barão a mostrar-me as famosas charqueadas, estabelecimentos onde os bois que vêm do interior são mortos, esfolados e salgados. Estes estabelecimentos são uma das mais importantes fontes da prosperidade de Pelotas. Não há na província outras charqueadas senão as do Triunfo não longe do Rio Jacuí, entre Porto Alegre e Rio Pardo; são porém estas muito importantes. Pode-se dizer que toda a região ao norte da linha que passa por São Gabriel e Alegrete manda o gado para o Triunfo, e que todo o sul da província, que é a parte mais rica de pastos, o manda para Pelotas. As charqueadas de Pelotas apresentam, porém, neste momento pouco interesse, porque só funcionam durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, isto por duas razões. É a única época em que, por um lado, os animais, que sempre emagrecem com as privações do inverno, estão bem gordos; em que, por outro lado, o sol tem bastante força para secar a carne e os couros, porque é pela ação do sol que a carne do boi, que se matou, se transforma em carne-seca, e que também se chama charque. Mostraram-nos as varas compridas de madeira em que ela se estende e se deixa exposta ao ar durante 24 horas ou mais, se o tempo está nublado. Todas as charqueadas, assim como diferentes fábricas de velas e de sabão, em que se aproveita o sebo dos animais, ficam situadas ao longo do rio. É pois, mesmo à porta do estabelecimento, que as embarcações vêm carregar a fim de conduzir os diferentes produtos para o Rio Grande ou mais longe.” (Conde D’Eu, 1981:138)*

Em 1880, Louis Couty realiza um estudo comparativo entre o modo de produção do charque nas charqueadas do Sul e nos *saladeros* do Prata a pedido do Ministro da Agricultura e do Comércio. Em Pelotas, Couty acompanhou a preparação de charque em 9 charqueadas. Ele afirma que não somente o escravo consumia o charque, mas toda a população, mesmo a mais abastada. Segundo dados da Câmara do Comércio, fornecidos para sua pesquisa, estima-se que a produção das charqueadas de Pelotas corresponda ao abate de aproximadamente 400.000 bois por ano. Couty diz que a carne seca é um produto complexo, resultado de uma série de preparações complicadas, e que por isso descreve resumidamente todo o processo:

*“a) Matança dos bois – Uma tropa de gado (...) chega ao saladeiro: encerram-na nos espaços fechados, ou “mangueiras” (...). No dia seguinte de sua chegada, geralmente, fazem-na passar por pequenos grupos de 20 a 60 mais ou menos em um espaço fechado menor, cercado de muralhas resistentes e bastante elevadas: é a “mangueira de matança” que comunica com as outras por um caminho estreito mais ou menos longo, o “curro” ou “brete”. Esta última mangueira tem um chão inclinado, e geralmente deslizante, macadamizado, em grandes tijolos ou às vezes em pranchas. A mangueira figura, com bastante exatidão, o plano de dois troncos de cone encostados por sua larga base: um dos vértices corresponde ao curro ou brete: o outro mais importante é aquele onde os bois vão ser sucessivamente mortos. Neste lugar o chão da mangueira continua com uma vagoneta móvel sobre trilhos.*

(...) um colocado sobre uma plataforma que guarnece exteriormente a parede da mangueira de matação, atira um laço sobre um dos bois que estão lá reunidos: o animal é preso pelos chifres, ou mais raramente pela cabeça e o pescoço. A mesma corda do laço muito longa, enrola-se em torno de um molinete vertical ou transversal, ou simplesmente em torno de uma polia, e por sua extremidade oposta ao lado que laça, ela é fixada aos arreios de dois animais de carga, cavalos ou bois.

Uma vez o animal laçado, é suficiente fazer puxar a corda para que o boi seja arrastado por alguns metros, sobre este chão deslizante, e venha colocar-se diretamente sob a mão de um segundo operário (às vezes é o mesmo) o matador ou “desnucador”. Este desnucador (...) sobre a plataforma exterior (...) fica mais elevado que o boi. Este, quaisquer que sejam seus esforços e sua resistência, vem bater sua cabeça e é fixado contra um molinete pela tração da corda e dos animais de carga; e o desnucador só tem enterrar de alto abaixo um longo facão, muito resistente e mal afiado entre o atlas e o occipital para o bulbo. (...)

b) Transformação do boi em charque – O boi (...) é depositado sobre um piso de tijolos (...): são as “canchas”.

Uma vez em terra (...) o boi é imediatamente despojado de seu couro. Faz-se uma incisão e esfolam-se primeiro a cabeça; depois, quando se chega ao pescoço, (...) sangra-se, cravando o facão até o coração. (...) sem a sangria a carne seca mal e tem uma cor ruim.

O animal esfolado é dividido em pedaços: os quatro membros são retirados (...). Destaca-se, a seguir, em um só fragmento, todos os músculos cérvico-faciais, dorso-lombares e costo-abdominais do mesmo lado: cada um desses enormes fragmentos unilaterais constitui a “manta” (...).

(...) em Pelotas, destacam-se à parte os músculos lombo-iliacos direitos e esquerdos para deles fazer um pedaço único, supranumerário: o “lombo”. (...) os músculos intercostais (...) deixam-se (...) aderentes nas costelas (...) que formarão o que se chama as “costelas”. Estas costelas serão utilizadas, sobretudo, para a alimentação dos empregados e dos escravos.

A manta e os membros são levados ao galpão: ficam a cabeça, o tronco e as vísceras. (...)

(...) A carne dos membros é separada dos ossos (...) o “carneador”, em alguns instantes, deixa apenas ossos e articulações completamente intactos.

(...) O boi é trazido em tiras de carne desprovidas de ossos, exceto a rótula conservada no colchão e um fragmento de omoplata unido à paleta. (...) A carne é preparada: ela tem que sofrer apenas mais duas operações últimas: a da salga e do dessecamento. (Couty, 2000: 95-102)

Couty (2000:120-123) também relata a utilização das partes menos valorizadas: das patas é extraído o óleo de mocotó; os chifres são separados de seu V. I, n° 1. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jun 2004.

conteúdo ósseo e vendido juntamente com o couro; os ossos são aproveitados no aquecimento de caldeiras e suas cinzas são vendidas na Europa como adubo, ou também depois de sair das cubas de gorduras, são esmagados ainda úmidos e seu pó vendido; da fervura de ossos, cabeça e o encéfalo, estômago e coração é obtida a gordura; o sebo é extraído dos invólucros renais e do peritônio. Depois da carne seca, o produto mais importante é o couro, que é preparado de modo diferenciado de acordo com o país para o qual será exportado.

Através destes relatos, destacamos dois pontos principais: a importância da carne na dieta alimentar e o reaproveitamento das partes dos animais no desenvolvimento da cadeia econômica de manufaturas. A carne, no segundo quartel do século XIX, era a principal fonte alimentar, desde as famílias menos abastadas até as mais prósperas. O couro era o segundo produto mais importante depois do charque. Na primeira metade do século XIX, os restos dos bois carneados eram enviados para a América do Norte e depois retornavam manufaturados para o Brasil, ocorrendo um subaproveitamento das sobras. Já na segunda metade do século, há um superaproveitamento dos ossos, vísceras e sangue; há uma produção local de velas, cola, sebo, gordura, gelatina, entre outros produtos. Deste modo, podemos traçar um panorama econômico, com a instalação de indústrias na zona rural e urbana. Dá-se um progresso econômico rápido de meados do século XIX até aproximadamente a década de 1890, quando começa uma estagnação econômica, devido à concorrência saladeiril, surgimento dos frigoríficos e o fim da escravidão, a qual era responsável por boa parte do consumo de charque.

#### ANÁLISE ARQUEOLÓGICA

##### ESTRATIGRAFIA DA CASA 8 – PERFIL 01 QUADRÍCULA B2 E B3

As quadrículas B2 e B3 se localizam no pátio interno da Casa 8. O desenho do perfil estratigráfico nos mostra duas camadas. A camada superficial, com espessura em torno de 10 a 15 cm, formada basicamente por areia, foi retirada antes da quadriculagem. Nela havia flores plantadas. Conforme o desenho estratigráfico, a primeira camada formada por terra úmida preta e por areia tem aproximadamente 20 cm. É nesta camada que se dá a maior concentração de material, principalmente de material arqueofaunístico. Logo abaixo vem uma segunda camada, formada de argila preta. Esta camada, bastante compacta, encontrava-se estéril.

##### ANÁLISE QUANTITATIVA DO MATERIAL ARQUEOFAUNÍSTICO

*Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*

Foram inventariadas 872 peças, distribuídas em 24 setores escavados, que totalizam 47 elementos ósseos, com 11 espécies identificadas: roedores; tartaruga; jundiá, bagre (*Siluroidei sp.*); boi (*Bos taurus*); cachorro (*Canis familiaris*); gato (*Felis domestica*); porco (*Sus scrofa*); cavalo (*Equus caballus*); galinha (*Gallus gallus*); pato (*Anas platyrhynchos*); ostra (*Ostrea pulchra*); crassostrea (*Cassostrea rizophorae*).

**Conteúdo ictiológico** – composto pelo material ósseo de peixes. Peças inventariadas totalizam 13, distribuídas em 05 setores, somando 08 elementos. Peças catalogadas totalizam 675, distribuídas em 25 setores, somando 13 elementos.

**Taxon:** *Siluroidei sp.* (bagre) MNE = 05 MNI = 04

**Conteúdo herpetológico** – composto pelo material ósseo de répteis. A única incidência de Reptilia ocorreu no setor 14.11 – Porão 11, onde foi retirado material da Ordem Chelonia, que é um fragmento de plastrão de tartaruga serrado. Infelizmente o fragmento é muito pequeno para que se possa identificar a espécie.

**Conteúdo ornitológico** – composto pelo material ósseo de aves. A única incidência do táxon *Anas platyrhynchos* ocorreu no setor 14.46 – Porão 19, onde foi retirada a pré-maxila (bico) de um pato. Peças inventariadas totalizam 20, distribuídas em 3 setores, somando 10 elementos. Peças catalogadas totalizam 72, distribuídas em 25 setores, somando 16 elementos.

**Taxon:** *Gallus gallus* (galinha) MNE = 05 MNI = 03

**Conteúdo conquiológico** – composto por moluscos (bivalves e gastrópodes). A única incidência do táxon *Cassostrea rizophorae* ocorreu no setor 14.11 – Porão 11, onde foi retirada uma das valvas (completa) desta ostra marinha. Peças inventariadas totalizam 8, distribuídas em 5 setores, somando 1 elemento - valva. Peças catalogadas totalizam 10, distribuídas em 9 setores, somando 2 elementos. Nos setores de comparação não foram encontrados exemplares de *Ostrea pulchra*, mas temos registro em outros setores: tabela 4 - 4 valvas completas e 2 fragmentos; tabela 5 – 1 valva completa e 28 fragmentos.

**Conteúdo mastozoológico** – composto pelo material ósseo de mamíferos. A única incidência do táxon *Equus caballus* ocorreu no setor 14.18 – Trincheira Norte, onde foi retirado um dente canino de um cavalo. Também se retirou nas escavações um cálculo renal, provavelmente de bovino, no setor 14.11 – Porão 11. Também no setor 14.18 – Trincheira Norte foram retirados três chifres e um crânio completo, ambos de *Bos taurus*. Este crânio continha marcas de corte na região occipital. Peças

inventariadas totalizam 830, distribuídas em 24 setores, somando 43 elementos. Peças catalogadas totalizam 3485, distribuídas em 34 setores, somando 16 elementos. Não foi calculado MNE e MNI para gato e cachorro, pois não faziam parte do consumo.

<b>Taxon:</b> <i>Sus scrofa</i> (porco)	MNE = 05	MNI = 04
<b>Taxon:</b> <i>Bos taurus</i> (boi, vaca)	MNE = 37	MNI = 32

#### ANÁLISE TAFONÔMICA

O material escolhido para análise é proveniente de 04 setores que se localizam na área do pátio interno da *Casa 8*, que pela disposição do material arqueofaunístico juntamente com outros materiais encontrados (por exemplo louça e metal) foi caracterizado como uma lixeira. Provavelmente, este material constitui-se dos restos alimentares de residências adjacentes da zona urbana e anteriores à construção da *Casa 8* (1878), como indica a datação das louças. Uma grande parte dos ossos possuem marcas de descarnar e/ou caracterizada por retirada de tutano e consumo. Alguns fragmentos estão carbonizados ou até mesmo calcinados. Estes vestígios de queima no solo revelam um melhor aproveitamento do espaço com uma redução de material acumulado. A distribuição, quantidade e variedade do material encontrado, sugere-nos que seria uma lixeira coletiva.

#### ANÁLISE QUALITATIVA DO MATERIAL ARQUEOFAUNÍSTICO

Na análise qualitativa do material arqueofaunístico foi levado em consideração as marcas de uso e consumo. Desta maneira o material foi dividido em três grupos, segundo as marcas:

1. **Marca de descarnamento:** material com corte; serrado; raspado; cortado (atorado) e quebrado.

**Corte** – material ósseo com marcas de corte de “faca”. Exemplos: chifre de *Bos sp.* quebrado com tecido ósseo interno; crânio de *Bos sp.* fragmentado devido à sua fragilidade durante a retirada na escavação, possui marcas de corte e cortado (atorado) na parte posterior do crânio, ocasionadas pelo desnucamento (abate); fúrcula de *Gallus sp.* quebrado com marcas de corte de “faca” em uma das faces.

**Serrado** – material ósseo com marcas de serrado. Exemplo: costela de *Bos sp.*, com uma cavidade no sulco costal, produzida por um objeto cortante que deixou um “serrilhado” na borda da cavidade; plastrão de tartaruga, por se tratar de um fragmento muito pequeno, não foi possível identificar sua espécie, apresenta marcas de serra em uma das extremidades; na outra, está quebrado.

**Raspado** – material ósseo com marcas de raspado. Exemplo: metatarso de *Sus sp.*, com marcas sutis de um objeto que raspou o osso, provavelmente ocorrido por dentes humanos ou de carnívoros (gato ou cachorro).

**Cortado (atorado)** – material ósseo quebrado, possivelmente para a retirada de “tutano”. Exemplo: diáfise média de tíbia de *Bos sp.*, com marcas de cortado, provavelmente, pelo tipo de quebra, ocasionadas durante a tentativa de retirada do tutano; vértebra de *Bos sp.*, com marcas de cortado provavelmente ocasionadas na hora do descarte; costela de *Bos sp.*, com marcas de cortado, provavelmente de descarte.

**Quebrado** – Exemplo: rádio e ulna de *Bos sp.*, fragmento da diáfise média, a quebra pode ter ocorrido na tentativa de retirada do tutano; metatarso de *Bos taurus*, extremidade distal, fragmento quebrado com marcas de corte de “faca” próximo da epífise distal, estas marcas estão nas faces posterior e anterior; úmero de *Bos sp.*, fragmento quebrado, provavelmente ocasionado na tentativa de retirada do tutano.

2. **Marcas de queima:** material carbonizado e calcinado. Exemplo: falange de *Bos sp.*, parte da extremidade proximal apresenta-se carbonizada e quebrada; escápula de *Sus sp.*, a borda cranial apresenta-se carbonizada e quebrada.
3. **Marcas de reaproveitamento:** material com marcas de manufatura para produção de utensílios. Foi encontrado material, em pequeno número, que sugere a fabricação de objetos a partir da manufatura de ossos. Temos dois exemplos encontrados, um fragmento de costela de *Bos taurus* com três orifícios, com tecido ósseo interno retirado para formação de um tubo que permite circulação de ar: característica típica da confecção da flauta, recorrente em várias culturas. No entanto, o formato curvo da seção óssea é pouco usual na fabricação de flautas. costela de *Bos sp.*, diáfise média com três pequenos orifícios, dois alinhados e, um terceiro, na diagonal, sua superfície está ondulada. E um fragmento de osso<sup>20</sup> com rosca interna e um orifício elevado, sugerindo polimento do osso visando ao acabamento externo que revela preocupação com a aparência da peça: sugere a confecção de uma flauta.

---

<sup>20</sup> Não foi possível identificar a que elemento pertencia por se tratar de um fragmento muito pequeno.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a conclusão deste trabalho pode-se identificar que havia uma quantidade bem diversificada de ossos de vários taxa (na maioria espécimens domésticos, com algumas exceções peculiares). Pelas marcas de descarnamento presentes na grande maioria dos ossos, os animais que faziam parte da alimentação das pessoas na Pelotas do século XIX eram o boi, porco, aves e peixes. Quanto aos moluscos, por terem sido encontrados em pouca quantidade e por não apresentarem marcas de consumo, não podemos afirmar que faziam parte da dieta – inclusive, nos relatos de viajantes, não há registro desse hábito alimentar.

Pelas fraturas encontradas em ossos grandes de bovinos, deduz-se que era um hábito comum o consumo de tutano em feijão e sopas. Do mesmo modo, era muito freqüente o fervimento das patas de boi para retirada do mocotó, o que ficou evidenciado pela grande quantidade destes ossos encontrados na escavação da *Casa 8*. Inspirando-se na analogia com a culinária regional atual, pode-se supor a utilização desta parte do animal para o preparo de sopa de feijão ou do conhecido “mocotó”. No entanto, os relatos dos viajantes não mencionam a utilização do mocotó, seja como óleo culinário ou como incremento da sopa de feijão (Couty, 2000:120). Segundo Seidler, não era hábito o consumo de legumes ou farinha, sendo até mesmo o pão pouco conhecido na região de Pelotas. Há referências para o consumo de feijão preto, apesar de muito raro, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.<sup>21</sup> Apesar dos viajantes não fazerem menção ao consumo do “mocotó”, a Arqueologia indica sua ocorrência na cidade de Pelotas no séc. XIX.<sup>22</sup>

Até o momento, pensava-se, conforme os testemunhos escritos conhecidos, que os animais seriam abatidos nas charqueadas e somente depois suas partes para consumo alimentar seriam levadas para a residência, descartando-se ainda na unidade produtiva as vísceras e o crânio que eram usados para fabricação de gordura e os chifres que eram geralmente exportados. Considerando que o boi era desossado para obtenção das mantas de charque, e que os ossos eram usados para fabricação de gordura e sebo, a ocorrência, na escavação da lixeira localizada sob a *Casa 8*, de diversos fragmentos de crânio, acetábulo, fêmur, tíbia, entre outros elementos, sugere-nos que no princípio da formação do núcleo urbano havia um

---

<sup>21</sup> Na Freguesia do Cabo de Viamão, Carl Seidler (1976:210-11) presenciou o consumo de toda espécie de grãos e legumes europeus, como a sopa de galinha acompanhada de feijão.

<sup>22</sup> O “mocotó” é um prato regional tradicional, integrante da culinária campeira gaúcha, que consiste numa sopa de feijão branco composta por vários ingredientes, incluindo diversas partes do boi como as patas e intestino, entre outros ingredientes.

local de abate nos arredores do sítio *Casa 8*, o que está evidenciado também através da revelação, durante as escavações, de um sínclino bovino e um cálculo renal. Esse dado nos possibilita considerar o abate de animais próximo à residência urbana, em épocas em que não havia uma separação mais definida entre área urbana e a rural.

No mapa do segundo loteamento, com data de 1935, consta uma pequena construção nos fundos de onde hoje temos a *Casa 8*. A *Casa 2* já tinha sido construída neste período. Somente pesquisas mais detalhadas em fontes escritas, como relatos de outros viajantes que tenham mais detalhes sobre hábitos e consumo desta época em Pelotas, e o término das escavações inclusas no Projeto de Salvamento Arqueológico das *Casas 2, 6 e 8, Casa da Banha e Praça Coronel Pedro Osório*, poderão nos indicar sobre o abatimento de animais no local onde está a *Casa 8* e adjacências, bem como os hábitos alimentares. O que é perceptível, através dos resultados obtidos até o momento nesta pesquisa, é que o consumo de carne era muito elevado na época, bem como o consumo de peixes devido à grande quantidade de fragmentos encontrados, e que apesar dos viajantes pesquisados relatarem o pouco consumo de legumes, a produção de sopas era elevada devido às fraturas identificadas nos ossos e nos elementos encontrados em maior quantidade, tais como fêmur, tíbia e úmero.

O aprofundamento da pesquisa sobre o uso e consumo dos animais na vida diária da Pelotas do séc. XIX, seja no que se refere aos hábitos alimentares ou à reutilização econômica de material faunístico, requer um estudo integrado dos relatos de viajantes e naturalistas daquele período, bem como um estudo mais detalhado da economia da época. A antropologia da alimentação pode fornecer referenciais importantes para interpretação do consumo alimentar baseado nos animais.

## CORPUS DOCUMENTAL

AVÉ-LALLEMANT, Robert, 1812-1884. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

CONDE D'EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1981.

V. I, n° 1. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jun 2004.

- COUTY, Louis. *A erva mate e o charque (Le maté et les Conserves de viande)*. Série história, educação e cultura do Pampa II. Tradução Eleonora Sobreiro Jaime. 2 ed., Pelotas: Seiva, 2000 (1880), p. 100-148.
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Tradução e notas do General Bertoldo Klinger, prefácio e notas do Coronel F. de Paula Cidade. 3.ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976 (1835).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### **OBRAS DE REFERÊNCIA SOBRE ZOOLOGIA**

- GETTY, Robert. *Anatomia dos animais domésticos*. Título original *Sisson and Grossman's The anatomy of the domestic animals*. 1.ed. em português, traduzido e adaptado da 5.ed. original. Rio de Janeiro: Editora Interamericana, 1981.
- HILDEBRAND, Milton. *Análise da estrutura dos vertebrados*. Título original *Analysis of vertebrate structure*. Ilustrado por Vila e Milton Hildebrand; coordenadora da tradução Ana Maria de Souza Oliveira. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 1995.
- HOLZ, Michael & SIMÕES, Marcelo G. *Elementos fundamentais de tafonomia*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/URGS, 2002. 231 p.
- ORR, Robert T. *Biologia dos Vertebrados*. Título original *Vertebrate Biology*. Tradução Dirceu Eney, Maria Christina de Oliveira Viana e Maria Eugênia de Oliveira Viana. 5.ed. São Paulo: Editora Roca Ltda, 1986.

### **BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA SOBRE ARQUEOLOGIA**

- Arqueologia Histórica Argentina*. Actas del 1º Congreso Nacional de Arqueologia Histórica. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Corregidor, 2002.
- DAVIS, Simon J. M. *The Archaeology of animals*. London: Batsford, 1987.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A arqueologia histórica no Brasil*. in B.C.M.U., Campinas, SP. vl. 6, n° 12 jul/dez, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Arqueologia histórica e cultura material*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1998.
- LIMA, Tânia A. "Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites" In: *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, dezembro 2002.

- MENNONI G., Guillermo L. *Análisis de materiales faunísticos de sítios arqueológicos*. Mendoza, Argentina: 1998. Xama 1, p. 71-120.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- RENFREW, Collin & BAHN, Paul. *Arqueologia: teorías, métodos y practica*. Madrid, Espanha: AKAL S.A., 1993.
- ROVIRA, Beatriz E. *Arqueología histórica del conjunto jesuítico de Nuestra Señora de la Candelária, provincia de Misiones. Capítulo 5 El Análisis Zooarqueológico*. La Plata: Universidad Nacional de la Plata, 1989. Tesis Doctoral. vl. 2 p. 90-110; 199-204; 253 e 254.
- SYMANSKI, Luís Cláudio. *Arqueologia de contrato em meio urbano no Brasil – Algumas considerações*. Comunicação apresentada no simpósio “A Arqueologia no meio empresarial”, organizado pela Sociedade de Arqueologia Brasileira e Universidade Católica de Goiás. Goiânia, GO: 28 a 31 de agosto de 2000.
- 
- \_\_\_\_\_. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1998.

#### **BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA SOBRE A HISTÓRIA DE PELOTAS**

- ESSINGER, Cíntia Vieira & GUTIERRES, Éster. J. B. *A cidade e os valores histórico e artístico. Pelotas, 1815-1888. Parte I – Praças. Relatório parcial de pesquisa*. Pelotas, 2001, p. 41-3.
- GUTIERRES, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2.ed. Pelotas: Editora Universitária / UFPEL, 2001.
- MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim & SCHLEE, Andrey Rosenthal. *100 Imagens da Arquitetura Pelotense*. Pelotas: Palloti, 1998, p. 76.
- SANTOS, Carlos Alberto dos Santos. *Espelhos, máscaras e vitrines. Estudo iconológico de fachadas arquitetônicas. Pelotas. 1870-1930. Coleção História e Etnia*. Pelotas: Ed. UCPEL, 2002.

Recebido em: 13/09/2003

Aprovado em: 04/01/2004

Publicado em: 06/02/2004

## É POSSÍVEL FAZER UM MAPA DA CULTURA?<sup>23</sup>

Prof. Me. Edgar Rodrigues Barbosa Neto<sup>24</sup>  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Flávia Rieth<sup>25</sup>

No ano de 2001, a recém criada Secretaria Municipal da Cultura de Pelotas (SECULT), juntamente com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), tomaram a iniciativa de criar um projeto para realizar um mapeamento cultural da cidade de Pelotas. Sediado no espaço institucional da SECULT, o projeto tinha como o seu principal objetivo fornecer subsídios (leia-se informação etnográfica e também, em alguns casos, dados quantitativos) para a formulação de políticas culturais específicas e, mais genericamente, contribuir para os processos de tomada de decisão por parte dos gestores públicos envolvidos com a coordenação daquelas políticas.

Além disso, o projeto acabou incorporando um segundo objetivo, esse, por sua vez, bem mais voltado para a pesquisa e cujo tema, bastante familiar à Antropologia – disciplina, aliás, à qual estávamos vinculados pela nossa formação – definiu-se para nós como sendo aquele da relação entre a diversidade cultural e os modos de apropriação da cidade<sup>26</sup>. E isso de tal modo que acabamos por dedicar um enorme tempo de trabalho à tentativa de compreender a cidade por intermédio de suas fronteiras – fronteiras entre bairros e entre classes, fronteiras étnicas e de

---

23 Este trabalho refere-se à atividade de extensão junto a UFPEL / LEPAARQ intitulada Cadastro Cultural e contou com a participação dos alunos Laura Senna, Neilo Vaz, Cassiane Zanatta, Letícia Ferreira, Marcos Vinicius Reis, Juliana Carvalho Pereira, Ana Beatris Pereira, Douglas Passos, Catia Silveira, Sergio Ronaldo Pinho Junior. Uma versão deste texto foi recentemente apresentada no 1º Colóquio de Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural, promovido pelo Curso de Especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos do Instituto de Letras e Artes da UFPEL, ocorrido nos dias 11, 12 e 13 de Novembro. Agradecemos à professora Neiva Maria Fonseca Bohns pelo convite que nos deu a oportunidade de apresentá-lo nesse espaço tão sensível à reflexão sobre a natureza das relações entre a política e a cultura.

24 Professor Assistente do Departamento de Administração e Turismo e Pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - Universidade Federal de Pelotas, Brasil.

25 Coordenadora do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Professora do Departamento de História e Antropologia – Instituto de Ciências Humanas/Universidade Federal de Pelotas (ICH/UFPEL), Brasil.

26 Nesse ponto, estávamos seguindo de muito perto as pesquisas realizadas por Magnani (1998) em São Paulo e as de Gilberto Velho e Karina Kuschmir (2001) no Rio de Janeiro.

gênero – e também por meio dos modos pelos quais cada pessoa, individualmente ou em grupo, de forma diária ou episódica, atravessa essas fronteiras. Para que pudéssemos levar esses dois objetivos a um bom termo, decidimos montar uma equipe de trabalho cuja base fosse composta por alunos dos cursos de História, Turismo e Ciências Sociais da UFPEL, já que entendíamos que um dos resultados mais relevantes do projeto, do ponto de vista interno às instituições envolvidas, deveria ser de natureza pedagógica.

No entanto, mais do que propriamente apresentar os resultados a que pudemos chegar, o nosso objetivo com essa brevíssima síntese é chamar a atenção para uma das dificuldades que se impuseram a nós durante a realização do Mapeamento Cultural da Cidade. Não deixa de ser curioso observar que faremos isso por meio de uma pergunta que põe em dúvida não apenas a viabilidade desse projeto, como também, e para não dizer fundamentalmente, os termos em que nós, na dispersão do seu começo, éramos capazes de imaginá-lo. Alguns, como disse o antropólogo Clifford Geertz, têm dificuldade de saber onde estão, nós, como ele, temos, além da anterior, a dificuldade de saber de onde viemos. Ter chegado até aqui, portanto, é algo que só podemos atribuir a uma complicada combinação de encontros que, entre buscas e casualidades, nos impuseram erros e acertos. Foi justamente nesse espaço, que fez o meio entre uns e outros, confundindo-os para nós, que alguma coisa pôde nascer. É sobre a dificuldade dessa alguma coisa que agora devemos falar: sobre a dificuldade de fazer um mapa da cultura.

Convém então recuar à pergunta que dá o título para essa nossa apresentação: é possível fazer um mapa da cultura? Se tivéssemos feito essa pergunta para nós mesmos há dois anos, a resposta certamente seria afirmativa. As dúvidas que tínhamos eram, imaginávamos, de outra ordem, e diziam respeito, sobretudo, ao modus operandi e à definição dos nossos objetivos, isto é, do lugar onde queríamos chegar. Mesmo assim, contudo, fizemos aquilo que, de dentro da tradição metodológica da antropologia, acreditávamos que deveria ser feito: muitas leituras seguidas de algumas quantas incursões no trabalho de campo, orientadas as duas por um roteiro previamente definido de questões para as quais esperávamos obter um conjunto inicial de respostas que nos permitisse formular, com mais precisão, as hipóteses que deveriam abrir, para nós, caminhos mais seguros de investigação.

A evolução do trabalho, contudo, nos levou a um outro tipo de interrogação. Que forma daríamos àquele material que estávamos coletando? Como poderíamos apresentá-lo? Foi aí então que nos questionamos: deveríamos continuar utilizando a noção de mapa diante das dificuldades que tínhamos de traduzi-la para

um suporte visual? Mais ainda: seriam essas dificuldades apenas idiosincrasias do trabalho que estávamos realizando ou podíamos imaginá-las como o resultado do modo como entendíamos o próprio conceito de cultura?<sup>27</sup>

Optamos pela segunda parte da pergunta, talvez pela nossa formação antropológica. Afinal, cultura, para nós, não podia ser restringida apenas àquilo que se mostra suscetível de assumir alguma forma, seja ela artística ou não, mas devia também incorporar o conjunto de usos que estão associados, de uma maneira não completamente visível, a essas formas<sup>28</sup>. Portanto, entre a morfologia necessária para o delineamento de um mapa e os usos que se traduzem pelos modos específicos, não totalmente redutíveis, de utilização das formas, como por exemplo, as formas urbanas, percebíamos a ocorrência de um hiato.

Concluimos então que aquilo que estava em jogo dizia respeito fundamentalmente à dificuldade de encontrarmos, no vocabulário da política e da gestão pública da cultura, termos que pudessem traduzir o próprio entendimento antropológico da cultura. Não seria razoável imaginar que os limites, ou pelo menos uma parte deles, fossem então provenientes do encontro entre a história da formulação de políticas para a cultura e o modo antropológico de compreensão desse conceito?

De outro modo, ou em paralelo a tudo isso, foi possível observar que o conceito de mapa estava profundamente atrelado à linguagem administrativa do estado. Isto é, a história do estado moderno nos parecia ser, entre outras coisas, a história da construção de mapas oficiais cujo sentido era a necessidade, fabricada pelo próprio estado, de estabelecer algum tipo de regulação política e administrativa sobre aqueles grupos que, por possuírem os seus próprios mapas, mostravam-se resistentes a aceitar àquela lógica oficial de organização do espaço<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Faz-se necessário contar aqui um episódio bastante curioso a esse respeito. Um dos membros da nossa equipe foi convidado a participar do grupo que estava estudando a possibilidade de refazer o Plano Diretor de Pelotas. Em uma das reuniões, ele discordou do que disse um dos arquitetos sobre um bairro da cidade, ao que então sugeriu o mesmo arquiteto: “tu poderias desenhar aqui no mapa da cidade isso que acabaste de dizer?”. Através dessa pequena provocação, percebemos que aquilo que estávamos fazendo não era, por assim dizer, desenhável, pelo menos não nos termos em que o arquiteto solicitava que fizéssemos.

<sup>28</sup> No que se refere a esse problema, o trabalho de Michel de Certeau (1995) é ainda agora fundamental. Podemos perfeitamente fazer nossa a sua definição de cultura: “a inumerável variante que germina, tal como um mofo, nos interstícios das ordens micro e macrofísicas é a nossa cultura” (DE CERTEAU, Op. Cit.: 245).

<sup>29</sup> As pesquisas do sociólogo Zygmunt Bauman foram de crucial importância para que pudéssemos perceber a presença dessa tendência cartográfica na história do estado moderno. “Mapear o espaço de modo facilmente legível para a administração estatal, embora fosse contra a natureza das práticas locais, despojando os habitantes locais de seus meios bem dominados

Por outro lado, aquilo que nos interessava compreender eram justamente esses mapas, capazes, por exemplo, de nos mostrar que uma cidade, e tudo o que ela abriga, só pode ser bem mais do que uma única cidade. Dessa maneira, pudemos perceber que a cidade, assim como a literatura de Borges, também tem os seus duplos: duplos que, às vezes, parecem difíceis de serem vistos, mas não por estarem perfeitamente escondidos, tornados impossíveis para o olhar, e sim por estarem excessivamente à nossa frente, demasiadamente presentes para serem notados. A título de exemplo, o carnaval, como fomos descobrir mais tarde, é dois<sup>30</sup>. De modo que, o mal-entendido a que todo planejamento público está sujeito, deve-se, entre outras coisas, ao fato de, muitas vezes, planejar o um esquecendo-se que ele é, pelo menos, dois.

Portanto, antes de propor um mapa, importava ao projeto compreender os mapas já existentes, isto é, os sinais que asseguram aos moradores de uma cidade a cartografia necessária ao estabelecimento de “parentescos” – afetivos, cognitivos, perceptivos... – que tornam possível, por exemplo, a uma determinada pessoa reconhecer diferenças onde outra pode ver apenas semelhanças. Afinal, aquilo que numa cidade é diferente, não o é necessariamente para todos, da mesma forma, as suas semelhanças são sempre semelhanças para alguns.

A única coisa que um mapa da cultura pode e deve ser é um mapa de diferentes planos de orientação de indivíduos e redes sociais, que, sem sobrepor-se a eles, possa contribuir para integrá-los à esfera, simultaneamente pública e política, onde são tomadas as decisões relativas à gestão dos assuntos culturais; decisões que

---

de orientação e portanto confundindo-os, era pois a primeira tarefa estratégica da moderna guerra pelo espaço. Anteriormente, era o mapa que refletia e registrava as formas do território. Agora, era a vez do território se tornar um reflexo do mapa, ser elevado ao nível da ordenada transparência que os mapas se esforçam por atingir. Era o próprio espaço que devia ser remodelado ou modelado a partir do nada à semelhança do mapa e de acordo com as decisões dos cartógrafos” (BAUMAN, 1999a: 42). Ver ainda: BAUMAN, 1999b e também FOUCAULT, 1990.

<sup>30</sup> Isso ficou muito claro para nós quando no carnaval de 2003 – o primeiro a ser realizado no espaço que a SECULT e a Prefeitura pretendem vir a transformar em um sambódromo – pudemos observar que um número relativamente grande de pessoas sentiu-se duplamente excluído, primeiro porque não dispunha de recursos para comprar o ingresso, fato já observado por nós no carnaval de 2002, e segundo – sendo essa a novidade relativamente ao ano anterior e também aos outros anos – pelo fato de que o espaço do “sambódromo” foi cercado por muros que impediram essas mesmas pessoas de assistir ao desfile dos grupos e das escolas. De modo que, do lado de fora dos muros, um outro carnaval se desenvolveu: pequenos bares foram abertos, vendedores ambulantes instalaram-se nas calçadas, e até mesmo o espaço de um terreno serviu para que as pessoas pudessem realizar ali um baile, sendo que o ingresso, nesse caso, custava 1 real, mas apenas para os homens.

V. I, n° 1. *Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jun 2004.*



deverão, dessa maneira, ampliar significativamente o conteúdo do conceito de cultura para poder reinventar a própria política a ele associada.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999a.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999b.
- DE CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. Campinas: Papirus, 1995.
- FOUCAULT, Michel. Omnes e singulatum: por uma crítica da razão política In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 26, março de 1990, pp.77-99.
- MAGNANI, José Guilherme. Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles In: MOREIRA, Alberto da Silva. *Sociedade Global: cultura e religião*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (orgs.) *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

Recebido em: 17/09/2003  
Aprovado em: 07/01/2004  
Publicado em: 06/02/2004

## **RELATÓRIO DO MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO DE PELOTAS E REGIÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ENTRE MARÇO DE 2002 E FEVEREIRO DE 2003)**

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira<sup>31</sup>

Prof. Mdo. André Garcia Loureiro<sup>32</sup>

O projeto **Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região** é desenvolvido sob a coordenação do arqueólogo Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira e sob a responsabilidade técnica do LEPAARQ. Conta com a cooperação do bolsista André Garcia Loureiro (BIC/FAPERGS 03/2003 – 02/2004<sup>33</sup>), bem como do restante da equipe do laboratório, formada pelo funcionário técnico-administrativo Jorge Oliveira Viana (Licenciado em História) e pelos seguintes estagiários: Aluisio Gomes Alves (UFPEL/História), Andréia Cristine Antunes Loureiro (UFPEL/História), Carla Inês Schwaickhardt (UFPEL/Geografia), Chimene Kuhn Nobre (Licenciada em História/UFPEL), Daniela Vieira Goularte (UFPEL/Arquitetura e Urbanismo), Jaqueline Silva Belletti (UFPEL/Centro Agrotecnico Visconde da Graça), Luciana da Silva Peixoto (UFPEL/História), Marilise Sanchotene de Aguiar (UFPEL/Arquitetura e Urbanismo), Otávio Marques Fontoura (UFPEL/História), Rafael Guedes Milheira (UFPEL/História), Welcsoner Silva da Cunha (UFPEL/História) e Vitório Antônio Cardoso Lima (UFPEL/História).

O reconhecimento institucional do projeto, na UFPEL, foi consagrado com o **Prêmio Jovem Pesquisador (1º lugar)**, na área de Ciências Humanas, no **XI CIC Congresso de Iniciação Científica da UFPEL (12/2002)**.

O projeto consiste em realizar levantamentos sistemáticos dos sítios arqueológicos de Pelotas e Região (Capão do Leão, Morro Redondo, Arroio do

---

<sup>31</sup>Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – LEPAARQ/UFPEL, Brasil. Professor Adjunto do Departamento de História e Antropologia – Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Pelotas / RS, Brasil.

<sup>32</sup> Licenciado em História. Pesquisador associado ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Mestrando em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

<sup>33</sup> FAPERGS Proc. nº 01513138.

Padre e Turuçu), visando à criação de um banco de dados, com a tipologia, distribuição, geomorfologia, características ambientais, grau de deterioração dos sítios e coordenadas geográficas, criando mapas específicos de micro regiões. Tem por finalidade dar maior visibilidade à diversidade de ocupações por diferentes culturas da região pesquisada, dos primeiros caçadores-coletores (8.000 A.P a 4.000 A.P), passando pelos Construtores de *Cerritos* (5.000 A.P a 400 A.P) e os Guarani (1.200 A.P a 400 A.P) até a chegada, em um primeiro momento, de portugueses e espanhóis (400 A.P), culminando, finalmente, com a vinda de colonos europeus de origem alemã, italiana e francesa (final do séc. XIX). Com o intuito de melhor compreender as suas relações com o meio ambiente, e entre os mesmos, através de seus vestígios culturais e sociais, facilitando trabalhos posteriores, como também de contribuir na conscientização da população da região para necessidade da preservação dos sítios arqueológicos, realizamos palestras nas comunidades e escolas de ensino público e particular, com exposições itinerantes e atividades pedagógicas com adolescentes e crianças.

## **METODOLOGIA:**

A etapa inicial de pesquisa, desenvolvida entre Março de 2002 e Fevereiro de 2003, baseia-se na busca de informações que apontem para possíveis sítios arqueológicos, com o fito de instrumentalizar a escolha das áreas a serem prospectadas. Essa fase baseia-se em três procedimentos:

➤ Revisão bibliográfica: Recorremos a obras de referência (Espanha, Inglaterra e Estados Unidos) em metodologia de mapeamento e prospecção<sup>34</sup>, bem como a bibliografia comparativa sobre as áreas circunvizinhas, a fim de verificar os padrões de ocupação e assentamento, - visto que são raros os trabalhos arqueológicos referentes à região em estudo.<sup>35</sup>

➤ Relatos orais: Principalmente na região rural, onde o contato com a comunidade é fundamental para o êxito do projeto. A escolha inicialmente recai sobre pessoas representativas das comunidades, pois, com a sua influência, conseguem chamar a atenção para a importância do projeto,

---

<sup>34</sup> BOADO, 1999: 1-77. PLOG, 1978: 385-421. REDMAN, 1978: 25-50. RENFREW & BAHN, 1993. SCHIFFER, 1980: 2-26.

<sup>35</sup> BROCHADO, 1974: 25-58. COPÉ, 1992: 191-220. NAUE, 1973: 71-73. RIBEIRO, 1999: 199-229. SCHMITZ, 1970: 91-122; 1969: 507-524; 1976 (Tese de Livre Docência).

facilitando o contato e as intervenções futuras nas suas regiões. Já possuímos uma grande rede de informantes nas comunidades rurais, desde professores do ensino público a padres; algumas rádios comunitárias divulgam nosso projeto, para conscientização da população sobre a preservação dos sítios arqueológicos, como também da necessidade de entrar em contato com a equipe do LEPAARQ, no caso de encontrarem em suas propriedades material arqueológico.<sup>36</sup>

➤ Toponímia: Em muitas ocasiões, vem corroborar as informações provenientes das entrevistas, já que diversas vezes, são relatados nomes de regiões muito sugestivas, como o Morro do Quinongongo, Arroio do Bugre, Ilha da Feitoria, que também conferem com os nomes encontrados nos mapas das regiões citadas.

Depois de reunidas todas estas informações, produzimos, baseados nessa etapa inicial de prospecção oportunística, mapas, nos quais, através da justaposição dos dados bibliográficos, toponímicos e da tradição oral, apontamos um panorama geral de áreas com potencial arqueológico. Esse mapa foi um instrumento importante para a verificação *in situ*, o que foi feito nas idas à Ilha da Feitoria e ao 5º Distrito de Pelotas, e continuará a ser feito em outras regiões já previamente definidas.

A verificação, *in situ*, dividiu-se em duas etapas:

➤ Prospecção assistemática: Visita geral da área, para averiguar as potencialidades arqueológicas da região, feita mediante registro fotográfico e informações descritas no diário de campo. Nessa oportunidade, é feita a entrevista com o informante local (proprietário ou familiar).

➤ Prospecção sistemática: Primeiramente definimos a área que será mapeada, usando, como referencias, limites geográficos, por serem os mais seguros para delimitar áreas, ex. arroios, rios, vales, etc. Depois de definida a área, formam-se um ou mais grupos, dependendo da região a ser prospectada e dos recursos humanos disponíveis na equipe. Por exemplo, se o levantamento seguir o curso de um arroio ou rio, formam-se dois grupos, um para cada margem, definindo o limite que a linha de prospecção deverá ter da margem até o ponto desejado (100 m, 200 m ou mais), como foi o caso da prospecção realizada pelo LEPAARQ no Arroio do Ouro, região do 5º Distrito de Pelotas, na Serra dos Tapes, onde o arroio se situa. Quando o

---

<sup>36</sup> Como exemplo, as rádios comunitárias Rádio Com (urbana) ou a transmissora da paróquia Sant'Anna da Vila Maciel, coordenada pelo Padre Capone; ou na emissora comercial Rádio Pelotense. O projeto foi divulgado igualmente na TV UFPEL e ST TV (canal a cabo).

levantamento é realizado entre dois rios, campo aberto ou na planície costeira, típica do Rio Grande do Sul (tanto em seu litoral marítimo quanto lacustre), forma-se apenas um grupo, que fará uma varredura sistemática de toda área delimitada.

Esta varredura foi feita através de uma caminhada lenta sobre a área, registrando todas as informações possíveis, para isso fotografando os afloramentos de material arqueológico, como também o ambiente em que se encontram os mesmos. Produzimos croquis, com desenhos de estruturas ou das áreas de concentração de material, e tiramos as coordenadas geográficas, através de bússola, sendo tudo registrado em diário de campo.

Em sítios urbanos, o trabalho de prospecção é facilitado, já que, recorrendo aos documentos escritos (arquivos, livros, jornais e inventário patrimonial<sup>37</sup>, etc.), na maioria dos casos, encontramos as referências exatas dos possíveis sítios históricos. Após a comprovação de sua potencialidade arqueológica, o método de registro é o mesmo aplicado na zona rural: registramos fotos, croquis, coordenadas e diário de campo, com o máximo de informações disponíveis.

Todas as informações são levadas para laboratório, onde serão analisadas, classificadas e interpretadas, para depois constituírem o banco de dados.

## RESULTADOS:

Os resultados mais concretos do mapeamento, em termos de pesquisa de campo e identificação in locu de sítios arqueológicos, foram obtidos em três áreas, submetidas a uma prospecção sistemática:

- Região do Arroio do Ouro: Localizado no 5º distrito de Pelotas (Cascata), abrangendo as micro regiões chamadas Estrada Cordeiro de Farias, Colônia São Bento e Morro Alto da Cruz

---

<sup>37</sup> A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL realiza há anos pesquisas para o inventário arquitetônico e histórico das edificações pelotenses, tendo contado, para muitas destas pesquisas, com o financiamento da FAPERGS (em projetos coordenados, por exemplo, pelos professores Esther Gutierrez, Maurício Polidori, Ana Lúcia Costa e Nirce Medvedoviski). Esta faculdade, recentemente, concluiu importante etapa do Inventário Patrimonial de Pelotas, coordenado pelo Prof. Maurício Polidori e desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas: criou uma metodologia e banco de dados gerais que facilitará o geoprocessamento dos dados mapeados em área urbana. Futuramente, planejamos, conforme contatos estabelecidos com o Laboratório de Geoprocessamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, integrar os dados do Mapeamento Arqueológico (rurais e urbanos) ao Sistema de Inventário Patrimonial.

- Ilha da Feitoria: Localizada na região pertencente à Colônia de pescadores Z-3, na Lagoa dos Patos.
- Zona Urbana de Pelotas: Até o momento, foi estudado o centro histórico, nos entornos da Pça. Cel. Pedro Osório.

#### **MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO DA REGIÃO DO ARROIO DO OURO, 5º DISTRITO DE PELOTAS/RS, SERRA DOS TAPES.**<sup>38</sup>

A região do Arroio do Ouro pertence à unidade geomorfológica da Serra do Sudeste; está em média a 200 m acima do nível do mar, sendo uma região de contrastes, com densas matas nativas e áreas limpas, para o plantio ou ocupação humana, cortada por inúmeros arroios, seus nascedouros e afluentes. Os primeiros resultados confirmam o relato oral do Sr. Gerson Ramos Sebaje (morador da região) e estudos feitos por bibliografia de comparação: atestamos afloramentos em superfície de material mais recente, pois ocupações de caçadores-coletores, que com certeza se encontram em camadas estratigráficas mais profundas, somente se tornam visíveis com intervenções pelo método de escavação ou por corte experimental, que serão realizados apenas numa etapa mais avançada do projeto.

Constatou-se, nesta área da Serra dos Tapes, o mesmo padrão de ocupação pré-histórica analisado pelo arqueólogo José Proenza Brochado (1974 : 25-58) nas áreas circunvizinhas de Canguçu e Camaquã: encontraram-se vestígios de ocupação Guarani - característica de regiões com densa mata ou floresta nativa – (foto 1), pois foram encontrados três sítios desta cultura, dois às margens do Arroio do Ouro (o 1º na região da Colônia São Bento com 4 frags. e o 2º na base do Morro Alto da Cruz com 3 frags.), e um no topo do Morro chamado Alto da Cruz (mapa 1). Foram encontrados artefatos cerâmicos típicos dessa cultura, com decoração do tipo corrugada e sem decoração ou lisa (foto 2). Ao mesmo tempo, realizamos vários contatos com moradores da região, que nos relatavam ter encontrado material em suas propriedades, como fragmentos de cerâmica, lâminas de machado de pedra e bolas de boleadeira, como é o caso do Sr. Cláudio Tomazzi, morador da Colônia São Bento, às margens do Arroio, que, quando prepara a terra para o plantio, costuma encontrar muita cerâmica e, em menor quantidade, bolas de boleadeira de pedra; mas, como nos demais casos, já haviam repassado as mesmas para amigos e membros da família, no que estamos realizando um rastreamento a fim de encontrar as peças.

A maior concentração de artefatos arqueológicos encontra-se na propriedade do Sr. Gerson Ramos Sebaje, no topo do Morro Alto da Cruz, em uma

---

<sup>38</sup> Expedição arqueológica realizada entre 07 e 09 de Janeiro de 2003.

V. I, n° 1. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jun 2004.

área de 50 m<sup>2</sup>, que estava sendo preparada para o plantio: o proprietário encontrou 74 fragmentos de cerâmica da cultura Guarani e uma bola de boleadeira (doados por ele ao LEPAARQ), corroborando para estas conclusões o ambiente típico de ocupação Guarani, pois essa cultura proveniente da Amazônia adapta-se melhor a regiões de floresta ou mata, como no caso da área prospectada, que, no período de assentamento desse grupo, era coberta por densa mata nativa, segundo estudos paleoambientais, já realizados na Serra do Tapes.

Encontrou-se também dois sítios históricos (mapa 1), provavelmente do período colonial, pois os fragmentos de louça e vidro (possivelmente um tinteiro), identificados em uma área preparada para o plantio (foto 3 e 4), estão a 300 m de uma casa com características arquitetônicas coloniais (foto 5), a qual se situa a 50 m de uma murada de pedra (foto 6). Afirma-se, na região, que a construção desta murada foi realizada por escravos; estamos à procura de fontes documentais que comprovem essa informação. Esses dois sítios contemplam o período de ocupação lusa na região, que, somados às evidências da imigração européia - alemã, italiana e francesa - (foto 7), evidenciam as várias etapas de ocupação da região em pesquisa, do período pré-histórico ao período histórico.

Um outro importante resultado alcançado, na intervenção realizada na área, foi o contato com a comunidade, visando a alertar sobre a necessidade de preservação dos sítios arqueológicos. Por ocasião desse contato, fomos muito bem recebidos, e pudemos explicar o significado do projeto; sensibilizados, alguns membros da comunidade (habitantes da Colônia São Bento, do Morro Alto da Cruz e dos entornos da Estrada Cordeiro de Farias) assumiram então a função de informantes, possibilitando-nos uma grande quantidade de referências sobre prováveis sítios arqueológicos, tanto nessa região como também em outras áreas.

Um último resultado palpável traduziu-se em doações de peças da região: uma importante doação de material arqueológico nos foi repassada pelo Sr. Gerson Sebaje, composta por artefatos por ele encontrados em sua propriedade, que constituirão um importante acervo referencial para os trabalhos de prospecção a serem desenvolvidos com base no mapeamento.

### **MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO DA ILHA DA FEITORIA E COLÔNIA Z-3:**<sup>39</sup>

A Ilha da Feitoria, que pertence à unidade geomorfológica da planície costeira, está, em média, a 3 m acima do nível do mar. Caracteriza-se, ao Sul, por grandes banhados, onde existe uma rica fauna - principalmente aves -, e, ao Norte,

---

<sup>39</sup> Expedições arqueológicas realizadas entre 24 e 26 de Janeiro de 2003.

por extensos campos abertos com alguns capões de mata nativa, propiciando a criação de gado.

Os primeiros resultados, como no caso anterior, comprovaram as informações bibliográficas, provenientes de trabalhos realizados por estudiosos da região, corroborados pelos relatos orais de moradores da ilha (o Sr. Mauro de Paula e Sra. Floriza de Paula) e a toponímia.

Primeiramente, se comprovou a ocupação histórica da ilha, que a partir de 1783 abrigou a Real Sede da Feitoria do Linho Cânhamo, construída pela Coroa Portuguesa, com o intuito de tomar posse da região, que nesse momento se encontrava em constantes conflitos com os espanhóis; visava também a incentivar no Brasil a produção do linho, necessário à fabricação de cordas, para não mais depender de importar o produto dos ingleses<sup>40</sup>. A pesquisa histórica deverá indicar o tempo de permanência da feitoria na região, até sua transferência para São Leopoldo.

No litoral da ilha, destaca-se, em um promontório, a antiga sede da atual Fazenda Sotéia (Latitude 2°17' e Longitude 98°20'), constituída por um sobrado colonial e dois edifícios menores, todos dispostos segundo um plano geométrico bem concebido (Planta de Situação 1). O sobrado e o edifício meridional são construídos com alvenaria; já o edifício ao Nordeste do Sobrado é construído com um adobe feito a partir de material retirado de cupinzeiro, o mesmo sendo utilizado para o piso desse edifício. Os dois edifícios menores são identificados pelos autores e pela tradição oral como senzalas (cf. OLIVEIRA, 1997). No entanto, é muito improvável que o edifício meridional (foto 9) fosse uma senzala, como se conclui da sofisticação da pintura com motivos naturalistas (flores, frutas e pássaros) do recinto localizado na extremidade Oeste desse edifício (foto 10). Podemos supor, com maior probabilidade, que esse prédio abrigasse outras funções, como, por exemplo, um local de reuniões ou hospedagem de visitantes, ou mesmo uma cozinha ou sala de refeições.

Concluimos, até o momento, que o sobrado encontrado no litoral Leste da Ilha não corresponde à Real Sede da Feitoria, pois, no séc. XVIII, a construção dessas moradias costumava ser de madeira e barro, o chamado “pau-a-pique”. Conforme consultoria prestada por membros da equipe arqueológica provenientes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, constatamos que a edificação

---

<sup>40</sup> VASCONCELOS, D. Luiz de. “Relatório apresentado ao Governo de Lisboa em Outubro de 1784 sobre o Rio Grande do Sul.”, in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano IX, I e III trimestres, 1929.

V. I, n° 1. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jun 2004.



localizada no núcleo da Fazenda da Sotéia remonta provavelmente ao início do século XIX, devido à utilização da alvenaria, não empregada anteriormente.

Nos arredores do sobrado e das outras construções, a quantidade de material arqueológico em superfície é muito densa, comprovando o extenso período de ocupação do local. Encontram-se muitos fragmentos de louça inglesa, portuguesa, vidros de remédio para gado (foto 11), fragmentos de garrafas de *grés*, etc, provavelmente mais de 2.000 vestígios da vida cotidiana aflorados.

A bibliografia e a toponímia informam apenas uma ocupação histórica da Ilha, mas os relatos orais nos chamaram atenção, anteriormente à visita da ilha, para ocupações pré-históricas, já que o Sr. Mauro de Paula e a Sra. Floriza de Paula tinham em sua guarda vários fragmentos de cerâmica pré-histórica, das culturas Vieira (construtores dos *Cerritos*) e Guarani - material este que nos foi doado, e está sendo analisado e acondicionado como importante acervo. (foto 15) Os informantes relatam que, em todo o litoral Leste da Ilha, encontram-se fragmentos de cerâmica aflorados.

Ao longo da costa, partindo da sede da Fazenda da Sotéia em direção ao Sul, prospectamos 2.480 m de extensão por 50 m de largura (largura da praia), até o morredouro do Arroio Tapado, limite natural. Foram identificados 102 fragmentos de cerâmica, das culturas Vieira e Guarani, com suas típicas decorações: lisas e com furo de suspensão (foto 12), características da cultura pré-histórica Vieira; e com decoração corrugada, corrugado-ungulada e incisão, características da cultura Guarani. As duas culturas são típicas das regiões de planícies lacustres do Litoral Sul (foto 13), abundantes em recursos naturais, vivendo em simbiose, já que o belicoso e conquistador Guarani encontra grande resistência dos povos dos *Cerritos*, grandes guerreiros e arredios a qualquer tentativa de aculturação.

Identificou-se, a 120 m a Sul do sobrado, na área em prospecção, resquícios de um piso de casa ou algo semelhante, corroborando as informações orais, que relataram a existência de ruínas de uma antiga casa, que teria incendiado, alcunhada pela equipe como “casa queimada”, uma vez que se verificaram vestígios de incêndio. Encontra-se entre dunas erodidas, com uma base de tijolos e grande concentração de material arqueológico, do período histórico, como fragmentos de louça (122 frags-lisa e 33 frags-decorada), *grés* (8 frags), ferro ( 5 frags ) e vidro (16 frags). O sítio em questão encontra-se a 10 m da lagoa (foto 14), e em elevado grau de deterioração por motivos naturais, devido à erosão fluvial, relacionada à elevação do nível do mar.

Em sentido Norte do sobrado, prospectamos, ao longo da costa, 4.155 m de extensão por 50 m de largura, até o limite natural do Arroio da Feitoria. Nesse

percurso, encontramos material arqueológico do período pré-histórico: 23 fragmentos de cerâmica das culturas Vieira e Guarani, com as mesmos tipos de decoração da outra área mapeada. Há que se observar que não foram encontrados vestígios de ocupação pré-histórica nos últimos 2.000 m deste trecho litorâneo. O material concentra-se na extensão de 2.155 m imediatamente ao Norte da sede da Fazenda da Sotéia.

Constatamos então uma grande diferença quantitativa entre a ocorrência de material na faixa litorânea meridional (102 fragmentos / 2.480 m) e setentrional (23 fragmentos de cerâmica / 4.155 m): na faixa meridional chega-se a uma média estimada de 0,0411 fragmentos por metro de extensão para a faixa meridional e 0,0055 fragmentos por metro de extensão para a faixa setentrional.<sup>41</sup> Conclui-se que a ocorrência de material cerâmico na faixa meridional é sete vezes e meia maior que na faixa setentrional.

Com relação a essas diferenças quantitativas, é importante observar que há uma significativa diferença ambiental entre as regiões a Sul e a Norte da sede da Sotéia. Na área mais meridional, proliferam os banhados com maior abundância de recursos naturais, habitat de aves e animais terrestres que preferem as áreas alagadiças; trata-se de uma área adequada também ao cultivo, por serem terras úmidas, facilitando a horticultura dos povos dos *Cerritos* e a agricultura dos Guarani. O norte da Ilha encontra-se numa região mais elevada e mais seca, com raros e pequenos banhados – localizados tão-somente até cerca de 1.500 m a Norte do sobrado.

Através dessas informações, podemos interpretar, não de maneira definitiva, que a maior concentração de material ocorre no Sul da Ilha, o que deve se associar a suas melhores condições ambientais, que derivam numa maior densidade populacional, comprovada até nos dias atuais, já que a maioria da população – hoje em torno de 20 pessoas, mas já foram de 2.000 até 1970 – encontra-se no Sul da mesma.

O que podemos afirmar em relação à Ilha, é que se trata de um enorme sítio arqueológico a céu aberto, possibilitando estudos pormenorizados e sistemáticos das várias etapas de ocupação da mesma, da Pré-história ao início do século XX.

---

<sup>41</sup> Considere-se que a média foi realizada tomando-se somente a extensão da faixa litorânea, a qual corresponde a uma largura variada conforme as características locais dos vários trechos litorâneos percorridos, variando de aproximadamente 5 a 50 m.

É importante acrescentar que a doação do material cerâmico efetuada pela Sra. Floriza Tomás de Paula garantiu o salvamento desse material, que corria risco de extravio. Inclui belos exemplares de cerâmica Guarani (foto 15).

#### **MAPEAMENTO DA ZONA URBANA DE PELOTAS:**

A cidade (núcleo urbano) de Pelotas pertence a unidade geomorfológica da planície costeira, possui alturas que vão de 3 a 15 m acima do nível do mar.

Através das fontes escritas conseguimos identificar quatro sítios históricos, no centro da cidade: residências construídas no século XIX, por ricos charqueadores: a primeira de 1830, conhecida popularmente de "Casa da Banha", que foi quartel general dos revolucionários farroupilhas; as demais formam um conjunto de três sobrados, construídos em anos diferentes, a Casa 2 foi construída em 1832, pelo charqueador José Vieira Viana, e remodelada pelo Barão de Butuí, para servir de morada à sua filha, em 1880, após seu casamento com um membro do clã dos Antunes Maciel; as Casas 8 e 6 foram construídas pelo charqueador Eliseu Antunes Maciel, para seus filhos, respectivamente em 1878 (foto 16) e 1879. São magníficos exemplares do ecletismo histórico da arquitetura da segunda metade do séc. XIX, sendo tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

A caracterização destas casas como sítio arqueológico garantiu a inclusão da intervenção arqueológica nos projetos de restauro encaminhados ao IPHAN pela Secretaria Municipal de Cultura Pelotas, no âmbito da efetivação do Programa BID/Monumenta. A pesquisa vem sendo desenvolvida desde 2002, mediante autorização oficial do IPHAN: Portaria nº 165 de 2 de Agosto de 2002, com publicação no Diário Oficial da União em 9 de Setembro de 2002.

#### **OUTROS RESULTADOS DO PROJETO DE MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO:**

O desenvolvimento do mapeamento arqueológico foi acompanhado da definição de procedimentos definitivos, no LEPAARQ, quanto à catalogação de material, nomeação de sítios, entre outros, entendendo-se que o projeto de mapeamento constitui uma ação de pesquisa integrada à fase de estruturação do laboratório.

##### ➤ Produção de mapas resultantes do mapeamento:

Confeccionados pela própria equipe do LEPAARQ, integrada também por estagiários de Geografia e Arquitetura. Tratam-se de mapas com a identificação das áreas prospectadas e dos sítios encontrados (anexo), bem como de mapas de prospecção oportunística baseado nas fontes orais, toponímia e bibliografia.

*Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*

- Produção de Plantas Baixas e Croquis de Situação (anexo):  
Registro das estruturas históricas identificadas na área urbana e rural, elaboradas por estagiárias do LEPAARQ, provenientes do Curso de Arquitetura.
- Identificação de áreas com potencial arqueológico: Foi com base nesse mapeamento preliminar, fundamentado na prospecção oportunística, que identificamos mais de 30 regiões com provável potencial arqueológico (Turuçu, Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas e Morro Redondo).
- Fichário de Prospecção Oportunística: Os dados levantados na fase de prospecção oportunística foram organizados sob forma de um fichário, que está disponível para os pesquisadores que desejarem consultá-lo. Essas fichas estruturam-se segundo o seguinte modelo (exemplo):

FICHA DE PROSPECÇÃO OPORTUNÍSTICA
Nº da Ficha: ....
Fonte: Doação
Nome da Fonte: Mauro de Paula
Data de informação: 22/07/2002
Local: Ilha da Feitoria (Estância da Sotéia)
Objetos: 8 fragmentos de louça e 2 fragmentos de cerâmica pré-histórica (provavelmente tradição Vieira)
Obs.: Os fragmentos de louça ....
Telefone/contato: ....

- Metodologia de Nomeação de Sítios Arqueológicos: A adoção do método de nomeação de sítios, criado pelo arqueólogo Fernando La Salvia, consiste na criação de siglas para a posterior identificação geográfica dos sítios. Os referenciais usados são hidrográficos, como lagoas, arroios, rios e lagos, considerando-se a menor distância dos sítios em relação a estes. Vejamos um exemplo:

Sítio: PSGPO-1

Localização: Região do Arroio do Ouro

P = é usado em todas as identificações, por representar a Lagoa dos Patos, uma vez que toda a região estudada pertence a esta bacia.

SG = refere-se ao Canal do São Gonçalo, que liga a Lagoa dos Patos à Lagoa Mirim.

P = refere-se ao Arroio Pelotas que liga o Arroio do Ouro ao Canal do São Gonçalo, e, por conseguinte, à Lagoa dos Patos.

O = o Arroio do Ouro, área mapeada.

1 = primeiro sítio identificado na área de abrangência do Arroio do Ouro.

## DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES

Encontros de periodicidade média quinzenal estão sendo realizados, com o propósito de discutir textos retirados de artigos e livros, os quais fazem abordagens variadas sobre mapeamento arqueológico. A partir de Maio, iniciaremos um grupo de estudos sobre o tema, dentro do Projeto de Ensino “Grupo de Estudos em Arqueologia” (cadastrado na Pró-Reitoria de Graduação da UFPEL sob nº 102002), com participação de estudantes de vários cursos (Geografia, Arquitetura, Biologia, Artes), que integram a equipe do LEPAARQ.

Através das informações obtidas em revisão bibliográfica, fontes orais, prospecções assistemáticas e sistemáticas, pôde-se constatar que a região em estudo teve um processo de ocupação longo e intenso, sendo uma das poucas áreas do Brasil em que se constata uma enorme diversidade arqueológica associada a um grande número de regiões pouco adulteradas em suas características arqueológicas: desde os caçadores-coletores, passando pelos horticultores dos Cerritos, provavelmente até pelos povos dos Sambaquis<sup>42</sup>, chegando aos agricultores Guarani e sua complexa organização social, isto em termos de Pré-história, indo até, no período histórico, a primeira etapa de contato entre o nativo e o europeu, depois a ocupação efetiva da região, inicialmente com portugueses no século XVIII, mais tarde com a chegada dos escravos, a mola propulsora da economia regional principalmente no ciclo do charque – escravos estes, que nos legaram vestígios de quilombos e outras manifestações culturais –, finalizando com a vinda dos

---

<sup>42</sup> Como se pode concluir pelos zoólitos encontrados nos areais próximos ao canal São Gonçalo (LEPAARQ cat. Nº 9).

imigrantes europeus no século XIX, como os alemães, italianos e franceses, principalmente para a região rural. O potencial histórico e arqueológico da região está atraindo a atenção de estudiosos, de varias partes do país e do exterior, interessados em realizar trabalhos de cooperação com o LEPAARQ.

Conclusões mais definitivas somente serão convenientes após a realização de intervenções arqueológicas sistemáticas, baseadas nas informações geradas pelo mapeamento do potencial arqueológico da região.

## IMAGENS



**Foto 01:** Fragmento de cerâmica da cultura Guarani, doação feita pela Sra. Floriza de Paula ao LEPAARQ.



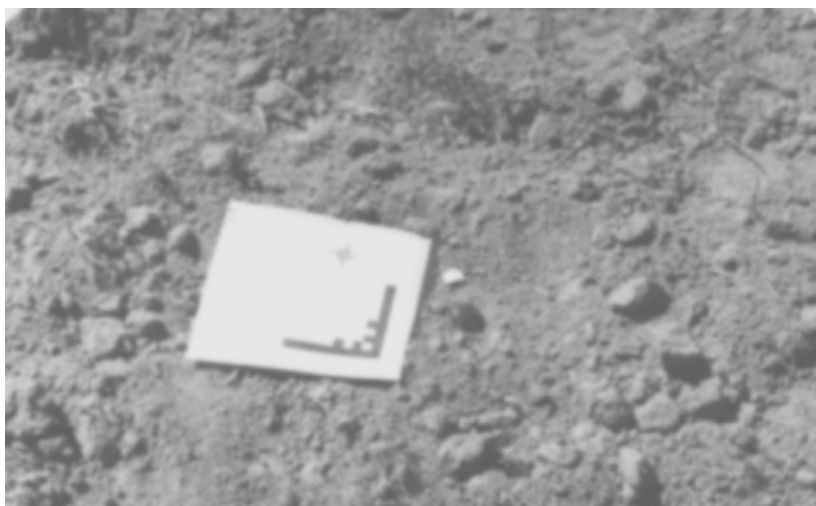
**Foto 02:** Área prospectada localizada na região da Serra dos Tapes



**Foto 03:** Dois fragmentos de cerâmica, provavelmente da Cultura Guarani.



**Foto 04:** Área prospectada: campo arado onde foram encontrados fragmentos de material histórico.



**Foto 05:** Dois fragmentos encontrados na área acima referida: um fragmento de louça e outro de vidro (provável tinteiro).





**Foto 06:** Casa em estilo colonial situada na margem direita do Arroio do Ouro, no sentido Leste/Oeste.



**Foto 07:** Represa da Pedra, segundo fontes orais, teria sido construída por escravos.



**Foto 08:** Casa de pedra localizada na Vila Maciel, distrito do Rincão da Cruz, construída por imigrantes italianos em 1888.



**Foto 09:** Sede da Estância da Sotéia, construída provavelmente no início do século XIX.



**Foto 10:** Construção ao Sul do sobrado, sua funcionalidade está sendo estudada.



**Foto 11:** Pintura com motivos fito-faunísticos encontrada no interior da construção acima.



**Foto 12:** Afloramento de material arqueológico a Leste do sobrado, remédios para pecuária produzidos pela empresa Leivas Leite S/A., início do século XX.



**Foto 13:** Fragmento de cerâmica com furo de suspensão característico da cultura Vieira (6000 AP a 300 AP).



**Foto 14:** Área prospectada pertencente à planície costeira.



**Foto 15:** Afloramento de estrutura relatado por fonte oral. Possível área de ocupação, devido a grande quantidade de material.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALBUQUERQUE, Marcos. "Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração" In *Clio* - Série Arqueológica, nº 08, Recife: 1992, pg 131-151
- BECKER, Ítala I. Basile. Os índios Charrua e Minuano da antiga banda oriental do Uruguai. São Leopoldo: editora Unisinos, 2002.
- BINFORD, Lewis. *Archaeology as anthropology*. Nova York, American Antiquity, 1962.
- BOADO, Felipe Criado. "Del Terreno al Espacio: planteamientos e perspectivas para la Arqueología del Paisaje.", in: CAPA, Criterios e convenciones en Arqueología del Paisaje, nº 6, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1999, 1-77.
- BROCHADO, José Proenza. Pesquisas arqueológicas no escudo cristalino do Rio Grande do Sul (Serra do Sudeste). Publicações Avulsas Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pronapa, nº 26, 1974, p. 25-58.
- CAZZETTA, Miriam. "Arqueologia e Planejamento Urbano". Anais do 1º Congresso Latino-Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística. Porto Alegre. pp. 190-196, 1991.
- COPÉ, Sílvia M. "A ocupação pré-colonial do Sul e Sudeste do Rio Grande do Sul.", in: KERN, Arno Alvarez (org.). *A Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 191-220.
- GASPAR, Madu. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2000.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPEL, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Barro e sangue. Mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Porto Alegre: PUCRS, 1999 (tese de doutorado).
- HOLZ, Michael. *Do Mar ao Deserto: a evolução do Rio Grande do Sul no tempo geológico*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- JACOBUS, André Luiz. "As Pesquisas em Arqueologia Histórica na Bacia do Prata", *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 22, pp. 33-62, 1998.
- KERN, Arno Alvarez. "Origens da ocupação pré-histórica do Rio Grande do Sul na transição pleistoceno-holoceno.", in: KERN, Arno Alvarez (org.). *A Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 89-102.
- LAMING-EMPERAIRE, Annette. *Guia para estudo das indústrias líticas da América do Sul*. Manuais de Arqueologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1967.
- MAZZ, José López e PIZZORNO, Gabriel. *Arqueología de las Tierras Bajas de la Cuenca de la Laguna Merín*. Montevideu: Uruciências, p. 1-14, 2002.
- MEGGERS, Betty J. & EVANS, Clifford. *Como interpretar a linguagem cerâmica: manual para arqueólogos*. Washington: Smithsonian Institution, 1970.
- NAUE, Guilherme. "Dados sobre o estudo de cerritos na área meridional da Lagoa dos Patos. Rio Grande / RS", in: *Veritas*, Porto Alegre: PUCRS, 1973, p. 71-73.

- OLIVEIRA, Júlio Cesar. O linho e a Real Feitoria do Rincão do Cangussú. Monografia de conclusão de Curso de História da UFPEL. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL. Pelotas, 1997 (mimeo).
- PLOG, Stephen et alli. Decision Making in Modern Surveys, in: World Archeology, Nova York, 1978, p. 385 – 421.
- PROUS, André. Arqueologia brasileira. Brasília: UNB, 1992.
- REDMAN, Charles. Pesquisa de Campo em Múltiplos Estágios. in: American Antiquity, Nova York: 1978, N 1, p. 25-50.
- RENFREW, Colin & BAHN, Paul. Arqueologia. Teoria, Método e Prática. Madri: Editora Akal, 1993.
- RIBEIRO, Pedro A. Mentz. Manual de Introdução à Arqueologia. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- \_\_\_\_\_. “Arqueologia da região de Rio Grande.”, in: ALVES, Francisco das Neves. (org.) Por uma história multidisciplinar do Rio Grande. Rio Grande: FURG, 1999, p. 199-229.
- ROSA, Mário. Geografia de Pelotas. Pelotas: UFPEL, 1985.
- SANTOS, Carlos Alberto. Espelhos, máscaras e vitrines. Estudo iconológico de fachadas arquitetônicas. Pelotas, 1870-1930. Coleção História e Etnia, nº 4, Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2002.
- SANTOS, Maria do Carmo M. Monteiro. Levantamento Arqueológico na Avaliação de Impacto Ambiental, in: Revista do Cepa, Santa Cruz do Sul, n. 33, p. 7 – 36, 2001.
- SCHIFFER, Michael B. et alli. The Design of Archeological Surveys, in: World Archeology, Nova York, 1980, p. 2 – 26.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio & BECKER, Ítala Irene Basile. “Aterros em áreas alagadiças no Sudeste do Rio Grande do Sul e Nordeste do Uruguai.”, in: Anais do Museu de Antropologia. Florianópolis, 1970, 3, p. 91-122.
- \_\_\_\_\_. et. alli. “Prospecções arqueológicas no Vale do Camaquã / RS.”, in: Estudos de Pré-história Geral e Brasileira. São Paulo: Instituto de Pré-História da USP, 1969, p. 507-524.
- \_\_\_\_\_. Sítios de pesca lacustre em Rio Grande / RS / Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 1976 (Tese de Livre Docência).
- SOARES, Leonor Almeida de Souza & VAROTO, Renato Luiz Mello. Lendo Pelotas. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 1997.
- SYMANSKI, Luis Claudio P. Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no Século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. Coleção Arqueologia; 5.
- THIESEN, Beatriz Valadão. Arqueologia de contrato: Metodologias de prospecção para áreas urbanas, in: Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, n. 33, p. 73 – 79, 2001.

Recebido em: 15/09/2003  
Aprovado em: 04/01/2004  
Publicado em: 06/02/2004